

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Juaci Barboza dos Santos Júnior

A relação escola-família na E.E Edson Alves Pereira-MG: obstáculos e possibilidades de superação

**Juiz de Fora
2023**

Juaci Barboza dos Santos Júnior

A relação escola-família na E.E Edson Alves Pereira-MG: obstáculos e possibilidades de superação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santos Júnior, Juaci Barboza dos.

A relação escola-família na E.E Edson Alves Pereira-MG: : obstáculos e possibilidades de superação / Juaci Barboza dos Santos Júnior. -- 2025.

136 p.

Orientador: Eduardo Magrone

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2025.

1. Relação escola-família. 2. Fortalecimento da parceria escola-família. 3. Gestão escolar . 4. Envolvimento parental. I. Magrone, Eduardo , orient. II. Título.

Juaci Barboza dos Santos Júnior

A relação escola-família na E.E Edson Alves Pereira-MG: obstáculos e possibilidades de superação

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação
Profissional em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública.
Área de
concentração:
Educação

Aprovada em 25 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Eduardo Magrone - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Rogéria Campos de Almeida Dutra

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.(a) Dr.(a) Eduardo Santos Araujo

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Juiz de Fora, 12/03/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Magrone, Professor(a)**, em 25/03/2025, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SANTOS ARAUJO, Usuário Externo**, em 04/04/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogéria Campos de Almeida Dutra, Professor(a)**, em 08/04/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.ufff.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2288369** e o código CRC **8DAD9AE1**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter tornado este meu sonho possível e me guiado nas horas mais difíceis, desde o processo seletivo até a defesa deste trabalho.

Uma dissertação é como um filho, e por isso agradeço e dedico aos meus: Joaquim, Álvaro e Ester, mas uma dissertação também é como uma jornada, e por isso agradeço e dedico à minha companheira nesta vida: Fernanda Lago. Vocês são minha inspiração e força todos os dias, obrigado pela ajuda e compreensão nesses dois anos em que as atividades do mestrado consumiram muito de nosso tempo juntos.

Agradeço imensamente às raízes que me sustentam: meus pais, Rita e Juaci, pois desde que iniciei meus estudos se dedicaram para que eu tivesse acesso à educação e sempre estão ao meu lado acreditando e me incentivando a progredir. Agradeço aos meus irmãos e demais familiares por sempre me apoiar e acreditar no meu potencial.

Agradeço meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Magrone, pela parceria, confiança e interesse nesta pesquisa.

Faço um agradecimento especial aos Agentes de Suporte Acadêmico, Prof^ª. Dr^ª Diovana Paula de Jesus Bertolotti e Prof. Dr Alexandre Luis de Oliveira pelas orientações e principalmente pela dedicação, paciência e sugestões que me auxiliaram no caminho até aqui.

Aos meus colegas de curso (turma 2022), agradeço a oportunidade de aprender e crescer junto a pessoas tão especiais, levarei vocês para a vida. Obrigado aos meus colegas e comunidade da Escola Estadual Edson Alves Pereira pela colaboração nesta pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, por oferecerem este curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Agradeço à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, que por meio do programa “Trilhas de Futuro” nos deu essa oportunidade de formação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos os professores que passaram por minha vida e contribuíram em minha trajetória pessoal e profissional.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a dinâmica da relação entre escola e família na E.E Edson Alves Pereira - EEEAP, situada em Montezuma - Minas Gerais. O objetivo central da pesquisa foi analisar os obstáculos existentes nessa relação e explorar possíveis estratégias de superação. O referencial teórico abrange conceitos como gestão democrática e participativa, relação escola-família e o impacto da participação dos familiares no processo de aprendizagem dos alunos, entre outros aspectos relevantes. No referencial teórico, delimitamos nosso campo de pesquisa com base em estudos de autores como Paro (2000, 2023), Freire (2001, 2011) Lück (2006, 2009, 2010, 2018), e Castro e Regattieri (2009), Polonia e Dessen (2005, 2007). A metodologia segue abordagem qualitativa com análise documental, e aplicação de questionários, investigando obstáculos na relação escola-família na EEEAP. Como forma de apresentar as evidências do caso de gestão, utilizamos os dados contextuais da escola, extraídos do questionário SAEB, disponibilizados no site Qedu e ainda as informações coletadas na pesquisa documental exploratória que realizamos nos documentos internos da escola que nos dão pistas sobre a relação entre a família e a escola. No que diz respeito aos documentos internos à escola, foram consultados os registros (i) de participação dos pais nos órgãos colegiados da escola (2019 a 2023); (ii) das Atas das Reuniões de Pais (2019 a 2023) e as Listas de presença das reuniões (2019 a 2023) e (iii) as informações constantes nos documentos da escola (Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico) referentes à participação da família. Consideramos nesta pesquisa a meta de 80% de participação, conforme estabelecida no PPP da escola. As considerações parciais indicam uma participação familiar aquém do necessário para uma boa gestão, especialmente nos órgãos colegiados e nas reuniões bimestrais e individuais. Adicionalmente, identificou-se uma lacuna na comunicação entre a escola e as famílias, dificultando a implementação de ações efetivas de acompanhamento e desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes. Por último, propõe-se ações eficazes para melhoria da relação escola-família através do Plano de Ação Educacional - PAE.

Palavras-chave: Relação escola-família, Fortalecimento da parceria escola-família, Gestão escolar, Envolvimento parental.

ABSTRACT

This research investigates the dynamics of the relationship between school and family at E.E Edson Alves Pereira - EEEAP, located in Montezuma - Minas Gerais. The main objective of the research was to analyze the obstacles that exist in this relationship and explore possible strategies for overcoming them. The theoretical framework covers concepts such as democratic and participatory management, school-family relationship and the impact of family participation in the students' learning process, among other relevant aspects. In the theoretical framework, we delimited our research field based on studies by authors such as Paro (2000, 2023), Freire (2001, 2011) Lück (2006, 2009, 2010, 2018), and Castro and Regattieri (2009), Polonia and Dessen (2005, 2007). The methodology follows a qualitative approach with documentary analysis and application of questionnaires, investigating obstacles in the school-family relationship at EEEAP. To present evidence of the management case, we used contextual data from the school, extracted from the SAEB questionnaire, available on the Qedu website, and also information collected in the exploratory documentary research we carried out in the school's internal documents that give us clues about the relationship between the family and the school. With regard to the school's internal documents, we consulted the records (i) of parental participation in the school's collegiate bodies (2019 to 2023); (ii) of the Minutes of Parents' Meetings (2019 to 2023) and the Attendance Lists of the meetings (2019 to 2023); and (iii) the information contained in the school's documents (School Bylaws and Political Pedagogical Project) regarding family participation. In this research, we considered the target of 80% participation, as established in the school's PPP. The partial considerations indicate that family participation is below what is necessary for good management, especially in the collegiate bodies and in the bimonthly and individual meetings. Additionally, a gap in communication between schools and families was identified, making it difficult to implement effective actions to monitor and develop students' skills and competencies. Finally, effective actions are proposed to improve the school-family relationship through the Educational Action Plan (PAE).

Keywords: School-family relationship, Strengthening the school-family partnership, School management, Parental involvement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista aérea e frontal da EEEAP.....	30
Figura 2 – Distribuição espacial do IDHM em Minas-Gerais.....	31
Figura 3 – Evolução do IDEB Anos Finais EEEAP 2007 a 2023.....	40
Figura 4 – Evolução do IDEB Ensino Médio EEEAP 2017 a 2023.....	41
Figura 5 – Bilhete para a primeira reunião do ano letivo 2023.....	54
Figura 6 – Bilhete para a primeira reunião do ano letivo 2024.....	55
Figura 7 – Postagem para divulgar a primeira reunião do ano letivo 2024.....	55
Figura 8 – Os maiores eventos anuais da EEEAP.....	71
Figura 9 – Diferenças significativas na relação escola-família na EEEAP e as outra(s) escola(s) que trabalhou ou trabalha.....	98
Figura 10 – Expectativas dos professores em relação a contribuição dos pais na vida escolar dos filhos.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolaridade das mães (mulheres responsáveis) Alunos 9° e 3° ano....	36
Quadro 2 - Escolaridade dos pais (homens responsáveis) Alunos 9° e 3° ano.....	37
Quadro 3 – Número de alunos por turno, nível e série.....	38
Quadro 4 – Distribuição dos servidores por função e vínculo.....	39
Quadro 5 – Competências do colegiado escolar.....	47
Quadro 6 – Atas de reuniões de pais de 2019.....	56
Quadro 7 – Pautas das reuniões de pais 2022.....	57
Quadro 8 – Pontos de Melhoria: participação da família na vida escolar dos filhos..	68
Quadro 9 – Detalhamento dos projetos desenvolvidos pela escola.....	70
Quadro 10 – Você acredita que as famílias compreendem as expectativas que a escola tem para elas?.....	99
Quadro 11 – Desafios e ações propositivas	109
Quadro 12 – Princípio do método 5W2H.....	110
Quadro 13 – Ação 1: Reuniões formativas e de conscientização.....	114
Quadro 14 – Ação 2: criação de canais de comunicação eficientes.....	116
Quadro 15 – Ação 3: adequação de tempos e espaços para reuniões.....	118
Quadro 16 – Ação 4: Parcerias intersetoriais para ampliar o acesso das famílias à escola.....	119
Quadro 17 – Ação 5: Monitoramento e avaliação da participação familiar.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDHM da região imediata de Espinosa.....	32
Tabela 2 – PIB da região imediata de Espinosa.....	34
Tabela 3 – Dados contextuais de questionário aplicado ao 9º ano 2021.....	43
Tabela 4 – Dados contextuais de questionário aplicado ao 3º ano 2021.....	44
Tabela 5 – Processo de eleição dos membros do colegiado escolar no ano 2022....	49
Tabela 6 – Participação dos pais na reunião do colegiado escolar – 2019 a 2023....	50
Tabela 7 – Atas Ensino Fundamental 2019.....	58
Tabela 8 – Atas Ensino Fundamental 2022.....	59
Tabela 9 – Atas Ensino Fundamental 2023.....	60
Tabela 10 – Atas Ensino Médio 2019.....	60
Tabela 11– Atas Ensino Médio 2022.....	61
Tabela 12 – Atas Ensino Médio 2023.....	62
Tabela 13 – Tempo de serviço na escola.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
ATB	Assistente Técnico de Educação Básica
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
EEEAP	Escola Estadual Edson Alves Pereira
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Inse	Indicador de Nível Socioeconômico
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NSE	Nível socioeconômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Plano de Ação Educacional
PEUB	Professor para Ensino do Uso da Biblioteca
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
Proeb	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Qedu	Portal de dados educacionais.
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA EEEAP.....	21
2.1	A INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E MINEIRA.....	21
2.2	APRESENTAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL EDSON ALVES PEREIRA.....	28
2.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA EEEAP.....	41
2.3.1	Dados contextuais da escola.....	41
2.3.2	Participação dos pais nos órgãos colegiados da escola.....	44
2.3.4	Informações constantes nos documentos da escola (regimento escolar e projeto político pedagógico) referentes a participação da família na escola..	63
2.3.5	Eventos e projetos da escola que demandam a participação da família.....	68
3	INÉDITOS VIÁVEIS: A Dialética da Relação Escola-Família.....	73
3.1	O Real, a Utopia e os Inéditos Viáveis: Fundamentos Teóricos da Participação Escola-Família.....	74
3.1.1	Relação escola/família na gestão democrática e participativa.....	80
3.1.2	Relação escola/família e questões pedagógicas.....	84
3.1.3	Outras dimensões possíveis para pensar a relação escola-família.....	86
3.2	METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	92
3.3	A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NA EEEAP: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	95
3.3.1	A percepção dos profissionais sobre a relação escola/família na EEEAP.....	96
3.3.2	A percepção dos alunos sobre a relação escola/família na EEEAP...	101
3.3.3	Análise das respostas dos pais ou responsáveis.....	104
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: O INÉDITO VIÁVEL NA RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA.....	107
4.1	AÇÃO 1 Reuniões formativas e de conscientização.....	112
4.2	AÇÃO 2: CRIAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO EFICIENTES.....	115
4.3	AÇÃO 3: ADEQUAÇÃO DE TEMPOS E ESPAÇOS PARA REUNIÕES..	116
4.4	AÇÃO 4: PARCERIAS INTERSETORIAIS PARA AMPLIAR O ACESSO DAS FAMÍLIAS À ESCOLA.....	118

4.5	AÇÃO 5: MONITORAMENTO AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR.....	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	123
	APÊNDICE A – Questionário com os professores e especialistas mais antigos da escola.....	127
	APÊNDICE B – Questionário para os pais e/ou responsáveis dos alunos.....	131
	APÊNDICE C – Questionário para os alunos.....	133

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a construção dos conhecimentos e da cultura da criança tem seu início na família. Os valores que a família transmite desenvolvem na criança o papel de fundamentos que o acompanharão desde a infância até a vida adulta, por esse e outros motivos destacamos a importância do núcleo familiar na formação dos sujeitos. É importante que a família esteja ciente de seu papel e crie, junto com a escola, uma atmosfera favorável ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças nesses dois ambientes socializadores e educacionais. Para Piaget (2007, p. 50):

uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois, a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...].

O estreitamento da relação entre a escola e a família, tanto no ambiente escolar, quanto no desenvolvimento de atividades pedagógicas, pode gerar um desempenho positivo dos estudantes.

Assim sendo, o alinhamento entre a família e a escola é parte importante de qualquer esforço educacional, voltado para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a gestão democrática da instituição de ensino.

A escola também cumpre seu papel educacional, ao dialogar, informar e orientar os pais sobre diversas questões, para que, em reciprocidade, escola e família possam contribuir para o sucesso acadêmico dos estudantes.

Fala-se muito sobre a não participação dos pais na escola. Mas é importante identificar: Essa participação é um desejo real da escola? Os pais sabem o que a escola espera deles? Os professores e gestores escolares têm clareza de suas expectativas em relação às famílias dos alunos? O que se espera dos pais: que ofereçam suporte extra a seus filhos, quando estes apresentam dificuldades de aprendizagem? Que eles se sintam parte da escola e participem dos eventos promovidos por ela? Ou espera-se uma participação efetiva nos processos democráticos da escola?

Esta dissertação tem como objeto analisar a relação entre a escola e a família na Escola Estadual Edson Alves Pereira, localizada no município de Montezuma-MG, sob a perspectiva da necessidade de uma maior participação da família na vida escolar do aluno.

Para chegar neste objeto de pesquisa, tive que considerar a pergunta "o que você quer explicar?" também precisei refletir sobre a questão de "quais antecedentes e motivações me conectam ao meu objeto de investigação?" e as respostas para essas perguntas estão intrinsecamente relacionadas com minhas características e trajetória pessoal e profissional, portanto esse processo envolve a elaboração de um memorial pessoal e profissional, onde apresento a minha formação, as experiências de atuação, e os processos de pesquisa desenvolvidos na graduação e nas pós-graduações, buscando evidenciar, ainda que de forma breve, os aspectos históricos (contextos, questões epistemológicas que fui agregando (conhecimentos e teorias) e pedagógicos (influências institucionais). Dessa forma, o objetivo é configurar o problema de pesquisa à luz da própria experiência vivida, como se espera em qualquer pesquisa, principalmente em um programa de mestrado profissional.

Sou formado em Geografia, com especializações em Mídias na Educação, Estudos Sociais e Humanidades, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho, além de capacitação como Educador em Direitos Humanos. Cada uma dessas formações contribuiu com minha leitura do mundo, também agregaram para o desenvolvimento de competências específicas e trouxeram influências teóricas que enriqueceram minha prática educacional e aprofundaram minha compreensão das dinâmicas sociais e educacionais.

Minha atuação em sala de aula iniciou ainda durante a licenciatura quando atuei como bolsista de iniciação à docência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e, posteriormente, lecionei em escolas de duas redes municipais no estado da Bahia. Minha ligação com a Escola Estadual Edson Alves Pereira, doravante EEEAP, inicia em 2018, quando assumi um cargo efetivo no componente curricular Geografia e, desde então, exerço à docência apenas nessa escola onde também já atuei em anos anteriores nas funções de coordenador do Novo Ensino Médio e Orientador da Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), atualmente, leciono o componente curricular pesquisa e intervenção no Ensino

Médio em Tempo Integral - EMTI e exerço a função de vice-diretor na qual sinto que tenho a missão de compreender e criar estratégias de gestão que venham ao encontro deste que é um dos principais problemas identificados e que tem a possibilidade de ser solucionado ou amenizado na referida instituição, a relação escola/família. Este tema despertou minha atenção de forma inconsciente ao comparar a minha experiência em outras escolas com a EEEAP e isso se confirmou a partir da análise dos dados.

Essa pesquisa é justificada pela importância da participação da família na educação dos filhos, sendo até mesmo uma obrigação legal prevista na Constituição Federal (1988) que traz no Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988.)

O Artigo 205 coloca a educação como um dever do Estado e da família, devendo ser promovida por colaboração. A legislação estabelece que a família desempenhe um papel educacional, não limitando essa responsabilidade apenas à escola.

A Constituição em seu artigo 229 diz que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 1988).

O Código Civil também reforça essas obrigações parentais, e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular os seus filhos na rede regular de ensino, o que implica deveres que vão além da matrícula, tais como garantir a sua frequência escolar e acompanhar o seu aproveitamento, esse acompanhamento se torna um fator que pode influenciar o desempenho acadêmico, o desenvolvimento socioemocional e a criação de um ambiente de aprendizagem positivo.

Partimos do pressuposto de que o baixo envolvimento das famílias com as questões de escolarização pode estar ligado a diversos fatores, tais como: situação socioeconômica, dificuldade de acesso à escola, a escassez de iniciativas da escola que promovam a presença e participação ativa dessas famílias na escola, ao uso de métodos de comunicação ineficazes entre escola e família. Assumimos, então, que

há a necessidade de propor medidas que fortaleçam uma gestão escolar mais democrática e participativa, principalmente, no que diz respeito à relação escola-família.

Diante do contexto geral apresentado pelas pesquisas que versam sobre a participação das famílias na escola, tais como Castro e Regattieri (2009), Silva (2020), Paro (2023), Lück (2006, 2009, 2010, 2018), entre outros, e das supracitadas características de Montezuma e da EEEAP, temos os elementos-chave que moldam a dinâmica da relação entre escola e família. Esses fatores compõem o cenário complexo que motiva a presente pesquisa onde propomos ações concretas capazes de fortalecer a relação escola/família na EEEAP, promovendo uma colaboração mais eficaz e positiva entre ambas as partes, em benefício do desenvolvimento educacional e pessoal dos alunos.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar e as atas das reuniões de pais e do colegiado escolar, constatam-se evidências de baixa participação dos responsáveis nas reuniões bimestrais. Nesse contexto, a baixa participação refere-se à ausência significativa dos pais ou responsáveis em momentos de interação com a escola.

Durante as reuniões de revisão e atualização do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, ao observar a realidade da participação dos responsáveis nas reuniões, a equipe pedagógica da escola, composta pela direção, vice-diretores, especialistas e professores, identificou a necessidade de estabelecer um parâmetro mínimo de 80% de presença, conforme a Meta 2 do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola: “melhorar a participação dos responsáveis nas reuniões em no mínimo 80%” (EEEAP, 2022, p. 27).

Uma meta de 80% pode ser vista como robusta e elevada, porém focamos na busca pelo ideal de 100% de participação, que pode ser compreendido como um “inérito viável” a ser perseguido, nos termos de Paulo Freire (2001), que compreende a utopia não como algo irrealizável, mas como um sonho concreto que pode ser alcançado gradativamente por meio de ações práticas transformadoras.

Desse modo, embora o PPP da escola tenha estabelecido os 80% como meta desejável, sua legitimidade enquanto objetivo viável está sustentada não apenas pela normativa interna, mas também por compreender que a busca por 100% de participação é o reconhecimento de que cada estudante é único e possui o direito de

ser acompanhado e incluído nos processos escolares. Assim, o compromisso com a totalidade não representa uma expectativa abstrata, mas uma diretriz ética e pedagógica, que orienta a escola na construção de práticas inclusivas, democráticas e transformadoras. Compreender essa meta como uma utopia ou um avanço inédito viável no contexto atual da educação pública permite que ela seja uma diretriz que motive ações de engajamento, sem ignorar a complexidade do processo de construção de uma participação ampla e efetiva.

Outros fatores que evidenciam a situação é um colegiado escolar com pouca representatividade em participação ativa, além de eventos e projetos escolares que também possuem baixo alcance na efetivação da participação.

Dentro desse contexto, esta pesquisa é orientada pela seguinte pergunta: Quais os principais obstáculos para o fortalecimento da relação escola-família na EEEAP? Com o objetivo geral de propor ações capazes de fortalecer a relação escola-família na EEEAP.

Esse problema de pesquisa é relevante, porque a relação entre a escola e a família é uma das mais importantes e influentes na vida das crianças e adolescentes. A falta de envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos pode afetar negativamente o desempenho acadêmico e o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Além disso, a participação dos pais pode ter efeitos no desenvolvimento dos alunos, na prevenção de comportamentos de risco e na promoção de um ambiente de aprendizado positivo. Nesse sentido, Lopez (2002) acredita que a eficiência da educação escolar depende do grau de implicação e participação dos pais:

O desenvolvimento e a educação da criança dependem sobretudo do esforço comum das esferas sobrepostas que constituem o mundo da criança. Quando estas esferas comunicam e se relacionam de forma positiva, cria-se um ambiente ecológico favorável ao desenvolvimento. Quando estas esferas estão de costas voltadas, perseguem objetivos opostos ou comungam valores conflitantes, estamos perante um ambiente que dificulta o desenvolvimento da criança (2002, p. 3).

Portanto, é fundamental compreender as dificuldades e os obstáculos que impedem uma colaboração mais efetiva entre os pais e a escola, a fim de propor ações capazes de fortalecer a relação escola-família na EEEAP. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever os espaços de participação da família na escola pesquisada, identificando como os mesmos são preenchidos e ocupados pelos pais e responsáveis;
- b) Analisar os fatores que dificultam o fortalecimento da relação escola/família;
- c) Propor estratégias de gestão que podem ser adotadas pela escola e comunidade para promover um estreitamento e fortalecimento da relação escola/família.

A matriz teórica de análise dos dados utilizada neste estudo é baseada em autores que discutem a importância da relação família/escola, tais como Paro (2000, 2023), Castro e Regattieri (2009), Polonia e Dessen (2005, 2007).

Na metodologia, adotamos o estudo de caso de abordagem qualitativa para coletar informações sobre os fatores que se apresentam como limitantes para uma maior participação dos pais na escola. Utilizamos como instrumento de pesquisa recursos como análise documental do projeto político pedagógico da escola, regimento escolar, livros de atas e questionários aplicados aos pais, alunos, professores e gestão da escola, a fim de traçar o panorama atual e desenvolver estratégias que possam sanar o problema de baixa participação dos pais na escola.

A coleta de informações se deu em duas etapas: a primeira foi o levantamento de dados e análise documental, e a segunda, através da aplicação de questionários aos profissionais da escola, também com os pais ou responsáveis e alunos, dando-lhes a oportunidade de expressar suas crenças, expectativas e comportamentos, bem como os fatores que aproximam ou distanciam as famílias de uma participação efetiva na escola e na educação de seus filhos.

A seleção dos participantes do público escolar, composto por professores, direção, alunos, pais e responsáveis pelos estudantes matriculados na escola baseou-se em amostras distintas: professores mais antigos na escola, gestão atual, membros dos órgãos colegiados da escola e outra constituída pelos pais, tanto os que participam assiduamente das reuniões e mantém contato, quanto aqueles que não participam assiduamente do cotidiano escolar.

A aplicação de questionários tem por objetivo produzir uma visão geral da relação entre escola e família, a partir das perspectivas dos servidores da escola e

dos pais/responsáveis dos alunos. Esses questionários permitiram a coleta de informações relevantes e dados quantitativos que podem revelar tendências e padrões, fundamentais para a formulação de novas bases nas relações da escola com a comunidade. Com a análise desses dados, é possível identificar fatos relevantes e estabelecer estratégias para um plano de ação educacional consistente.

Na presente dissertação, exploramos a interação fundamental entre escola e família no contexto educacional, analisando sua importância, aspectos legais e teóricos, bem como os fatores contextuais que moldam essa relação.

No Capítulo 2, concentramo-nos na relação escola/família na EEEAP, abordando aspectos legais tanto em nível nacional, quanto no contexto do estado de Minas Gerais. Para uma compreensão mais abrangente do contexto local, conduzimos um processo de pesquisa documental nos registros internos da escola, o que nos permitiu uma abordagem objetiva da participação da família na instituição, ao examinar os espaços designados para tal interação e avaliando como esses espaços são ou não são ocupados pelos pais. Detalhamos o processo de pesquisa, identificando e analisando os documentos mobilizados.

Por fim, no Capítulo 3, prosseguimos nossa análise, adentrando as dimensões teóricas e metodológicas que sustentam nosso estudo. Dividimos a parte teórica em três eixos fundamentais. Primeiramente, exploramos a relação escola/família sob o prisma da gestão democrática e participativa, examinando como a colaboração das famílias é fomentada no contexto da gestão escolar. Em seguida, voltamos nossa atenção para a influência dessa relação nas questões pedagógicas, investigando como a relação entre escola e famílias impacta o desempenho dos alunos e a promoção da aprendizagem. Por fim, exploramos outras perspectivas menos centrais, mas igualmente relevantes, da relação escola/família, como o cumprimento do direito à informação das famílias sobre a educação dos filhos, a relação entre o nível socioeconômico e o capital cultural na relação família-escola e a importância do fortalecimento dos laços entre a comunidade escolar.

Ainda no Capítulo 3, apresentamos a metodologia, os procedimentos e os instrumentos utilizados. Por fim analisamos os resultados obtidos, interpretando as respostas à luz dos referenciais teóricos que fundamentam o estudo.

2 A RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA EEEAP

Neste capítulo, apresentamos a caracterização da Escola Estadual Edson Alves Pereira (EEEAP) e analisamos os espaços de participação da família, investigando como pais e responsáveis ocupam esses espaços e qual é a dinâmica estabelecida entre escola e família nesse contexto específico. Para atingir esse objetivo, o capítulo foi estruturado em oito seções que, de forma articulada, contribuem para a compreensão do tema no âmbito da gestão escolar.

Inicialmente, trazemos uma análise das bases legais que fundamentam a relação entre escola e família em diferentes níveis. Em seguida, descrevemos a escola, seu contexto comunitário e os fatores geográficos e socioeconômicos locais e regionais que influenciam sua realidade. Com esse percurso, buscamos oferecer uma compreensão mais aprofundada e contextualizada da atuação da EEEAP, evidenciando as interações entre seus diversos atores e as possibilidades de fortalecimento da participação familiar na vida escolar.

2.1 A INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E MINEIRA

Antes de adentrar na legislação brasileira sobre o tema, cabe apresentar a relação escola-família contidas nas recomendações da UNESCO, pois essa agência especializada do Sistema das Nações Unidas, desempenha um papel importante na promoção da educação de qualidade, no estímulo ao aprendizado contínuo e na difusão do conhecimento científico em todo o mundo. Suas diretrizes e iniciativas são relevantes não apenas para a comunidade internacional, mas também para o Brasil, como uma nação que compartilha o compromisso de melhorar o acesso à educação e promover o desenvolvimento sustentável.

O Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança em 24 de setembro de 1990 e como signatário da convenção deve seguir as diretrizes na cooperação internacional para garantir a paz e o desenvolvimento sustentável, nas áreas da educação, da cultura e da ciência. Em questões éticas, sociais, diversidade cultural, diálogo intercultural e cultura da paz também são altamente relevantes, pois, esses elementos desempenham um papel fundamental na construção de um

ambiente escolar inclusivo e harmonioso, fatores que impactam diretamente o sucesso educacional e o bem-estar das crianças e jovens.

No contexto desta dissertação, as diretrizes da UNESCO oferecem um quadro específico para compreendermos como as políticas educacionais podem ser moldadas de maneira a fortalecer os laços entre essas duas instituições e, assim, enriquecer a experiência educacional das crianças. O Artigo 5 da convenção reconhece o papel dos pais, da família ampliada e da comunidade na orientação e educação das crianças, respeitando os costumes locais e culturais.

Os Estados Partes devem respeitar as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, quando aplicável, dos membros da família ampliada ou da comunidade, conforme determinem os costumes locais, dos tutores legais ou de outras pessoas legalmente responsáveis pela criança, para proporcionar-lhe instrução e orientação adequadas, de acordo com sua capacidade em evolução, no exercício dos direitos que lhe cabem pela presente Convenção. (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989).

Esse princípio repercute com o tema da relação entre escola e família, ao indicar a responsabilidade compartilhada na educação das crianças, enfatizando a necessidade de um ambiente colaborativo entre a escola e as famílias para o desenvolvimento adequado das crianças. Reforçando a ideia de que a parceria entre família e escola não é apenas voluntária, mas também um direito das crianças.

O Artigo 28 da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) destaca a importância de proporcionar educação de qualidade a todas as crianças, enfatizando a necessidade de cooperação global nesse esforço. Nesse sentido, a relação entre escola e família desempenha um papel crucial na realização desses objetivos, pois ambos têm a responsabilidade de garantir que as crianças tenham acesso a uma educação adequada e inclusiva.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que estabelece as diretrizes e princípios fundamentais para a educação no país, também traz direcionamentos sobre a relação entre escola e família. Embora não trate diretamente dessa relação em detalhes, ela estabelece alguns princípios e direitos relacionados à educação que têm implicações para essa relação.

Já o Artigo 227 (1988) traz na redação dada pela Emenda Constitucional N. 65, de 2010:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, Art. 227).

O Artigo 227 reforça a importância da proteção integral e prioritária dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Essa norma estabelece uma rede de deveres compartilhados entre família, sociedade e Estado na promoção do bem-estar e desenvolvimento desses indivíduos. Ao considerar a “prioridade absoluta” desses direitos, a Constituição ressalta a necessidade de garantir condições projetadas para que as novas gerações possam usufruir de aspectos fundamentais como vida, saúde, educação, lazer e convivência familiar.

A ênfase na educação como um pilar essencial para o desenvolvimento integral desses indivíduos encontra respaldo na legislação brasileira que regulamenta a educação nacional, representada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é a legislação que regula o sistema educacional brasileiro, estabelecendo diretrizes e normas para a organização e o funcionamento das instituições de ensino em todos os níveis. A LDB tem como princípios básicos a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino público, por isso, a LDB traz importantes contribuições para o estudo em questão, tais como o dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar, que traz em seu artigo 1º o seguinte texto:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

A LDB também reforça a necessidade de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, alinhada ao princípio da prioridade absoluta consagrada no Artigo 227, abordando aspectos como o direito à educação, igualdade de oportunidades,

valorização dos profissionais da educação e a promoção de práticas educativas que respeitem a diversidade e as individualidades, convergindo assim com a visão constitucional de garantir condições propícias ao pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), outro instrumento normativo que se alinha ao propósito do Artigo 227 é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece direitos como o direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, à proteção contra o trabalho infantil e a exploração sexual, entre outros. Além disso, o estatuto prevê medidas de proteção e punição para quem violar os direitos da criança e do adolescente, buscando garantir seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Essas diretrizes específicas para a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, incluem disposições relacionadas à educação.

No contexto da relação escola/família, o estatuto reforça a importância da participação ativa da família no processo educacional, promovendo a integração entre instituições de ensino e responsáveis pela criança ou adolescente, destacando que a cooperação entre escola e família deve contribuir para o pleno desenvolvimento do educando, garantindo espaços para o diálogo e participação conjunta. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 4º diz:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

O ECA (1990), em seu artigo nº 55, reitera a responsabilidade da família no ensino formal dos filhos: “Responsabilidade dos pais e responsáveis em relação aos filhos em idade escolar: direito de ter ciência do processo pedagógico, participar da definição das propostas educacionais, obrigatoriedade de matricular o filho na escola” (BRASIL, 1990, p 07).

Essa perspectiva colaborativa entre escola e família também está em sintonia com a abordagem do Artigo 227, reforçando a ideia de que a garantia dos direitos da infância e juventude é uma responsabilidade compartilhada, onde tanto o

Estado efetivado na instituição escolar, quanto a família desempenham papéis essenciais na promoção de um meio ambiente educacional saudável e propício ao desenvolvimento integral das novas gerações.

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola" (BRASIL, 1996, Art. 12, Inciso VI).

A LDB destaca a importância da relação entre a escola e a família, reconhecendo esta última como corresponsável pela formação integral do educando, estabelecendo a necessidade de colaboração mútua entre as partes. Além disso, a LDB reforça que é responsabilidade das instituições de ensino "informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola" (BRASIL, 1996, Art. 12, Inciso VII, redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

Nesse sentido a LDB converge com o Artigo 227 da Constituição Federal ao reconhecer a relevância da participação familiar no ambiente escolar, evidenciando que a presença ativa dos pais e responsáveis é fundamental para a promoção de uma educação de qualidade e para o desenvolvimento pleno das crianças, adolescentes e jovens.

Ainda no contexto federal, surge o Programa Educação e Família, que foi instituído pela Portaria nº 571, de 2 de agosto de 2021, do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e tem por propósito.

... enaltecer o protagonismo da família e da escola na promoção de uma educação com qualidade, em favor do pleno desenvolvimento individual e no preparo para o exercício da cidadania. Complementarmente, visa propiciar aos estudantes subsídios na construção do seu projeto de vida e qualificação para o mercado de trabalho. (p. 9)

O Programa Educação e Família elaborou um guia da escola, cujo objetivo do texto é fornecer orientações e diretrizes para a implementação do Programa Educação e Família, visando promover a participação e colaboração da família na

vida escolar dos estudantes, bem como na construção do projeto de vida dos mesmos. O texto destaca a importância do planejamento, do engajamento e do foco para alcançar resultados duradouros e consistentes, além de ressaltar a necessidade de aprimoramento da relação entre escola e família para benefício dos estudantes.

O programa prevê a ajuda financeira via PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) para a implementação do plano de ação desenvolvido pelas escolas selecionadas. Esses recursos são destinados para viabilizar a execução do Plano de Ação, que inclui atividades como oficinas, cursos, palestras, entre outros, que valorizem a participação da família na vida escolar e no projeto de vida dos estudantes

Com o mesmo objetivo, é criado o Programa Escola e Comunidade (Proec), lançado em abril de 2024 pela Secretaria de Educação Básica em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), busca incentivar a participação ativa da família e da comunidade nas escolas públicas, promovendo a educação integral e a formação cidadã dos estudantes.

...com a finalidade de fomentar a parceria entre a escola, a família e a comunidade, na perspectiva da educação integral, por meio da participação de estudantes, profissionais da educação, familiares e membros da comunidade em projetos de formação que envolvam a promoção da cidadania, da cultura de paz, democrática e a melhoria da qualidade da educação pública brasileira (Brasil, 2024).

Focado na Educação Básica, o Proec tem como objetivo central a melhoria da qualidade da educação pública, fortalecendo a colaboração entre educadores, estudantes, familiares e membros da comunidade.

O programa apoia técnica e financeiramente projetos de formação desenvolvidos pelas escolas, com ações que abordam temas contemporâneos e transversais, como pesquisa científica, práticas culturais e esportivas, tecnologia da informação, cultura de paz, preservação do meio ambiente, e saúde integral. As iniciativas buscam não só promover o desenvolvimento acadêmico, mas também preparar os estudantes para o exercício da cidadania, em um ambiente que valoriza a participação da família e da comunidade na educação.

Em síntese, esses instrumentos legais reforçam a ideia de que a parceria entre escola e família é essencial para criar um ambiente educacional que atenda não apenas às necessidades acadêmicas, mas também ao bem-estar e desenvolvimento integral dos educandos. E ainda reforça a compreensão de que a construção de uma educação de qualidade não é responsabilidade exclusiva da escola, mas sim uma tarefa conjunta que envolve a colaboração ativa da família.

A família tem papel fundamental na educação, pois na família as crianças e jovens absorvem os valores e fortalecem os laços. A participação ativa da família na vida escolar dos filhos pode proporcionar um ambiente seguro e favorável ao aprendizado.

Minas Gerais também tem diretrizes próprias para regulamentar os espaços institucionais de participação da família na escola, apresentaremos, aqui, as disposições estaduais que dispõem sobre as reuniões bimestrais, a atuação dos órgãos colegiados e outros dispositivos de participação da família na escola.

Um dos espaços de participação da família na escola previstos e regulamentados institucionalmente pela SEE-MG é a reunião de pais bimestral, prevista para acontecer 4 vezes por ano em todas as escolas estaduais de MG. Essas reuniões são previstas anualmente no calendário escolar. As resoluções que tratam do calendário escolar são lançadas ao final de cada ano letivo, com o intuito de planejar o calendário para o ano subsequente, conforme o exemplo da Resolução SEE nº 4.797/2022, que traz os procedimentos de ensino, diretrizes administrativas, pedagógicas e do Calendário Escolar do ano de 2023. O artigo 10, que trata das reuniões com pais e/ou responsáveis, dispõe que:

As reuniões com pais e/ou responsáveis deverão ser realizadas bimestralmente, conforme disposto no Anexo I desta Resolução, cabendo à gestão escolar buscar estratégias para estimular a participação da comunidade escolar e fomentar o diálogo com as famílias sobre o processo de aprendizagem dos estudantes. (Minas Gerais, 2022)

A obrigatoriedade para as escolas empregarem as reuniões como meio de promover a interação com as famílias e a instituição de um cronograma para tais eventos nas resoluções são elementos úteis para o fortalecimento da parceria entre as instituições de ensino em Minas Gerais e os responsáveis pelos estudantes. Por outro lado, vemos que ao propor datas fixas para as reuniões bimestrais em todas

as escolas do estado, as resoluções suprimem a autonomia da escola em analisar de acordo com seu contexto próprio a data mais adequada, que respeite a lógica e organização local, para adequar as reuniões com vista a uma participação mais efetiva dos pais.

Outro espaço de participação da família na escola regulamentado institucionalmente pela SEE-MG são os órgãos colegiados, nesse sentido, a Resolução SEE nº 4764, de 23 de agosto de 2022, “dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, o funcionamento e o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais”. Através das assembleias e da composição do colegiado escolar, é prevista a participação ativa das famílias na tomada de decisões e na vida escolar, tendo como base a premissa da gestão democrática, gerando capital social na relação escola e a família com vistas no desenvolvimento educacional dos estudantes e da comunidade em geral.

Ainda sobre a participação dos pais na escola, a Resolução 4692/2021 e demais legislações vigentes trazem orientações sobre a elaboração/atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar. O envolvimento da família no PPP não se limita apenas à execução de atividades escolares, mas inicia desde a elaboração desse documento orientador. A Resolução 4692/2021, também fornece diretrizes explícitas sobre a elaboração e atualização do PPP e do Regimento Escolar com participação efetiva dos pais.

Compreender como o Regimento e o PPP construídos na e para a EEEAP e de que maneira abordam a relação escola-família contribuiu muito para a pesquisa em questão, pois com eles pudemos identificar as vulnerabilidades e pontos fortes e revelar qual é o olhar da instituição sobre essa relação.

2.2 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL EDSON ALVES PEREIRA

A Escola Estadual Edson Alves Pereira, situada na zona urbana da sede do município de Montezuma-MG, foi autorizada sob os decretos 8954, de 03.10.1985, 37955, de 16.05.1996 e Portaria 252/97, MG 18.12.1997. A EEEAP é uma instituição de grande relevância para a comunidade local, pois é a única escola de Ensino Médio do município, acolhe todos os estudantes que buscam terminar seu ciclo de educação básica, tanto nas modalidades regulares, quanto na Educação de Jovens

e Adultos - EJA e, até mesmo, na forma subsequente, através do ensino técnico de nível médio. Dessa forma, a referida instituição impacta diretamente a formação e o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos do município.

A EEEAP foi construída pelo Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais e inaugurada no ano de 1989. Antes denominada E. E. de Montezuma, recebeu a nova denominação Escola Estadual Edson Alves Pereira, em homenagem ao líder político, o Sr. Edson Alves Pereira, pai falecido da diretora naquela época. Este histórico foi construído pela equipe gestora da escola (2019-2022) a partir de pesquisas aos arquivos da Escola, através de relatos de professores, funcionários, ex-alunos e comunidade em geral.

Figura 1 – Vista aérea e frontal da EEEAP



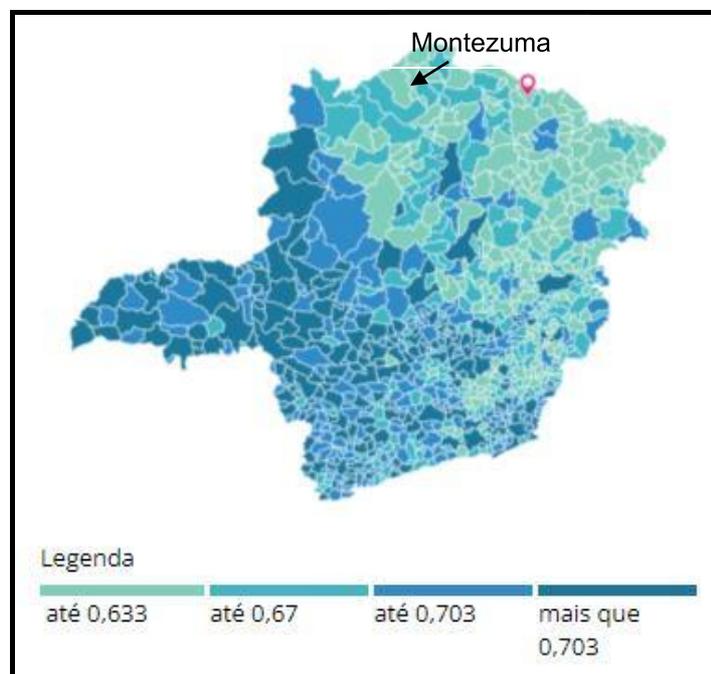
Fonte: Google maps e acervo do autor (2024)

Montezuma localiza-se nas altitudes da Serra Geral ou Serra do Espinhaço. Seu território é de 1.130,419 km² e faz parte da macrorregião Norte de Minas, na região geográfica intermediária de Montes Claros e, mais especificamente, na região

imediate de Espinosa e na microrregião de Salinas, Montezuma possui uma população de 6.888 habitantes, segundo dados do último censo demográfico (IBGE, 2022).

Para compreender de maneira abrangente essa dinâmica e sua influência na educação, é importante explorar o contexto econômico e social das famílias que compõem essa comunidade. Portanto, para lançar luz sobre os desafios e oportunidades que permitem a interação entre a escola e a família, consideramos os fatores socioeconômicos que caracterizam a região e o município.

Figura 2- Distribuição espacial do IDHM em Minas Gerais (2010)



Fonte: IBGE

É relevante destacar que, assim como os demais municípios da mesorregião Norte de Minas, Montezuma possui baixos indicadores sociais que apontam para os desafios enfrentados pela comunidade.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Montezuma foi de 0,587, enquanto o IDH de Minas Gerais era de 0,731.

¹ “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta que avalia o desenvolvimento humano em três dimensões principais: longevidade, educação e renda. Ele é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, ajustado para refletir melhor a realidade dos municípios brasileiros. O IDHM varia de 0 a 1, onde

A Região Geográfica Imediata² de Espinosa é uma das 70 regiões imediatas do estado brasileiro de Minas Gerais, uma das sete regiões imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Montes Claros. Criada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tabela abaixo foi elaborada por filtragem de informações no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil e Ipea, com dados extraídos do IBGE 2022. A tabela apresenta os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Região Imediata de Espinosa, com dados coletados nos Censos de 2000 e 2010. O IDHM é dividido em três componentes: renda, educação e longevidade. Cada componente é representado por um valor que varia de 0 a 1, onde 1 indica o máximo de desenvolvimento possível.

Visando manter o foco da análise nas políticas educacionais e socioeconômicas que impactaram mais diretamente a renda e a educação no período em questão, o componente de longevidade não foi inserido nesta tabela específica.

Os municípios listados na tabela são comparados com a média nacional para esses períodos, oferecendo uma visão geral do índice de desenvolvimento humano na região.

Tabela 1 - IDHM da Região Imediata de Espinosa

Territorialidades	População censo 2022	IDHM Censo 2000	IDHM Censo 2010	IDHM Renda Censo 2000	IDHM Renda Censo 2010	IDHM Educação Censo 2000	IDHM Educação Censo 2010
Brasil	203.080,656	0,612	0,727	0,692	0,739	0,456	0,637
Mato Verde	12.038	0,505	0,662	0,531	0,604	0,339	0,610
Monte Azul	20.328	0,505	0,659	0,497	0,611	0,363	0,578
Catuti	4.739	0,413	0,621	0,437	0,563	0,241	0,549

valores mais próximos de 1 indicam um maior nível de desenvolvimento humano no município.” (PNUD, 2024).

² A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil (IBGE, 2017)

Territorialidades	População censo 2022	IDHM Censo 2000	IDHM Censo 2010	IDHM Renda Censo 2000	IDHM Renda Censo 2010	IDHM Educação Censo 2000	IDHM Educação Censo 2010
Gameleiras	4.793	0,461	0,650	0,441	0,559	0,310	0,618
Mamonas	5.997	0,440	0,618	0,501	0,565	0,247	0,537
Espinosa	30.443	0,493	0,627	0,530	0,582	0,324	0,526
Santo Antônio do Retiro	6.629	0,376	0,570	0,428	0,504	0,182	0,469
Montezuma	6.888	0,409	0,587	0,498	0,587	0,196	0,425

Fontes: dados do IBGE.

Apesar do IDHM ser composto por três dimensões: renda, educação e longevidade. Nesta análise específica, o foco foi direcionado para os componentes de renda e educação, que são os mais diretamente influenciados por políticas públicas no curto e médio prazo, sendo assim relevantes para o objetivo desta dissertação. O componente de longevidade, embora igualmente importante, reflete, em sua maioria, questões relacionadas à saúde pública e condições de vida de longo prazo, com mudanças que tendem a ocorrer de forma mais gradual.

Analisando os números apresentados na tabela acima, é possível observar uma melhoria geral no IDHM em toda a região entre os anos de 2000 e 2010. A maioria dos municípios registrou aumentos em seus IDHMs, especialmente nos componentes de renda e educação. Esses avanços podem ser atribuídos a políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico, investimentos em educação e programas de assistência social.

Entre as políticas desenvolvidas no período, destacam-se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que visava impulsionar a economia através de investimentos em infraestrutura, e o Programa Bolsa Família, que teve um papel fundamental na redução da pobreza e na melhoria da renda das famílias. No campo educacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e a ampliação das Escolas Técnicas Federais contribuíram para o aumento do acesso à educação, especialmente em regiões mais vulneráveis. Essas iniciativas promoveram desenvolvimento, refletido no aumento dos índices de educação e renda.

Mato Verde e Monte Azul, por exemplo, apresentaram um aumento considerável em seus IDHMs entre 2000 e 2010, aproximando-se mais da média nacional em termos de desenvolvimento humano.

No entanto, mesmo com melhorias, alguns municípios ainda estão permanecem da média nacional, como é o caso de Santo Antônio do Retiro e Montezuma. Esses dados destacam a necessidade de intervenções para promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em toda a região, garantindo melhores condições de vida para todos os seus habitantes.

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) per capita nos mostra as condições econômicas locais e regionais. A tabela a seguir apresenta o PIB per capita dos municípios da região em 2021, comparando-os com a média nacional.

Tabela 2 - PIB da Região Imediata de Espinosa

Territorialidades	PIB per capita 2021
Brasil	42.247,52 R\$
Mato Verde	12.741,80 R\$
Monte Azul	12.467,46 R\$
Catuti	11.497,57 R\$
Gameleiras	11.278,35 R\$
Mamonas	9.155,69 R\$
Espinosa	11.517,31 R\$
Santo Antônio do Retiro	9.670,55 R\$
Montezuma	10.868,92 R\$

Fontes: IBGE.

Os dados apresentados na tabela mostram que os municípios da Região Imediata de Espinosa possuem PIB per capita consideravelmente inferior à média nacional, destacando as disparidades econômicas na região. O PIB per capita de Montezuma em 2021 foi de R\$ 10.868,92 e está abaixo da média de outros municípios da região imediata, demonstrando as dificuldades econômicas enfrentadas pela população. Esses números reforçam a necessidade de políticas

públicas focadas no desenvolvimento econômico local, visando aumentar o PIB per capita e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população.

Na economia de Montezuma predomina a agropecuária de base familiar que tem papel fundamental na subsistência da comunidade local. A produção de carvão vegetal também é uma atividade econômica bastante difundida no município e emprega uma boa parcela da população. Além disso, Montezuma também é conhecida por ser um destino turístico popular no Norte de Minas, devido ao balneário de águas termais localizado no centro da cidade. O turismo termal é uma importante fonte de receita para a população que trabalha nos hotéis, no balneário e no comércio em geral, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

O relacionamento da Escola com a comunidade se efetiva, por meio do Colegiado Escolar, dos eventos sociais realizados pela Escola, das reuniões bimestrais para a entrega dos resultados, no protagonismo estudantil que interage com a comunidade em ações externas e internas e, principalmente, na contribuição da escola para a comunidade, enquanto ambiente de educação formal e formação de valores de seus cidadãos.

O espaço físico da escola recebeu diversas configurações através de construção, ampliações, reformas e readequações de ambientes, atualmente, conta com onze salas de aula, uma biblioteca que também abriga o laboratório de informática com 22 computadores, uma secretaria, uma sala de recursos, uma cantina e quadra poliesportiva.

Os níveis e modalidades de ensino ofertados são: Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio nas modalidades Novo Ensino Médio-NEM, Ensino Médio em Tempo Integral-EMTI propedêutico e técnico, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Técnico Concomitante e Subsequente.

De acordo com o censo escolar 2023, o número total de matrículas na escola foi de 610. Considerando as etapas de ensino ofertadas, esse número distribuía-se da seguinte forma: 211 matrículas no Ensino Fundamental, anos finais; 282 no Ensino Médio; 40 vagas no Ensino Profissional, concomitante e subsequente e 91 alunos nas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, além disso, a escola também atende 17 alunos da educação especial na sala de recursos. Destaque-se que 52% dos nossos estudantes residem na zona urbana e 48% residem na zona rural.

Quanto à distribuição dos estudantes por sexo, temos 45% masculino e 55% feminino. Em relação à autodeclaração por cor/raça, eles se declaram da seguinte forma: Branca: 30%; Preta: 1,5%; Parda: 50%; Amarela: 00%; Indígena: 00%; Não declarada: 18,5%. O nível Socioeconômico (NSE) dos alunos, no ano 2021, obteve a classificação 3 dentro de uma escala que vai até 8, os estudantes estão entre meio e um desvio-padrão abaixo da média nacional.

O INSE, em 2021, era IV, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como dois ou três quartos para dormir, um banheiro, uma geladeira, três ou mais telefones celulares, um ou dois televisores e bens complementares como máquina de lavar roupas, micro-ondas, computador (com ou sem internet), um telefone fixo e um carro; bens suplementares como freezer; a renda familiar mensal está entre 1,5 e 3 salários mínimos; e seus responsáveis completaram o ensino médio ou a faculdade. Essa classificação é feita de acordo com os dados coletados nos questionários no Enem e Saeb.

As tabelas abaixo resumem a escolaridade das mães e dos pais (ou responsáveis) dos alunos do 9º e 3º ano, destacando as diferenças entre os dois grupos.

Quadro 1 - Escolaridade das Mães (Mulheres Responsáveis) - Alunos do 9º e 3º Ano

Escolaridade	9º Ano (%)	3º Ano (%)
Não completou o 5º ano do Ensino Fundamental	18%	28%
Ensino Fundamental, até o 5º ano	10%	19%
Ensino Fundamental completo	6%	10%
Ensino Médio completo	6%	16%
Ensino Superior completo (faculdade ou graduação)	13%	10%
Não sei	47%	17%

Fonte: Adaptado de Qedu (2024)

Os dados sobre a escolaridade das mães dos alunos do 9º e do 3º ano do Ensino Médio revelam uma leve evolução nos níveis de escolarização entre as gerações, o que pode refletir impactos positivos na valorização da educação dentro das famílias. A elevação de 6% para 16% no número de mães com ensino médio completo e a presença relativamente estável daquelas com ensino superior (13% no 9º ano e 10% no 3º ano) sugerem um cenário em que, apesar das adversidades, há

avanços graduais no acesso e permanência das mulheres na educação formal. Essa melhora, ainda que discreta, pode influenciar positivamente o desempenho e as aspirações dos estudantes, considerando que a escolaridade dos pais, especialmente das mães, está frequentemente associada ao apoio educacional oferecido em casa.

Quadro 2 - Escolaridade dos Pais (Homens Responsáveis) - Alunos do 9º e 3º Ano

Escolaridade	9º Ano (%)	3º Ano (%)
Não completou o 5º ano do Ensino Fundamental	26%	34%
Ensino Fundamental, até o 5º ano	9%	18%
Ensino Fundamental completo	1%	6%
Ensino Médio completo	11%	2%
Ensino Superior completo (faculdade ou graduação)	3%	5%
Não sei	49%	35%

Fonte: Adaptado de Qedu (2024)

Apenas 11% dos pais (homens) responsáveis pelos alunos do 9º ano completaram o ensino médio e 3% o ensino superior. Comparando com os pais dos alunos do 3º ano, 2% completaram o ensino médio e 5% o ensino superior. A baixa escolaridade dos pais pode afetar diretamente o apoio familiar à educação, dificultando o acompanhamento dos estudos e a valorização da educação dentro do ambiente doméstico.

A análise das tabelas demonstra que há uma diferença na escolaridade dos responsáveis, onde a grande maioria não possui ensino superior, e muitos nem sequer completaram o ensino médio, o que pode impactar as oportunidades de emprego e geração de renda das famílias.

A grande quantidade de alunos que marcaram a opção "não sei" a escolaridade dos pais demonstra uma desconexão ou falta de comunicação entre os estudantes e suas famílias sobre aspectos educacionais. Isso pode indicar que a escolaridade dos pais não é um tema frequentemente discutido em casa, o que pode refletir uma possível desvalorização ou distanciamento em relação à importância da educação nas dinâmicas familiares e pode influenciar suas próprias percepções e atitudes em relação à educação.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos alunos por ano de escolaridade e turno de aulas, nos fornecendo um panorama geral do quantitativo e distribuição do público atendido pela EEEAP.

Quadro 3 – Número de alunos por turno, nível e série

Níveis de Ensino	Turno	Ano de escolaridade	Número de matrículas	Total
Ensino Fundamental 2 Anos Finais	Matutino	6º ano EF	42	155
		7º ano EF	40	
		8º ano EF	35	
		9º ano EF	38	
Ensino Fundamental 2 Anos Finais	Vespertino	7º ano EF	22	72
		8º ano EF	25	
		9º ano EF	25	
Ensino Médio 1º ao 3º ano	Matutino	1º ano EMTI	55	160
		2º ano EM	41	
		3º ano EM	64	
Ensino Médio 1º ao 3º ano	Vespertino	1º ano NEM	35	130
		2º ano NEM	62	
		3º ano EM	33	
EJA e Regular	Noturno	1º Período EF	13	52
		2º Período EF	12	
		3º Período EF	13	
		4º Período EF	14	
		1º Período EM	12	39
		2º Período EM	12	
		3º Período EM	Início no 2º semestre	
		3º ano EM Regular	15	
Total				608

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Conforme o quadro 3, podemos verificar que o público atendido no turno matutino é maior. Tal realidade é resultado de dois fatores. O primeiro é a logística do transporte escolar que atende determinadas localidades rurais, apenas no turno manhã. Além disso, a preferência de grande parte dos estudantes e suas famílias em optar pela matrícula no matutino. Os alunos que estudam no turno vespertino são aqueles que moram nas localidades mais distantes da escola e que são atendidas com transporte escolar somente no turno da tarde e uma pequena parte dos alunos, que residem na sede do município e optam por estudar à tarde, há também aqueles que estudam no turno vespertino por falta de vagas na turma no matutino.

Para atender a demanda de turmas e estudantes, a escola conta com seu quadro de servidores efetivos e contratados para atuar nas funções que garantem o funcionamento da escola. O quantitativo e a situação de vínculo funcional dos servidores por funções está organizado conforme o quadro abaixo.

Quadro 4 - Distribuição dos servidores por função e vínculo

Função	Efetivo	Designado ³	Número total
Assistente técnico da educação básica	6	1	7
Auxiliar de serviços de educação básica	0	16	16
Diretor	1	0	1
Especialistas/ supervisoras	1	3	4
Professor de poio	0	9	9
Professor de sala de recursos	1	1	2
Professores	17	35	52
Professores de ensino de uso da biblioteca	2	2	4
Secretária escolar	1	0	1
Vice diretor	2	0	2
TOTAL	31	67	98

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O número total de cargos e funções é 98, porém o número de servidores é 87, considerando que alguns servidores ocupam dois cargos em funções diferentes ou de mesma natureza, dentro da instituição: seis professores são efetivos com dois cargos em sala de aula, duas professoras que também possuem outro cargo na função de ATB, duas especialistas da escola também atuam como professoras e, além disso, os dois vice-diretores também atuam em sala de aula. A escola conta, também, com professores que possuem extensão de carga horária e outros professores convocados que possuem dois cargos de contrato.

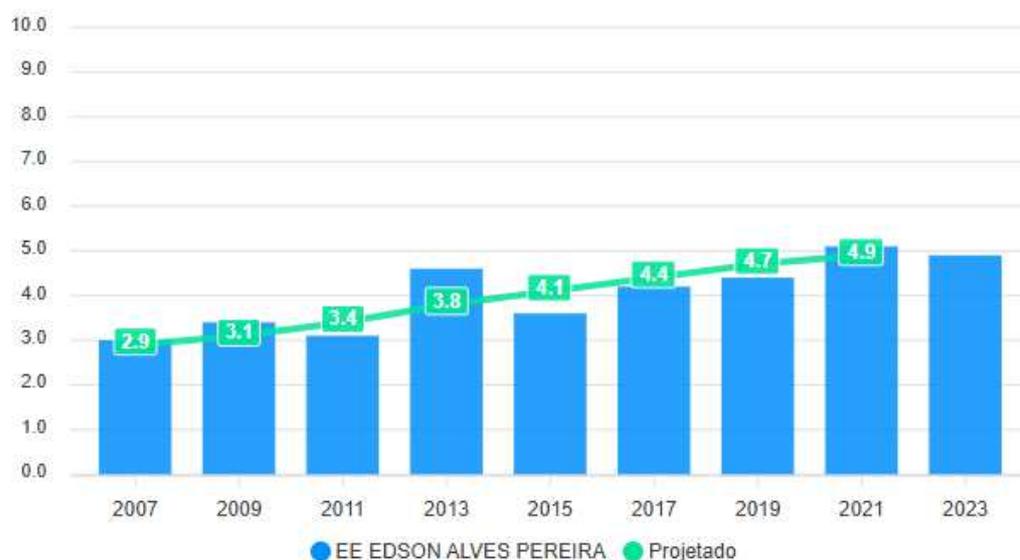
No contexto educacional, de acordo com o Censo Escolar, Montezuma possui oito estabelecimentos escolares da educação básica, sendo duas escolas estaduais na sede do município e seis escolas municipais, sendo três na sede e três em áreas rurais. Na rede estadual, somente a EEEAP possui turmas de ensino médio, EJA e ensino profissionalizante, além de turmas dos anos finais, a outra escola estadual possui apenas o ensino fundamental, anos finais. A rede municipal de educação é responsável pelas matrículas de educação infantil e anos iniciais.

³ Na rede estadual de Minas Gerais, a designação e contratação de profissionais da educação frequentemente ocorrem por meio de contratos temporários ou designações emergenciais, que são vínculos precários.

Em 2023, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos finais do ensino fundamental era de 4,9 e para o Ensino Médio de 4,2. Nas figuras abaixo, apresentamos a evolução do IDEB da EEEAP.

Figura 3 – Evolução do IDEB Anos Finais EEEAP 2007 a 2023

Evolução do IDEB



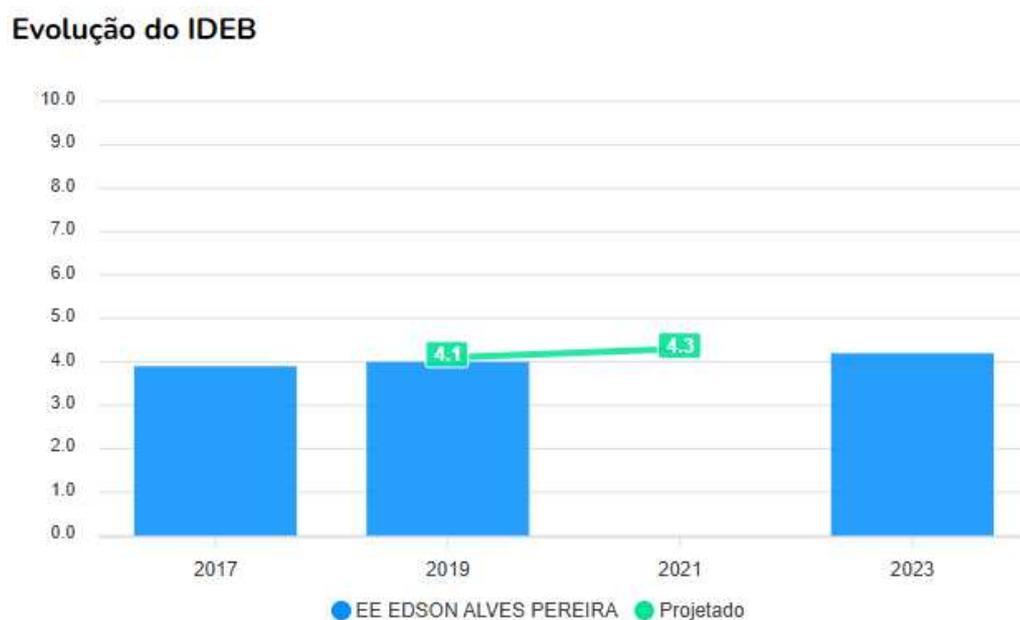
Fonte: IDEB 2023, INEP.

Fonte: Qedu (INEP 2023)

Ao analisar as notas alcançadas no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental na EEEAP (metas marcadas em verde), observa-se uma elevação gradual ao longo dos anos. Contudo, apesar desse crescimento, a posição da escola em um contexto mais amplo – estadual e nacional – ainda revela grandes desafios, especialmente nos anos finais do ensino fundamental.

Ao analisar o IDEB do Ensino Médio, verificamos que esses desafios se intensificam à medida que os estudantes avançam, conforme veremos abaixo.

Figura 4 – Evolução do IDEB Ensino Médio EEEAP 2017 a 2023



Fonte: IDEB 2023, INEP.

Fonte: Qedu (INEP 2023)

Desde 2017 os números estão aumentando, mas em 2021 ficamos sem a informação do ensino médio devido alterações nos critérios por conta do período pandêmico, onde a EEAP seria no município a única escola avaliada por ano ou etapa, e não atingiu o mínimo de 80% de taxa de participação. Em 2023, o IDEB da EEEAP para o Ensino Médio foi de 4,2, refletindo tanto o aprendizado quanto a aprovação dos estudantes na instituição. Especificamente, o aprendizado foi representado por uma nota de 4,62, que indica o desempenho em português e matemática, enquanto o fluxo foi calculado em 0,91, um valor que demonstra a taxa de aprovação entre os alunos.

O IDEB da EEEAP, assim como o de outras escolas, serve como uma ferramenta para monitorar a evolução educacional e para identificar áreas que necessitam de maior atenção e investimento, principalmente no que se refere à melhoria contínua do aprendizado e à retenção de alunos até a conclusão do Ensino Médio. Analisar esses dados é o primeiro passo para desenvolver um padrão de qualidade educacional que atenda às demandas da comunidade e contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA EEEAP

Como forma de apresentar as evidências do caso de gestão, apresentamos os dados contextuais da escola, extraídos do questionário SAEB, encontrados no site Qedu, e ainda as informações coletadas na pesquisa documental exploratória que realizamos nos documentos internos da escola que nos forneceram pistas sobre a relação entre a família e a escola. No que diz respeito aos documentos internos à escola, foram consultados os registros (i) de participação dos pais nos órgãos colegiados da escola (2019 a 2023); (ii) as Atas das Reuniões de Pais (2019 a 2023) e as listas de presença das reuniões (2019 a 2023), considerando as reuniões online e assinaturas virtuais do período da pandemia e (iii) as informações constantes nos documentos da escola (Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico) referentes a participação da família. No que diz respeito a registros de domínio público, foram consultados os dados contextuais, disponibilizados no site Qedu, a respeito do acompanhamento da vida escolar, retirados dos questionários aplicados com os alunos. Esse levantamento tem como objetivo demonstrar o nível de participação dos pais ou responsáveis na vida escolar de seus filhos e sua visão sobre o papel da escola na vida desses.

Os resultados dessa pesquisa nos auxiliaram a caracterizar o caso de gestão. Eles serão apresentados a partir de quatro âmbitos principais, referentes aos espaços em que se espera a presença e participação da família na escola, quais sejam: (i) dados contextuais, (ii) participação dos pais nos órgãos colegiados (iii) participação dos pais nas reuniões bimestrais e individuais (iv) eventos e projetos da escola que demandam a participação dos pais.

2.3.1 Dados contextuais da escola

No que diz respeito aos dados contextuais da escola, extraídos do questionário do Saeb, foram coletadas respostas dos alunos de 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio a perguntas sobre a participação dos pais no desenvolvimento escolar dos filhos. A partir dos dados sintetizados na tabela abaixo, nota-se que os estudantes percebem um envolvimento parental satisfatório

no que diz respeito à ajuda, comunicação e envolvimento dentro do contexto de aprendizagem dos filhos, conforme dados abaixo.

Tabela 3 - Dados contextuais de questionário aplicado ao 9º ano – 2021

Frequência que seus pais ou responsáveis costuma	Nunca ou quase nunca	De vez em quando	Sempre ou quase sempre
Conversar com você sobre o que acontece na escola	13%	53%	34%
Incentivar você a estudar	2%	10%	88%
Incentivar você a fazer a tarefa de casa	10%	24%	66%
Incentivar você a comparecer às aulas	1%	5%	94%
Ir às reuniões de pais na escola	10%	43%	47%

Fonte: Adaptado de Qedu (2023).

Os dados da tabela acima, referentes ao 9º ano de 2021, revelam uma percepção positiva por parte dos estudantes em relação ao envolvimento parental em seu processo de aprendizagem. Muitos alunos indicam que seus pais ou responsáveis mantêm uma comunicação regular sobre o que ocorre na escola, com 53% relatando que isso ocorre de vez em quando e 34% afirmando que é uma prática constante. Além disso, o estímulo à dedicação aos estudos é evidenciado, com expressivos 88% dos estudantes, indicando que são frequentemente incentivados pelos pais a estudar. No incentivo à realização das tarefas de casa, 66% dos alunos afirmam que recebem incentivo constante. A presença ativa dos responsáveis é mais notória no encorajamento para comparecer às aulas, com 94% dos estudantes, relatando que são encorajados a comparecer às aulas. Um fator preocupante é a percepção de que apenas 47% indicam que seus pais participam regularmente das reuniões escolares.

No caso dos dados fornecidos pelos estudantes do ensino médio, as características positivas diminuíram consideravelmente, demonstrando menor participação dos pais na vida escolar dos filhos adolescentes, conforme podemos ver no quadro abaixo.

Tabela 4 - Dados contextuais de questionário aplicado ao 3º ano – 2021

Frequência que seus pais ou responsáveis costuma	Nunca ou quase nunca	De vez em quando	Sempre ou quase sempre
Conversar com você sobre o que acontece na escola	6%	58%	36%
Incentivar você a estudar	3%	12%	85%
Incentivar você a fazer a tarefa de casa	10%	25%	65%
Incentivar você a comparecer às aulas	1%	3%	96%
Ir às reuniões de pais na escola	8%	55%	38%

Fonte: Adaptado de Qedu (2023)

Os dados apresentados nas tabelas acima demonstram a percepção dos alunos no que diz respeito à relação de seus familiares com seu processo de escolarização. Os dados do Ensino Fundamental e Ensino Médio são muito similares, com uma diferença apenas no item “ir a reunião de pais da escola”, que no EF a categoria mais assinalada foi “sempre ou quase sempre” e, no Ensino Médio, foi “de vez em quando”. Essa diferença pode estar indicando uma tendência de os pais acompanharem mais a vida escolar dos filhos na etapa do Ensino Fundamental.

Esse comportamento dos pais pode ser explicado pelas diferentes idades e níveis de maturidade dos alunos. No Ensino Fundamental, os alunos são mais jovens e ainda estão desenvolvendo suas habilidades e autonomia, o que leva os pais a acompanharem mais de perto o processo de escolarização.

Por outro lado, no Ensino Médio, os alunos estão em uma fase de transição para a vida adulta, onde se espera que sejam mais independentes e responsáveis por suas próprias trajetórias educacionais. Esse período de amadurecimento pode levar os pais a adotarem uma postura mais distante, confiando que os filhos tenham adquirido a capacidade de gerir suas responsabilidades escolares de maneira mais autônoma. No entanto, essa mudança de comportamento também sugere a importância de estratégias que incentivem a participação dos pais no Ensino Médio, para garantir que o apoio familiar continue sendo um fator positivo na educação dos jovens.

Além disso, os dados dos quadros mostram que os elementos mais assertivos nas respostas foram “incentivar ao comparecimento nas aulas” e “incentivar a estudar” que mostram uma preocupação com a frequência e com a aprendizagem.

Ainda assim, essas informações são incipientes para se analisar qualitativamente a iniciativa dos familiares em participar do processo de escolarização de seus filhos, sendo necessário recorrer a um questionário com perguntas mais específicas no que tange à participação efetiva da família na vida escolar e se contraponha às percepções dos docentes e dos gestores escolares que, recorrentemente, se queixam do distanciamento familiar da vida escolar dos estudantes, principalmente, quando esses entram no Ensino Médio.

Se tomarmos como base da análise a participação dos responsáveis nas reuniões de pais, essa realidade fica ainda mais evidente, como demonstraremos no subcapítulo a seguir.

2.3.2 Participação dos pais nos órgãos colegiados da escola

No que diz respeito à atuação da família nos órgãos colegiados da escola, inicialmente destacamos a importância da Associação de Pais e Mestres e do Colegiado Escolar como espaços privilegiados de atuação da família nas escolas. A Associação de Pais e Mestres é uma organização formada por pais e professores para auxiliar na tomada de decisões dentro da gestão democrática da escola e:

[...] tem como objetivo principal a defesa dos interesses morais e materiais da escola, e representam os pais em nível local junto aos poderes públicos e junto às autoridades de educação em particular e por fim os pais sobre tudo quanto diz respeito à escolaridade de seus filhos (Valerien, 2002, p. 142).

A pesquisa documental nos registros da escola indica que, até o momento, não há registros da constituição formal de uma associação de pais e mestres (APM). Essa ausência está relacionada a falta de incentivo por parte da SEE-MG. Na ausência da APM como espaço potencial a ser explorado para fortalecer a participação dos pais e responsáveis e ampliar o diálogo com a escola.

Na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, as APMs foram gradativamente substituídas em termos de valorização das instâncias participativas pelos conselhos escolares. Esses conselhos, que passaram de caráter consultivo a deliberativo na década de 1980, ganharam poder de decisão e se tornaram os órgãos máximos de deliberação dentro das escolas.

Seguimos tratando da implementação dos colegiados escolares na rede estadual de Minas Gerais, processo pioneiro, que iniciou muito antes de outras redes estaduais. Segundo Nascimento 2004, foi através da Resolução 4.787/83, que oficialmente todas as escolas mineiras criaram os Colegiados Escolares como decorrência do Congresso Mineiro de Educação (CME).

Entretanto, ao contrário das expectativas do CME e em decorrência de resistências ao estilo de gestão participativa, o atendimento à exigência normativa implantando o Colegiado Escolar redundou um atendimento formal que, na maioria das escolas, não saiu do papel. (Nascimento, 2004, p. 14)

A autora ressalta que, em muitos casos, a implementação dos Colegiados Escolares se tornou meramente formal, resultando na ausência de uma participação efetiva da comunidade escolar nas decisões e na gestão. Essa realidade é preocupante, especialmente considerando que, na atualidade, os desafios enfrentados pelas escolas se tornaram ainda mais complexos, exigindo uma gestão participativa e inclusiva. A formalidade das reuniões e a falta de engajamento dos diferentes atores – alunos, pais, professores e gestores – comprometem as políticas educacionais que visam democratizar a gestão escolar.

Este desafio transcende a simples criação de normas; é necessário cultivar uma cultura de participação que envolva todos os segmentos da comunidade escolar. As decisões tomadas pelo Colegiado Escolar devem, de fato, refletir as necessidades e aspirações dos alunos, pais e professores, para que se tornem mais do que um mero cumprimento de formalidades legais.

Em Minas Gerais, a assembleia e o colegiado escolar são regulamentados por uma série de resoluções que se sucederam ao longo do tempo. Aqui analisaremos por meio de duas, a Resolução 4.188, de 23 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais.

A Secretaria de Educação Estadual de Minas Gerais (SEE/MG) tem no Colegiado Escolar um meio para a aproximação da família com a escola, por se constituir como um órgão representativo da comunidade escolar, com caráter consultivo e deliberativo, porém ele difere da Assembleia Escolar por sua forma de

constituição, atribuições e funções. O objetivo da primeira é a participação nas discussões, tomada de decisões, prestação de contas e é formada por representantes eleitos nos diversos segmentos: pais, professores, alunos, servidores.

A Resolução SEE nº 4764, de 23 de agosto de 2022, “dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, o funcionamento e o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais”. Considerando a obrigatoriedade de todas as escolas possuírem um Colegiado Escolar, a referida Resolução identifica sua função, composição e as suas competências. Ao estabelecer que a função do colegiado é de caráter consultivo, define-se que sua principal responsabilidade é analisar e propor para as questões de interesse da escola. Já no caráter deliberativo, compreende as decisões relativas às normas vigentes e às possíveis alterações dentro do regimento escolar, no que diz respeito aos processos educativos, à gestão de pessoas, às diretrizes pedagógicas, financeiras e administrativas de acordo com o Plano de Gestão e o Projeto Político Pedagógico da escola.

Quadro 5 - Competências do colegiado escolar

I	convocar e realizar assembleias com a comunidade escolar;
II	aprovar o Projeto Político Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, ad referendum da Assembleia Escolar, e acompanhar a sua execução;
III	discutir, aprovar e acompanhar o Calendário Escolar e devidas alterações;
IV	aprovar e acompanhar a execução do Plano de Gestão do Diretor;
V	Acompanhar o registro tempestivo e fidedigno dos dados educacionais da unidade escolar, utilizando informações emitidas pelo Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), Diário Escolar Digital (DED) e Educacenso;
VI	aprovar os critérios complementares para atribuição de turmas, aulas, funções e turnos aos servidores efetivos e estabilizados do Quadro de Pessoal da escola, observadas as normas legais pertinentes;
VII	acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando necessário, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e alcance das metas estabelecidas;
VIII	indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e de afastamentos temporários;
IX	atuar como agente de apoio ao diretor na transição entre uma gestão escolar e outra;
X	apresentar e avaliar propostas de parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG), nos termos da legislação;
XI	propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura

	de paz e à convivência democrática no ambiente da escola;
XII	propor adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola, respeitadas as normas legais pertinentes;
XIII	propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes, e acompanhar sua execução;
XIV	referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;
XV	manter diálogo permanente com os pares de cada segmento sobre as decisões do Colegiado Escolar;
XVI	manter atualizado o cadastro dos membros do Colegiado Escolar no Sistema de Colegiado Escolar (SCL);
XVII	incentivar a criação e garantir a efetiva participação do Grêmio Estudantil nas escolas que ofertam ensino médio.

FONTE: Elaborado pelo autor, adaptado Resolução SEE nº 4764, de 23 de agosto de 2022

De acordo com a resolução, o colegiado tem a representação de um pai ou responsável como membro titular e um membro suplente que participam nas reuniões ordinárias que ocorrem uma vez ao mês e nas reuniões extraordinárias que são realizadas sempre que necessário para discutir algum tema ou tomar conhecimento e assinar documentos.

Além do cronograma anual de reuniões estar disposto no calendário escolar, antes de cada reunião, os membros recebem da presidente, via e-mail e/ou telefone, o convite com data, horário e a pauta da reunião, podendo se organizar para participar ou solicitar ao suplente que represente o segmento na falta do membro titular.

O processo de eleição de pais para o colegiado escolar é um procedimento democrático que visa selecionar os representantes dos pais na escola, de acordo com o disposto na Resolução SEE nº 4764/2022. O objetivo é garantir que os pais tenham uma voz ativa no processo de tomada de decisões da escola e possam contribuir para melhorar a qualidade da educação.

Entretanto, a representação dos pais no Colegiado é um dos entraves para a efetivação da gestão democrática desde o processo de eleição, pois em nossa realidade local é muito difícil encontrar pais que se disponham a participar do processo e, quando fazem parte, muitas vezes, não se fazem presentes nas reuniões mensais e, principalmente, nas reuniões extraordinárias.

A tabela abaixo contém informações importantes sobre o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar da EEEAP, no ano 2022.

Tabela 5 - Processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar no ano 2022

Votos	Categorias				
	Profissionais que atuam na escola		Comunidade atendida pela escola		
	Segmento magistério	Segmento administrativo	Segmento Pai, Mãe ou Responsável	Segmento Alunos	Segmento entidade ou grupo comunitário
Número de candidatos	5	3	3	12	-----
Votos considerados para a eleição dos candidatos	48	20	24	368	-----
Votos brancos	0	0	0	1	-----
Votos nulos	1	0	1	3	-----
Total de votos	49	2	25	372	-----

FONTE: Elaborado pelo autor (2023)

Na tabela, é possível encontrar o número de candidatos distribuídos por categorias e segmentos e o número de votos por segmento que culminam com a proclamação dos resultados e a composição do Colegiado Escolar. No segmento pais, apenas três se candidataram para representar o segmento no colegiado, e apenas 24 pais compareceram para a votação, um dos pais foi eleito como membro titular e outro ficou como membro suplente. Na última eleição, uma professora, que também é mãe de aluno, se candidatou e foi eleita, porém, ao analisar melhor a resolução, percebeu-se que a referida mãe não poderia compor o colegiado no segmento pais, por ser professora em cargo efetivo na escola, desta forma, o pai que era suplente assumiu o lugar de membro titular, mas quase não participa das reuniões, por conta do seu horário de trabalho coincidir com o horário de reuniões do colegiado.

Existe a possibilidade de alteração dos dias e horários de reuniões, pois a escola funciona nos três turnos e poderia receber os pais à noite, por exemplo, porém grande parte das famílias moram na zona rural e dependem do transporte escolar que transita somente durante o dia. As reuniões bimestrais costumam acontecer aos sábados, por conta do dia da feira livre municipal, porém não há transporte gratuito para os pais frequentarem a feira.

As reuniões do colegiado proporcionam um ambiente a mais para o diálogo e colaboração entre pais, e a escola como um todo. Neste texto, vamos analisar os

dados de participação dos pais em reuniões de colegiado escolar de 2019 a 2023, destacando as frequências, percentuais de presença e posteriormente analisaremos o nível de envolvimento desses pais com os temas tratados nas reuniões, afim de identificar se a participação é ativa ou apenas pro forma.

Tabela 6 - Participação dos pais nas reuniões do Colegiado Escolar – 2019 a 2023

Ano	Nº total de reuniões	Nº de reuniões com presença do rep. de pais	
		Frequência	Percentual
2019	19	11	57,9%
2020	8	7	87.50%
2021	14	9	64.29%
2022	22	18	81.82%
2023	12	2	16.67%
Total	69	46	66.67%

* Em 2020 e 2021 durante o Regime Especial de Atividades Não Presenciais foram realizadas 6 e 9 reuniões sem registro/assinatura de presença.

FONTE: Elaborado pelo autor

Os dados apresentam informações sobre o número total de reuniões do colegiado realizadas em cada ano e o número de reuniões em que houve a presença do representante dos pais. Verificou-se que em 2019, ocorreram 19 reuniões, sendo que em 11 delas houve a presença do representante dos pais, o que correspondeu a 57,9% de frequência. No ano seguinte, em 2020, foram realizadas oito reuniões, das quais 7 tiveram a presença dos pais registrados representando 87.50% de frequência. No entanto, é importante observar que durante o Regime Especial de Atividades Não Presenciais -REANP, ocorreram 6 reuniões adicionais sem registro ou assinatura de presença.

Em 2021, contando com o REANP e o presencial, foram realizadas 14 reuniões, das quais 9 contaram com a presença do representante dos pais, representando um percentual de 64.29% de participação. No ano de 2022, ocorreram 22 reuniões, sendo que em 18 delas houve a participação de representante dos pais, representando uma frequência de 81.82%. Em 2023, foram realizadas doze reuniões, das quais apenas duas tiveram a presença dos pais registrada em ata, representando 16.67% de presença no ano.

— Considerando os cinco anos analisados, foram realizadas um total de 75 reuniões, com a presença do representante dos pais em 47 delas, correspondendo a um percentual de participação de 62.67%. Essa frequência de

participação dos pais nas reuniões escolares apresentou variações ao longo dos anos, pois enquanto em alguns anos houve uma participação de quase 90%, número bem expressivo, em outros a presença foi inferior a 60%, isso pode ser explicado ao considerar que a cada dois anos a escola realiza eleição de membros do colegiado, dessa forma alguns pais eleitos são mais assíduos do que outros. A ocorrência de reuniões sem registro ou assinatura de presença durante o Regime Especial de Atividades Não Presenciais em 2020 e 2021 dificultam a análise da participação dos pais nesse período. Também consideramos importante analisar a natureza e o impacto da participação dos pais nessas reuniões.

Para Castro e Regattieri (2009) Embora o diálogo nesse tipo de interação seja mais produtivo do que em formas mais limitadas de participação, pesquisas que analisam especificamente a presença dos pais na escola mostram que os espaços e oportunidades destinados a essa participação tendem a beneficiar grupos familiares que já estão mais próximos do ambiente escolar. Como consequência, a gestão escolar acaba sendo influenciada por um grupo restrito e recorrente de responsáveis, levantando questionamentos sobre a representatividade real desse processo decisório.

[...] Aqueles familiares que assumem os postos de representação tendem a defender visões particulares, muitas vezes a favor dos seus próprios filhos – e não exatamente os interesses de seus pares. Isso pode contribuir para manter afastadas as famílias menos escolarizadas e reforçar as desigualdades sociais dentro da escola, barrando oportunidades de equidade educacional. (Castro, Regattieri, 2009, p. 36).

Diante desse cenário, ainda que seja essencial reconhecer a importância dos mecanismos de participação e gestão democrática, é fundamental que a escola reflita sobre a forma como esses processos são conduzidos.

Verificando a escrita das 47 reuniões do colegiado escolar dos últimos anos, constatamos não só a presença dos pais mas também o tipo de participação pro forma. Essa participação, pode ser visualizada nos textos das atas, que sugerem que quando os pais comparecem às reuniões, sua presença é meramente formal, sem uma contribuição ativa ou efetiva nas discussões e tomadas de decisões.

Sou membro do colegiado escolar, representando o segmento professores desde 2019, e acompanhando as reuniões, percebo pouca interação ou debate. Os membros são convocados ouvem a fala da diretora e do ATB financeiro, tiram

alguma dúvida, assinam ata da reunião e ao final todos participam de um lanche e se despedem.

As atas focam nas falas da direção escolar e do ATB financeiro que apresentam a pauta e os documentos do caixa escolar, principalmente as prestações de contas que são lidas, explicadas e se aprovadas são assinadas pelos presentes.

Algumas conquistas formais, como a participação de representantes de pais e mães e mesmo alunos na gestão escolar, muitas vezes não passam de rituais burocráticos travestidos de democracia. Para que um programa de interação cumpra seus objetivos de igualdade de oportunidades entre os alunos, é preciso analisar que participação é essa, em que medida ela é representativa do conjunto das famílias, e que fatores podem inibir a participação mais igualitária dos diversos grupos familiares. (Castro, Regattieti, 2009, p. 38).

A participação com pouca representatividade ativa no colegiado escolar refere-se ao baixo engajamento dos membros formalmente presentes nesse espaço de decisão. Embora a legislação determine a composição mínima de representantes, como pais, responsáveis, estudantes e membros da comunidade, o problema não está na quantidade de participantes, mas na forma de envolvimento efetivo desses atores. De acordo com Paro, isso significa afirmar a necessidade de aparelhar a escola pública, entre outros, de espaços que garantam a participação:

Estou falando de providências que dizem respeito à instalação de uma estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos os setores que aí tem presença, em especial seus usuários, (...) mecanismos institucionais que viabilizem e incentivem: processos eletivos para escolha dos dirigentes escolares; conselhos de escola formados pelos vários segmentos da unidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) e com efetiva função política de direção da escola; grêmios estudantis, associação de pais, professores e funcionários, como fóruns de constante discussão dos múltiplos interesses (PARO, 2000, p. 80).

Uma participação ativa exige que os membros contribuam de forma crítica e propositiva, discutindo, deliberando e influenciando as decisões tomadas. No entanto, quando essa representatividade ativa é limitada, os participantes tendem a

atuar de maneira passiva ou apenas cumprindo formalidades, sem explorar plenamente o potencial democrático do colegiado.

É importante analisar os motivos que podem estar influenciando a baixa participação dos pais nas reuniões de colegiado, haja vista que além do pai que é membro ainda existe 1 membro suplente para substituir quando necessário faltar em alguma reunião, porém apesar do agendamento com antecedência houve ausência do representante e suplente do segmento pais em 37.33% das reuniões, esse número também pode ser considerado baixo, comparando com a presença dos representantes dos outros segmentos que é de 100%. Isso mostra que há necessidade de identificar possíveis obstáculos e buscar estratégias para promover um maior engajamento dos pais no colegiado escolar.

2.3.3 Participação dos pais nas reuniões bimestrais e/ou individuais

Neste tópico apresentaremos os quadros de atas das reuniões de pais da escola, ocorridas entre 2019 e 2023, considerando que as reuniões de pais são momentos de diálogo entre a escola e a família, e nelas estão incluídas questões importantes relacionadas ao desempenho acadêmico dos alunos, bem como assuntos relacionados à convivência e à disciplina.

As atas são documentos que registram de forma detalhada tudo o que foi discutido durante as reuniões. Elas são importantes para garantir a transparência e a clareza das informações recebidas, além de servirem como um registro histórico das decisões tomadas em cada reunião.

Os quadros de atas, por sua vez, foram elaborados nesta pesquisa, afim de apresentar as informações de forma organizada. Eles contêm dados retirados das reuniões, tais como os dias e horários das reuniões, os assuntos discutidos, as decisões tomadas, as próximas ações a serem realizadas, o número de presentes que assinaram na ata. Essa apresentação visual facilita a compreensão e a consulta das informações por parte dos pais e dos membros da equipe gestora da escola.

A apresentação e análise dos quadros de atas das reuniões de pais, é uma das evidências para demonstrar a relação família e escola e a relação família e aluno, pois podemos mensurar o nível de comprometimento dos pais e a atuação da

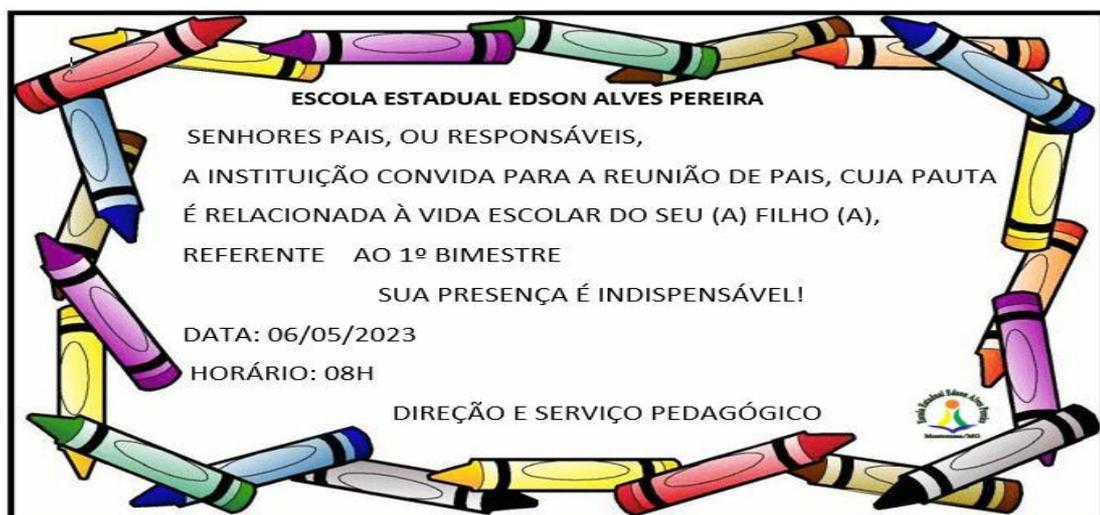
escola para propiciar essa aproximação que pode resultar na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem.

As reuniões já são previstas no calendário escolar desde o início do ano, através das resoluções da SEE que são publicadas ao final do ano letivo e servem como base para organização do calendário escolar do ano seguinte. Nesses documentos são apresentadas a programação das principais atividades pedagógicas a serem realizadas pelas unidades de ensino da rede estadual, como dias letivos, organização dos bimestres, períodos de conselho de classe, reunião de pais, datas comemorativas, férias escolares, entre outros.

Os pais e/ou responsáveis na totalidade são convocados a comparecer às reuniões bimestrais previstas em calendário escolar através de bilhetes e mensagens postadas nas redes sociais, com antecedência mínima de dois dias.

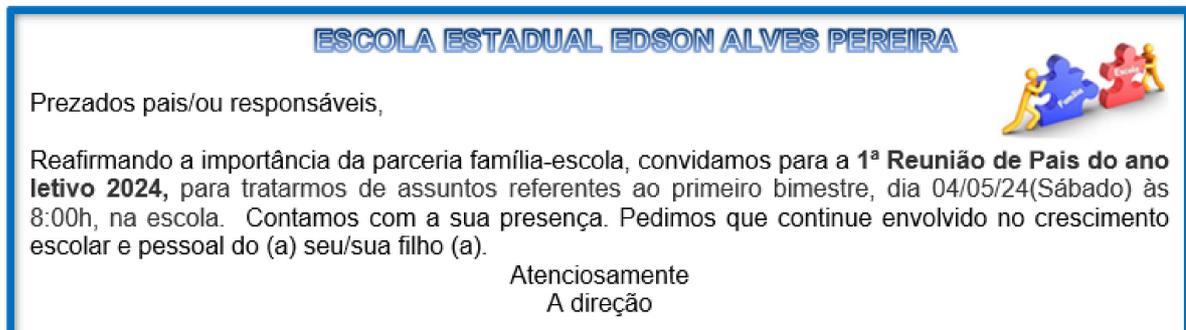
Abaixo segue dois exemplos de bilhetes 2023 e 2024 entregues impressos aos alunos, convidando os pais para a reunião.

Figura 5 – Bilhete para a primeira reunião do ano letivo 2023



Fonte – EEEAP (2023).

Figura 6 – Bilhete para a primeira reunião do ano letivo 2024



Fonte – EEEAP (2024).

Os bilhetes convidando os pais para as reuniões seguem este padrão de tamanho e por serem impressos em tamanho reduzido, apresentam uma pauta bastante genérica, não identificando com clareza os pontos que serão tratados na reunião. O bilhete de 2024 foi impresso em tamanho um pouco maior e apresenta um texto mais completo no que se refere à tentativa de chamar a atenção dos pais para a importância da participação nas reuniões escolares.

Além dos bilhetes impressos, existe o convite e divulgação das reuniões por meio das redes sociais da escola (facebook e Instagram), bem como através da postagem nos status de *whatsapp* dos servidores, conforme exemplo abaixo.

Figura 7 – Postagem para divulgar a primeira reunião do ano letivo 2024



Fonte – EEEAP (2024)

A postagem de *whatsapp* já apresenta um resumo da pauta, porém não gera o alcance esperado, pois muitos pais de alunos não acompanham as postagens nas redes sociais da escola e dos servidores.

As reuniões são divididas em dois momentos, inicialmente os pais são recepcionados no pátio em reunião geral com a direção, professores, especialistas e algumas vezes por algum palestrante convidado (psicóloga, conselheiros tutelares etc.) para tratar de temas de interesse da família de acordo com a pauta que é definida em conselho de Classe, como ocorreu em 2022 durante o setembro amarelo, em que a escola convidou a psicóloga do município para palestrar na reunião de pais, afim de orientá-los como observar e acompanhar as mudanças de comportamento dos filhos, identificando indícios de problemas de ordem emocional.

No segundo momento das reuniões, os pais se dirigem às salas de aula, de acordo com a turma de matrícula do filho, onde conversam com os professores coordenadores a respeito da turma e do rendimento individual dos alunos e, por fim, é entregue e assinado o boletim contendo as médias e frequências do bimestre. Abaixo organizamos quadros com as pautas e a forma de condução das reuniões.

Quadro 6 - Atas das reuniões de pais de 2019

	Pauta Geral	Condução da reunião
1º bimestre	Não houve reunião no 1º bimestre	-----
2º bimestre 03/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Disciplina em sala de aula; • Conscientização sobre o uso de uniforme escolar; • Desempenho escolar no 1º e 2º bimestres 	<ul style="list-style-type: none"> • Parte Geral: Diretora e vice diretora, • Nas salas os coordenadores de turma conduziram as conversas individuais e a entrega dos boletins.
3º bimestre	Não houve reunião no 3º bimestre	-----
4º bimestre 12/12/2019	<ul style="list-style-type: none"> • A importância da participação da família no processo educativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Parte geral: diretora e supervisora, • Nas salas os coordenadores de turma conduziram as conversas individuais e a entrega dos boletins.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O quadro acima apresenta as reuniões de pais realizadas em 2019, dando ênfase na pauta geral e na forma de condução de cada reunião. Não temos informações sobre as reuniões de pais do período 2020 e 2021, pois correspondem ao período pandêmico, onde atuamos no Regime de Atividades não Presenciais-REANP, não havendo nenhum registro assinado de reuniões de pais, pois foram anos de ensino remoto e as reuniões foram realizadas de modo online.

O quadro abaixo apresenta as mesmas informações contidas no quadro anterior para o ano de 2022, quando retomamos por completo as atividades presenciais.

Quadro 7 - Pautas das reuniões de pais de 2022

	Pauta Geral	Condução da reunião
Turmas do NEM 19/04/2022	Apresentação do Novo Ensino Médio; Tira dúvidas sobre horários, transportes, contraturno, alimentação etc.	Diretora, professor coordenador do Novo Ensino Médio e especialistas e professores das turmas. Reunião geral em sala de aula.
Alunos da Iniciação Científica – ICEB 28/04/2022	Apresentação do projeto de iniciação científica; Assinatura dos termos de responsabilidade dos pais e entrega dos notebooks aos alunos e autorizações para participar de aulas de campo.	Diretora, vice-diretora, professor orientador da iniciação científica e especialista. Reunião geral na biblioteca da escola.
1ª reunião geral 18/06/2022	Apresentação das ações realizadas no primeiro bimestre; Explicação sobre período de greve e reposição das aulas; Entrega dos boletins.	Parte geral no pátio: Diretora, vice-diretora. Entrega dos boletins nas salas de aula: Professores coordenadores de turma.
2ª reunião geral 24/09/2022	Apresentação das normas e regras da escola; Orientações da psicóloga do município, acerca do comportamento ansioso dos filhos no pós-pandemia; Entrega dos boletins.	Parte geral no pátio: Diretora, vice-diretora, psicóloga; Entrega dos boletins nas salas de aula: Professores coordenadores de turma.
3ª reunião geral 05/11/2022	Apresentação das normas e regras da escola; Orientações sobre o término do ano letivo (avaliações finais, estudos independentes e reclassificação); Orientação sobre participação dos pais na vida escolar dos filhos; Entrega dos boletins.	Parte geral no pátio: Diretora, vice-diretora; Entrega dos boletins nas salas de aula: Professores coordenadores de turma.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As pautas, a organização e o registro de participação nas reuniões é registrada nas listas de turmas e no livro de ata próprio das reuniões de pais, onde é possível visualizar a quantidade de pais ou responsáveis que participaram e após análise as especialistas em conjunto com a secretaria e direção organizam a busca ativa entrando em contato com os pais/responsáveis que não compareceram à

reunião, a fim de que eles possam vir à escola em outro dia e horário para conversar com os professores coordenadores de turma (caso estejam disponíveis), com as especialistas e pegar o boletim do aluno.

Aqui faremos uma análise dos dados retirados a partir de uma pesquisa documental nos livros de atas de reuniões de pais de 2019 a 2023. No ano de 2019 foram encontrados registros de quatro reuniões gerais e mais três reuniões de turmas específicas, com registros de atas por turma, e no ano de 2022 três reuniões gerais e seus respectivos registros de ata por turma. Esses registros em atas trazem informações importantes, tais como as pautas e o número de pais ou responsáveis que compareceram às reuniões de pais. Dessa forma podemos analisar e traçar um panorama da participação destes por bimestre, nível de ensino e comparar os dados entre os turnos matutino e vespertino, conforme tabelas abaixo.

Tabela 7 - Atas Ensino Fundamental 2019

Turma	Total de alunos na turma	1º Bimestre		03/08/2019		3º Bimestre 26/10 e outras turmas em datas diferentes Reuniões em datas diferentes para cada turma		4º Bimestre 12/12		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Matutino	6º ano amor	34	---	23	67.65%	12 em 26/10	35.29%	23	67.65%	
	7º ano carinho	33	---	15	45.45%	15 em 26/10	45.45%	15	45.45%	
	8º ano união	36	---	---	15	41.67%	5 em 25/09	13.89%	16	44.44%
							13 em 26/10	36.11%		
9º ano amizade	34	---	---	19	55.88%	12 em 26/10	35.29%	20	58.82%	
Vespertino	6º ano alegria	23	---	---	8	34.78%	10 em 16/09	43.48%	9	39.13%
							2 em 26/10	8.70%		
	7º ano dignidade	25	---	---	4	16%	2 em 26/10	8%	12	48%
	8º ano ternura	29	---	---	9	31.03%	9 em 17/09	31.03%	19	65.52%
3 em 26/10							10.34%			
9º ano gentileza	21	---	---	5	23.81%	Nenhum em 26/10 Remarcado para 05/11	0%	17	80.95%	
						11 em 05/11	52.38%			

9º ano gradidão	28	---	---	10	0%	Nenhum em 26/10 Remarcado para 05/11	0%	14	50%
						20 em 05/11	71.43%		
Total	263	---	---	108	41.06%	114	43.35%	145	55.13%

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o percentual total de participação dos pais em cada reunião do ano de 2019, percebemos que nas duas primeiras reuniões a participação ficou abaixo de 45% e na terceira reunião subiu para 55.13%, número ainda baixo de participação, haja vista se tratar de uma reunião de fim de ano, em que os pais em tese ficam mais interessados em saber dos resultados finais dos seus filhos.

Abaixo vamos apresentar o quadro e analisar as atas de reunião do Ensino Fundamental de 2022.

Tabela 8 - Atas Ensino Fundamental 2022

Turma		Total de alunos na turma	1ª reunião geral 18/06/2022		2ª reunião geral 24/09/2022		3ª reunião geral 05/11/2022	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
Matutino	6º ano reg 1	33	6	18.18%	23	69.70%	20	60.61%
	6º ano reg 3	24	13	54.17%	13	54.17%	17	70.83%
	7º ano	34	17	50%	18	52.94%	19	55.88%
	8º ano	35	24	68.57%	18	51.43%	20	57.14%
	9º ano	30	17	56.67%	18	60%	12	40%
Vespertino	7º ano	20	12	60%	9	45%	5	25%
	8º ano	23	10	43.48%	11	47.83%	5	21.74%
	9º ano	22	7	31.82%	6	27.27%	5	22.73%
8º e 9º ano correção de fluxo		10	2	20%	0	0%	0	0%
Total		231	108	46.75%	116	50.22%	103	44.59%

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise dos percentuais de participação dos pais nas reuniões escolares ao longo de 2022 revela um cenário preocupante no que se refere ao envolvimento familiar com a vida escolar dos estudantes. Nas duas primeiras reuniões do ano, a participação não ultrapassou 51%, demonstrando já um nível insuficiente de engajamento. A queda ainda mais acentuada na terceira reunião, que registrou apenas 44,59% de presença, evidencia uma tendência de desinteresse ou de

dificuldades estruturais que impedem a presença das famílias. Abaixo vamos apresentar o quadro e analisar as atas de reunião do Ensino Fundamental de 2023.

Tabela 9 - Atas Ensino Fundamental 2023

Turma		Total de alunos na turma	1ª reunião geral 06/05/2023		2ª reunião geral 04/08/2023		3ª reunião geral 26/10/2023		4ª reunião geral
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Matutino	6º ano reg 1	41	18	43,9%	22	53,65%	17	41,46%	----
	7º ano reg 1	43	21	48,8%	21	48,8%	16	37,2%	----
	8º ano reg 1	30	13	43,3%	15	50%	11	36,66%	----
	9º ano reg 1	36	17	47,2%	16	44,4%	21	58,3%	----
Vespertino	7º ano reg 2	23	10	43,47%	1	4,3%	7	30,4%	----
	8º ano reg 2	22	8	36,36%	---	---	6	27,27%	----
	9º ano reg 2	23	7	30,4%	5	21,7%	5	21,7%	----
Total		218	94	43,1%	80	36,69%	83	38%	----

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o percentual total de participação dos pais em cada reunião do ano de 2023, percebemos que em todas as reuniões a participação ficou abaixo de 44%, sendo considerado um número baixo de participação. Esse padrão de baixa participação compromete a construção de uma gestão democrática e colaborativa, além de demonstrar a fragilidade da parceria entre escola e família.

Seguiremos analisando os quadros com os registros de participações dos pais nas reuniões das turmas de Ensino Médio.

No quadro abaixo apresentamos as atas de reunião do Ensino Médio de 2019.

Tabela 10 - Atas Ensino Médio 2019

Turma		Total alunos na turma	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre Em 26/10		4º Bimestre	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Matutino	1º ano compromisso	34	---	---	15	44.12%	11	32.35%	10	29.41%
	1º ano respeito	35	---	---	21	60%	13	37.14%	16	45.71%
	2º ano honestidade	26	---	---	9	34.62%	7	26.92%	12	46.15%
	2º ano humildade	28	---	---	13	46.43%	9	32.14%	6	21.43%
	3º ano felicidade	31	---	---	15	48.39%	11	35.48%	6	19.35%

Vespertino	3º ano otimismo	29	---	---	13	44.83%	5	17.24%	16	55.17%
	1º ano simpatia	36	---	---	5	13.89%	3	8.33%	15	41.67%
	2º ano compreensão	26	---	---	11	42.31%	3	11.54%	26	100%
	3º ano perdão	34	---	---	5	14.71%	4	11.76%		
Total		279	---	---	107	38.35%	66	23.66%	107	38.35%

Fonte: Elaborado pelo autor

As três reuniões de pais do Ensino Médio ficaram com níveis de participação inferiores a 40%, sendo considerados baixos. Observa-se que mesmo na reunião do 4º bimestre, que é um dos momentos decisivos do ano letivo, a maioria dos responsáveis não esteve presente.

O quadro abaixo apresentamos os números registrados nas atas de reunião de pais do Ensino Médio do ano 2022.

Tabela 11 - Atas Ensino Médio 2022

Turma	Total alunos na turma	1ª reunião geral 18/06/2022		2ª reunião geral 24/09/2022		3ª reunião geral 05/11/2022		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Matutino	1º ano reg 1	39	11	28.21%	13	33.33%	12	30.77%
	2º ano reg 1	28	9	32.14%	10	35.71%	7	25%
	2º ano reg 5	28	14	50%	11	39.29%	9	32.14%
	3º ano reg 1	27	14	51.85%	9	33.33%	7	25.93%
	3º ano reg 2	26	8	30.77%	11	42.31%	7	26.92%
Vespertino	1º ano gratidão	31	14	45.16%	10	32.26%	14	45.16%
	1º ano Simpatia	31	10	32.26%	9	29.03%	4	12.90%
	2º ano reg 3	26	18	69.23%	10	38.46%	7	26.92%
	2º ano reg 4	27	6	22.22%	11	40.74%	7	25.93%
	3º ano reg 3	24	18	75%	6	25%	3	12.50%
Total		287	144	50.17%	100	34.84%	84	29.27%

Fonte: Elaborado pelo autor

No primeiro bimestre de 2019 não houve reunião de pais. Não consta em ata o motivo da não realização desse momento. O procedimento da escola foi o de usar a reunião do segundo bimestre para repassar aos pais e responsáveis os assuntos e boletins referentes ao primeiro bimestre.

Na tabela de atas 2022 do Ensino Médio verifica-se que a primeira reunião ficou com nível de participação dos pais na casa dos 50.17% e as outras duas reuniões não atingiram nem 35% de pais presentes.

Analisando todos os quadros apresentados acima, eles evidenciam o cenário de baixa participação geral dos pais nas reuniões de pais, pois apesar de algumas reuniões de turma terem atingido percentual superior a 80%, a maior parte delas ficou abaixo dos 50% de participação geral.

Um problema que dificulta a análise desse fenômeno é a prática de assinar em momento posterior a ata de reunião de turma, como se houvessem participado da mesma, no dia agendado. Por conta da baixa adesão dos pais às reuniões, a gestão da escola abre a possibilidade de que a família busque os boletins posteriormente e muitos acabam assinando na ata de reunião da turma. Essa prática incita dados imprecisos e incoerentes, comprometendo o processo de comunicação e o acompanhamento adequado dos atos e decisões da escola e do desenvolvimento dos alunos. Além disso, a prática distancia esses pais dos temas abordados na reunião geral, gerando desconhecimento da realidade da escola.

No início de 2023 já atuando na função de vice-diretor conversei com as especialistas e pedi a elas que não permitissem que os pais assinem nas atas de reunião outro dia. A partir de então, quando os pais chegam à escola em outro momento, afim de pegar o boletim, eles são atendidos pela especialista do turno, que precisa ser breve no atendimento, para voltar aos seus afazeres cotidianos, desta forma eles pegam o boletim e ouvem da especialista apenas uma análise das notas e comportamento individual do filho, não havendo tempo suficiente para repasse das informações gerais abordadas na reunião e ao sair já não assinam na ata.

No quadro abaixo apresentamos os números registrados nas atas de reunião de pais do Ensino Médio do ano 2023.

Tabela 12 - Atas Ensino Médio 2023

Turma	Total alunos na turma	1ª reunião geral 06/05/2023		2ª reunião geral 04/08/2023		3ª reunião geral 26/10/2023		4ª reunião geral		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
M	1º ano EMTI 1	27	5	18,5%	10	37%	9	33,3%	-	-
	1º ano EMTI 2	25	16	64%	15	60%	11	44%	-	-

	2° ano reg 4	38	13	34,2%	17	44,7%	18	47,36%	-	-
	3° ano reg 1	30	8	26,66%	8	26,66%	19	63,3%	-	-
	3° ano reg 2	30	8	26,66%	10	33,3%	24	80%	-	-
Vespertino	1° ano reg 1	30	4	13,3%	7	23,3%	6	20%	-	-
	2° ano reg 5	25	6	24%	7	28%	10	40%	-	-
	2° ano reg 6	30	13	43,3%	12	40%	7	23,3%	-	-
	3° ano reg 3	29	9	31%	13	44,8%	3	10,3%	-	-
Noturno	3° ano reg 4	16	3	18,75%	-		5		-	-
Total		280	89	31,78%	99	35,35%	107	38,2%	-0-	

Fonte: Elaborado pelo autor

Nas três reuniões de pais do Ensino Médio todas ficaram com níveis de participação inferiores a 40%, sendo considerados baixos.

Ao estudar os livros de registro das atas de reunião, identificamos fatores que dificultam uma análise mais precisa dos dados de participação. Um exemplo é a presença da assinatura do professor coordenador no campo reservado aos pais e responsáveis, indicando que ele retirou para entrega boletins de alunos que não possuem vínculo familiar com ele. Essa prática pode gerar ambiguidade nos registros de participação dos responsáveis, uma vez que interfere na precisão dos dados, que são fundamentais para monitorar e avaliar o envolvimento familiar no processo escolar.

Outro problema detectado nas atas de turmas do terceiro ano do Ensino Médio foi a assinatura de atas de reuniões de pais por alunos maiores de dezoito anos, que não estavam presentes na reunião, mas pegaram o boletim posteriormente.

Essas práticas comprometem o mapeamento adequado do cenário de participação de pais nas reuniões. Além disso, levanta-se a hipótese de que, ao permitir que os alunos e professores assinem a ata sem participação ou representatividade efetiva, a escola pode estar enviando uma mensagem de que a presença e envolvimento dos pais não são necessários ou valorizados. Isso pode diminuir o senso de responsabilidade dos pais e dos alunos em relação ao compromisso com o processo educacional como um todo.

Além das reuniões bimestrais, outro espaço de diálogo com a família previsto institucionalmente são as reuniões individuais. Essas reuniões com os pais ou

responsáveis surgem quando a família procura a escola para resolver algum problema ou quando são convocados pela escola, para tratar assuntos mais específicos dos seus filhos, os mesmos são convidados por meio de cartas, as quais retornam com uma cópia que é assinada e arquivada na pasta individual do aluno. Quando há o envio de cartas pelo supervisor ou equipe gestora, a carta é anexada à pasta do aluno e não há um registro geral que organize a quantidade e o teor das conversas nas reuniões individuais solicitadas pela escola. Além disso, alguns convites são comunicados via ligações telefônicas ou mensagens de *Whatsapp*, que também não ficam registrados.

A não existência de registros e a dificuldade em analisar as pastas individuais dos alunos, devido ao grande volume de pastas e documentos em cada uma delas, dificultam o levantamento de dados e a análise da situação. Devemos considerar que essa organização dispersa é compreensível, pois as informações das reuniões individuais, por questões de ética e confidencialidade, devem ser mantidas em sigilo, justificando a limitação de registros fora da pasta pessoal do aluno.

No próximo subtópico faremos uma análise dos documentos formais da escola.

2.3.4 Informações constantes nos documentos da escola (regimento escolar e projeto político pedagógico) referentes a participação da família na escola

O Regimento Escolar da Escola Estadual Edson Alves Pereira passou por uma reformulação e foi aprovado em 2022, conforme Resolução 4692/2021 e demais legislações vigentes que trazem orientações sobre a elaboração/atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar. A análise do Regimento possibilita a identificação das diretrizes e orientações no que tange a relação entre a família e a escola.

Uma análise aprofundada desses dispositivos do Regimento Escolar permite compreender a importância da colaboração entre a escola e as famílias, visando ao pleno desenvolvimento e sucesso dos alunos. Na Seção I o Artigo 33 descreve as atribuições do Especialista em Educação Básica, destacamos aqui os incisos que tratam da relação família e escola.

- VI. Atuar como elemento articulador das relações internas na escola e externas da escola envolvam os profissionais, os estudantes e seus pais e comunidade e entidades de apoio psicopedagógicos e como ordenador das influências que incidam sobre a formação do educando;
- XI. Envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola;
- XII. Analisar com a família os resultados do aproveitamento do estudante, orientando, se necessário, para a obtenção de melhores resultados;

No artigo 34 selecionamos nas atribuições do corpo docente àquelas ligadas à relação família e escola:

- VI. Participar da elaboração e da implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade;
- Art. 38 São atribuições do professor da sala de recursos:
- IX. Orientar as famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante, assim como a importância do seu envolvimento e participação no processo educacional.
- Parágrafo único - O Professor de Sala de recurso deverá organizar, sob orientação do Especialista, Ficha de registro das atividades realizadas diariamente com os estudantes, registros das reuniões realizadas com os pais ou responsáveis, registro da frequência dos estudantes nos módulos de atendimento e cronograma de atendimento semanal da sala recursos.

Alguns artigos e incisos abordam a necessidade dos servidores estabelecerem uma comunicação clara e regular com as famílias, compartilhando informações sobre o desempenho acadêmico, comportamento e demais aspectos relacionados ao processo educativo. Além disso, o Regimento destaca a importância da escuta ativa, do respeito à diversidade cultural e da promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo para todas as famílias, valorizando suas contribuições e envolvendo-as nas decisões e atividades da escola. A partir da análise dos artigos e incisos do Regimento Escolar em relação às atribuições dos servidores no contato com as famílias dos estudantes, identificamos o reconhecimento, no documento, da importância de uma interação efetiva e colaborativa entre a escola e os responsáveis.

Analisando o Capítulo VI sobre as Instituições Colegiadas, identificamos as possibilidades de envolvimento das famílias no contexto educacional. Nesse sentido, o Regimento estabelece diretrizes e normas que buscam fortalecer a relação entre a

escola e as famílias, reconhecendo-as como parceiras indispensáveis para o desenvolvimento dos estudantes. Alguns artigos e incisos abordam a criação e a estruturação das instâncias colegiadas, como os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres na escola.

CAPÍTULO VI DAS INSTITUIÇÕES COLEGIADAS

SEÇÃO I DO COLEGIADO ESCOLAR

Art. 41 O Colegiado Escolar é órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo, conforme a natureza da matéria, respeitadas as normas legais.

§ 1º As funções de caráter deliberativo compreendem as decisões relativas às normas previstas neste regimento escolar, aos processos educativos, às diretrizes pedagógicas, a gestão de pessoas, administrativas e financeiras, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola e o Plano de Gestão.

§ 2º As funções de caráter consultivo referem-se à análise de questões de interesse da escola, propostas pelos diversos segmentos da comunidade escolar, e à apresentação de sugestões para a solução das referidas questões.

Art. 46 O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes, maiores de idade, nos termos da legislação vigente, eleitos em escrutínio secreto pela Assembleia Geral Ordinária, pelos votos da maioria simples dos associados integrantes da Assembleia Geral que possuem direito a voto, para mandato de 3 (três) anos, qualificados na Ata da Assembleia Geral, sendo:

- I. Um representante dos profissionais da Educação, preferencialmente, detentor de cargo efetivo;
- II. Um representante dos pais ou responsáveis de estudantes;
- III. Um representante da comunidade.

Conforme previsto no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da EEEAP, todas as informações relativas às movimentações financeiras são compartilhadas com o conselho fiscal. As decisões e prestações de contas da área financeira são submetidas ao colegiado escolar, que acompanha, avalia e referenda ou reprova os referidos relatórios.

Sobre o conselho de classe a escola o promove conforme constam os documentos orientadores e como está previsto no PPP.

SEÇÃO IV DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 48 O Conselho de Classe é uma instância colegiada, responsável por favorecer a articulação entre professores, realizar a análise das metodologias utilizadas, estabelecer a relação dos diversos pontos de vistas e as intervenções necessárias nos processos de ensino e de aprendizagem.

§1º É composto pelos seguintes membros: a. Diretor e/ou Vice-diretor; b. Especialista da Educação Básica; c. Todos os Professores;

d. Representante (s) de turma; e. Representante de pais e/ou responsáveis.

§2º A realização das reuniões do Conselho de Classe oportuniza a reflexão do coletivo escolar para prosseguir com o planejamento das próximas ações e, quando necessário, o replanejamento das estratégias desenvolvidas na/pela escola, importantes para melhorar a participação, o desempenho e o engajamento dos estudantes.

Em relação a participação dos pais nos conselhos de classe da escola, buscamos nas atas dos últimos cinco anos (2019-2023) e verificamos que não há nenhuma representação de pais durante as reuniões. Esse é, portanto, um espaço institucional que não é ocupado pelos representantes desse segmento da escola e o motivo principal é não haver um convite a essa participação.

No que diz respeito às menções sobre a participação da família na escola, fez-se uma busca com o termo “família” no documento, e o Projeto Político Pedagógico da EEEAP traz 18 trechos que qualificam a importância da relação com a família para a qualidade da educação oferecida. Seguem algumas menções a título de exemplificação:

Assim como a família, quando a comunidade abraça a escola e vice-versa, cria-se um ambiente mais propício à melhoria da qualidade educacional (EEEAP, 2022. p. 48).

A instituição busca formas de envolver os pais e responsáveis nesse processo. Para isso, existem diversos espaços de participação e gestão democrática na escola, como o colegiado escolar, conselhos de classe e assembleia escolar (EEEAP, 2022, p. 46).

Embora haja um reconhecimento teórico da importância dessa integração, muitas ações implementadas pela escola acabam sendo mais simbólicas do que efetivas. As tentativas de envolver a comunidade frequentemente esbarram em barreiras estruturais e culturais, resultando em uma participação superficial e esporádica.

Esses espaços são importantes para que a comunidade escolar possa discutir questões relevantes para a educação dos alunos e tomar decisões em conjunto. Além disso, a escola deve estabelecer uma relação de parceria com as famílias dos alunos, buscando informá-las sobre o processo educativo e ouvindo suas demandas e sugestões (EEEAP, 2022 p. 40).

Essa relação deve ser pautada pelo diálogo aberto e pela transparência nas informações. É importante ressaltar que essa parceria não se resume apenas à presença dos pais nas reuniões escolares. A participação da família pode se dar de diversas formas, como acompanhando as atividades realizadas pelos filhos em casa, incentivando a leitura e auxiliando nas tarefas escolares.

A falta de interesse pelos estudos, a não participação da família na vida escolar dos filhos, defasagem de aprendizagem em relação o ano de escolaridade cursado contribui para a não consolidação das habilidades.” (EEEAP, 2022, [p. 25](#)).

Na EEEAP, tal realidade se revela de forma concreta e preocupante. A escola necessita adotar uma postura e abordagem mais proativa e inclusiva para engajar as famílias. Isso inclui não apenas convites para reuniões, mas também a criação de programas de apoio e capacitação para os pais, que considerem suas necessidades e disponibilidades.

O PPP foi elaborado pela equipe pedagógica, e durante a elaboração do PPP esta equipe realizou um diagnóstico interno da situação da escola e observou que a participação e o envolvimento na vida escolar dos filhos ainda são insuficientes. A partir desse diagnóstico, a relação da família com a escola e sua participação no processo de escolarização foram considerados como pontos prioritários e que demandam de atenção da comunidade escolar. No Item 4.2 do PPP há a indicação de 7 pontos de melhoria identificados no diagnóstico da escola, direcionando a atuação da comunidade, o ponto 2 apresenta justamente a pouca participação da família nas reuniões como um ponto prioritário. Para esse ponto, foi estabelecida uma meta, indicada no PPP como meta 2, de “melhorar a participação dos responsáveis nas reuniões em no mínimo 80%” (EEEAP, 2022.p. 27)

O PPP da escola traz o quadro abaixo apresentando como um dos pontos de melhoria, a busca por mais participação familiar na escola.

Quadro 8 - Pontos de Melhoria: Participação da família na vida escolar dos filhos

Ponto de Melhoria: Participação da família na vida escolar dos filhos		
Ação 2: Relação Escola e Família		
Responsável: direção		
Procedimentos/Tarefas	Início	Término
- Reunir com responsáveis por alunos da Escola Estadual	26/04/2022	14/12/2022

Edson Alves Pereira		
- Organizar eventos que envolvam a participação das famílias como por exemplo: torneios esportivos, festivais, projetos educativos, palestras, seminários, etc.	26/04/2022	14/12/2022
- Utilizar as redes sociais para divulgar as ações da escola e estabelecer mais uma forma de se comunicar com os responsáveis	26/04/2022	16/12/2022
- Criar documento que registre a parceria da escola com instituições;	07/02/2022	29/04/2022
- Apresentar ações da escola para a comunidade também em locais fora do âmbito escolar como por exemplo: feira-livre, praças, clube, etc.);	02/11/2022	16/12/2022
- Firmar no ato da matrícula compromisso família /escola por meio de termo de responsabilidade;	01/02/2022	22/12/2022
Recursos: Internet, computador, impressora, telefone, data show		

FONTE: PPP 2022

Dos seis pontos de melhoria sobre a relação escola e família mencionados no PPP e organizados no quadro acima, a escola conseguiu implementar com êxito apenas dois no ano de 2022 sendo eles: Reunir com responsáveis, isso ocorria nas reuniões de pais e responsáveis. O outro ponto contemplado em 2022 foi o de apresentar ações da escola para a comunidade também em locais fora do âmbito escolar, ocorreram ações da escola em eventos na comunidade, tais como a festa junina na praça e o desfile cívico em comemoração à independência do Brasil.

Somente através de um esforço coordenado e sensível às realidades das famílias será possível iniciar um ciclo de engajamento entre escola e família.

2.3.5 Eventos e projetos da escola que demandam a participação da família

Diversos projetos são desenvolvidos na escola, e desempenham um papel fundamental na dinâmica pedagógica e no desenvolvimento educacional dos estudantes. São oportunidades de aprendizado prático e interdisciplinar, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades e apliquem os conhecimentos adquiridos em sala de aula em situações do mundo real. Alguns projetos constam no calendário proposto pela SRE e outros são de iniciativa da própria escola.

Apresentamos no quadro abaixo os projetos desenvolvidos nos últimos anos na escola, descrevendo brevemente suas principais características, tais como as disciplinas e os responsáveis pela execução, os resultados esperados e os períodos em que são executados os projetos.

Quadro 9 – Detalhamento dos projetos desenvolvidos pela escola.

Nome do projeto	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização
Projeto de leitura	Área de Linguagens	Professores e PEUBs	Estimular a leitura	Fortalecimento do hábito de leitura	Anual
Fanfarra	_____	Professor e alunos	Estimular a arte e a consciência cívica	Apresentações em eventos cívicos	De maio a setembro
Dia da consciência negra	Humanas	Professores de História, Geografia, coordenação e alunos representantes de turma.	Conscientização e valorização da cultura afro-brasileira	Valorização da diversidade respeito à cultura afro-brasileira	Novembro
Primavera da inclusão	Todas as áreas	Professores de apoio, Professor da sala de recursos, coordenação e alunos representantes de turma.	Conscientização e valorização da inclusão dos alunos AEE e APD.	Inclusão e valorização dos alunos AEE e APD.	Setembro
Jogos internos – JIEAP	Educação física	Representantes de turma e professores de educação física	Estimular a prática esportiva e a competição saudável	Participação ativa e promoção do esporte e da cultura de paz na escola.	Outubro
Xadrez na escola	_____	Direção e alunos	Estimular a prática do esporte	Desenvolver o raciocínio lógico, a prática esportiva.	Diariamente nos intervalos e no campeonato anual.
Simulado ENEM e PROEB	Todas as disciplinas	Professores, equipe pedagógica e gestão	Preparar os alunos para as provas do ENEM e PROEB	Melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações	Anual
Festa Junina	Todas as disciplinas	Todos os servidores	Valorização da cultura popular	Descontração e aprendizado	Junho
Feira de Ciências	Todas as disciplinas, principalmente de ciências da Natureza	Professores, equipe pedagógica e gestão	Estímulo ao conhecimento científico	Desenvolvimento de habilidades específicas	Outubro ou Novembro

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A escola além de ofertar educação formal, é um dos poucos espaços de lazer e entretenimento para muitos jovens do município. Na escola os alunos têm a oportunidade de vivenciar experiências de projetos e eventos escolares, que proporcionam momentos de aprendizado, cultura e diversão. Os projetos e eventos citados no quadro acima são realizados na escola, alguns eventos são abertos à comunidade, mas nem sempre é possível abrir as portas para ampla participação.

O PPP traz a necessidade de “Organizar eventos que envolvam a participação das famílias como por exemplo: torneios esportivos, festivais, projetos educativos, palestras, seminários, etc” (EEEAP, 2022. P. 51).

A escola encontra dificuldade para promover essa participação de maneira efetiva, não existe convite formal ou atribuição de funções para as famílias ajudarem seus filhos no desenvolvimento dos eventos e projetos, o que seria necessário, mas não suficiente para assegurar uma participação mais efetiva, haja vista outros fatores que dificultam e que devem ser analisados.

Figura 8 – Os maiores eventos anuais da EEEAP.



Fonte: Acervo próprio (2023).

Os eventos identificados acima, são os jogos internos – JIEAP, a feira de ciências, o evento do dia da consciência negra e o projeto primavera. São os

maiores eventos, mas contam com pouca participação das famílias, até porque elas não são convidadas a participar, a não ser no projeto primavera, abrangendo apenas as famílias dos alunos atendidos na educação especial.

Em síntese, o caso de gestão descrito nesse capítulo revela-se como um ponto importante na realidade da escola e exige nossa atenção. Como abordado em nossa questão de pesquisa e no primeiro objetivo específico deste estudo, que é descrever os espaços de participação da família na escola pesquisada, identificando como os mesmos são preenchidos e ocupados pelos pais e responsáveis, já foi possível identificar que a aproximação da relação escola-família ainda é incipiente.

Embora os dados de participação geral dos pais nas reuniões fiquem próximos a 50% e possam parecer relativamente bons, devemos pensar criticamente o papel da escola e da família na educação integral das crianças. A comparação com os números e estratégias de vacinação infantil podem servir como uma inspiração para desenvolver estratégias mais eficazes na promoção da participação dos pais nas reuniões escolares.

De acordo com os cálculos de cobertura vacinal do Ministério da Saúde, até o mês de novembro de 2023, com atualização efetuada em 17 de fevereiro de 2024, através de dados extraídos da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) até 16 de fevereiro de 2024, constata-se que a abrangência vacinal entre crianças e jovens residentes no município de Montezuma superou a marca de 95%, considerando a média de todas as vacinas e respectivas doses preconizadas para a faixa etária correspondente ao ambiente escolar. Isso demonstra um cuidado ativo das famílias com a saúde de seus filhos, cumprindo uma medida preventiva respaldada pelo ECA para assegurar a saúde e prevenir doenças.

Por outro lado, a participação ativa dos pais nas atividades escolares, enfatizada pela LDB, é igualmente fundamental para o desenvolvimento educacional das crianças. As reuniões escolares proporcionam um espaço para o diálogo, troca de experiências e alinhamento de esforços para o sucesso acadêmico. Contudo, a participação dos pais nas reuniões escolares se mantém abaixo de 50%, o que pode indicar uma lacuna na compreensão da importância do envolvimento parental na educação.

Este cenário sugere a necessidade de estratégias mais efetivas para incentivar uma participação mais expressiva dos pais nas atividades escolares. A

identificação das práticas eficazes no âmbito da vacinação pode servir como um guia para desenvolver abordagens que estimulem o envolvimento parental, assegurando que as crianças recebam o suporte necessário em sua jornada educacional.

A despeito das duas dimensões contarem com suportes legais diferentes, onde a vacinação tem obrigatoriedade prevista em lei e a participação escolar não possui legislação semelhante, as estratégias de mobilização costumeiramente utilizadas em campanhas de vacinação podem inspirar na elaboração de estratégias adaptadas para promover a participação dos pais nas reuniões escolares, reconhecendo a importância da colaboração entre família e escola para o desenvolvimento integral das crianças.

Nossa pesquisa visa contribuir para a superação dos desafios, analisando estratégias de parceria que possam reduzir essa distância entre a escola e as famílias adequando-se à realidade da EEEAP.

No próximo capítulo, avançaremos para uma reflexão teórica sobre a gestão da relação escola-família, abordando as práticas e os modelos de gestão existentes, que podem dar o delineamento das nossas estratégias de intervenção. Além disso, apresentaremos a proposta metodológica, onde detalharemos como nossa pesquisa abordará essas questões de gestão e como os dados serão encontrados e analisados para fornecer elementos importantes para a EEEAP e outras instituições educacionais que enfrentam desafios semelhantes.

3 INÉDITOS VIÁVEIS: A DIALÉTICA DA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

A escolha do título deste capítulo exemplifica nossa busca por uma compreensão mais profunda da interação entre a escola e a família. A expressão "inéditos viáveis", extraída da teoria de Paulo Freire, simboliza a possibilidade de alcançar soluções inovadoras e concretas para os desafios enfrentados por essas duas instituições na construção de uma educação mais inclusiva e participativa. A utilização do conceito de "dialética" sugere que a relação entre escola e família não é estática, mas dinâmica e em constante transformação, marcada por tensões, desafios e, ao mesmo tempo por potencialidades de superação.

Neste capítulo, de caráter analítico, exploramos a base teórica e metodológica que sustenta o presente estudo, analisando os resultados da pesquisa realizada na EEEAP. Iniciando com a seção 3.1, onde apresentamos o referencial teórico, delimitamos nosso campo de pesquisa com base em estudos de autores como Paro (2007, 2008, 2023), Lück (2006, 2009, 2010, 2018), Castro e Regattieri (2009). Este capítulo foi subdividido em subtópicos, pois são três eixos teóricos diferentes e complementares.

Na subseção 3.1.1 abordamos a relação escola-família na gestão democrática e participativa, revisando a literatura acadêmica relevante. Exploramos como a participação das famílias é incentivada e construída na gestão escolar.

Já em 3.1.2 tratamos da relação escola-família, sobre as questões pedagógicas, como o impacto no desempenho e na aprendizagem. Abordamos a importância da comunicação entre a escola e as famílias na promoção de ações de acompanhamento e desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos.

Por fim, na subseção 3.1.3 abordamos outras possibilidades para pensar a relação escola-família, apresentando perspectivas menos centrais, mas igualmente relevantes, como o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos, o estreitamento de laços entre a comunidade e a escola, e o conhecimento da realidade do aluno. Essas dimensões complementaram nossa compreensão da relação escola-família.

Na seção subsequente, 3.2 metodologias e instrumentos de pesquisa, detalhamos a metodologia empregada para investigar o problema. Baseando-nos em referências como Minayo (2001) e Lakatos e Marconi (2003), descrevemos as

escolhas metodológicas, os atores pesquisados e os instrumentos selecionados para a coleta de dados.

A seção 3.3 foi dividida em 3 subseções, onde analisamos os questionários confrontando as respostas e o referencial teórico.

3.1 O Real, a Utopia e os Inéditos Viáveis: Fundamentos Teóricos da Participação Escola-Família

Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p. 304) afirmam que o objetivo primordial da escola é o ensino e a aprendizagem dos discentes, para eles “é a escola como um todo que deve responsabilizar-se pela aprendizagem dos alunos [...]” À instituição de ensino cabe também o reconhecimento da importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar, o auxílio às famílias no exercício de seu papel na educação, no desenvolvimento e no sucesso profissional de seus filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade (Polônia, Dessen, 2005).

É na escola que o aluno constrói parte de sua identidade, assim sendo, a família tem o direito de opinar na educação de seus filhos. De acordo com Castro e Regattieri (2009, p.33), é de grande importância que a escola mantenha interação com a família de seus alunos, pois com a interação da família no ambiente escolar, os alunos se sentem mais seguros e participativos.

Libâneo compreende que não dizemos mais que a escola é a mola das transformações sociais. Ao menos não é sozinha, pois tarefas de construção de uma democracia econômica e política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. Mas com um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações para enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna ou pós-industrial, como dizem outros. Por sua vez, o fortalecimento das lutas sociais, a conquista da cidadania, depende de ampliar, cada vez mais, o número de pessoas que possam participar das decisões primordiais que dizem respeito aos seus interesses. (LIBANEO, 2000, p. 9).

A escola e a família são duas instâncias de socialização nas sociedades modernas e mesmo não sendo as únicas, são muito importantes e ambas vêm historicamente passando por processos de transformação social.

Para Castro e Regattieri (2009, p.13), é impossível compreender o aluno, sem considerar o contexto familiar que o mesmo está inserido, de igual modo é

impossível dizer quem é o aluno sem conhecer suas circunstâncias sociais. Em nossa sociedade, a educação das crianças e dos adolescentes fica a cargo da família e da escola, estas são vistas como instituições socializadoras.

O contexto familiar e suas interações com o processo de aprendizagem escolar representam um campo de estudo extremamente importante, pois é o princípio básico para o desenvolvimento socioemocional e de aprendizagem das crianças.

O IBGE é um dos órgãos de pesquisa que tem sua própria denominação de família. Segundo o instituto, família é compreendida como: “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 2012).

Atualmente, a família não é mais a única responsável pelo desenvolvimento da educação das crianças. De acordo com o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Os estudos realizados mostram que, nas escolas, a colaboração dos pais ocorre de diversas maneiras. Eles contribuem financeiramente, tanto individualmente quanto por meio da Associação de Pais e Mestres (APM). Além disso, participam de eventos para arrecadação de fundos, como festas juninas, e ajudam os filhos com as tarefas de casa. Também prestam serviços à escola, realizando pequenos reparos, ajudando na limpeza, preparando a merenda e organizando ou participando de eventos e excursões. (Paro, 2007).

Entretanto, Paro (2001, p. 67) destaca que a participação dos pais e da comunidade no processo pedagógico “[...] não pode cair no equívoco de delegar aos pais e à comunidade aquilo que compete ao Estado, por meio da escola, realizar.” Não se trata dos pais prestarem uma ajuda unilateral à instituição de ensino nem da escola repassar parte de seu trabalho aos pais; não basta permitir formalmente que as famílias participem da administração da escola e também “[...] não se pode exigir

que eles participem do que não têm condições de dar conta e que é obrigação da escola fazê-lo [...]” (Paro, 2008, p. 52). Para este autor, é necessária a extensão da função educativa (não doutrinária) da escola para as famílias responsáveis pelos alunos.

A instituição de ensino necessita da adesão de seus usuários aos propósitos educativos a que ela deve visar, e essa adesão deve redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho dos alunos.

Um dos problemas de adesão é a origem da iniciativa com foco na aproximação entre família e escola. Paro afirma que, para diminuir tal distanciamento, a escola deve ser o ponto de partida neste processo, atentando para a realidade de seus alunos, procurando articular a participação dos pais na escolarização dos filhos para a melhoria do ensino. (PARO, 2000, p. 15)

Vitor Paro defende que a participação da família na escola precisa estar “[...] ligada à tomada de decisões e não como mera forma de prestação de serviços ou de contribuição financeira por parte da população” (Paro, 2007, p. 10). Participando das tomadas de decisões da escola, os pais.

[...] além de terem melhores condições de influir nas tomadas de decisão a respeito das ações e objetivos da escola, eles estarão investindo na melhoria da qualidade da educação de seus filhos, bem como na melhoria de sua própria qualidade de vida, na medida em que esses adultos estarão mais capazes, intelectualmente, de usufruir melhor de bens culturais a que têm direito e que antes não estavam a seu alcance. (Paro, 2001, p. 68).

Nesse contexto, sabemos que a participação ativa dos pais é fundamental. No entanto, essa colaboração está longe de ser uma prática uniforme ou eficiente em muitas escolas. A falta de tempo, os desafios econômicos e a falta de intenção das instituições de ensino frequentemente limitam o envolvimento real dos pais. Mesmo quando há algum grau de engajamento, ele muitas vezes se restringe a contribuições financeiras ou participações superficiais em eventos escolares, sem um impacto real no desenvolvimento educacional das crianças. A idealização de uma colaboração harmoniosa entre família e escola esbarra na realidade de uma estrutura educacional deficiente e de uma sociedade que, muitas vezes, não prioriza verdadeiramente a educação.

Com base no texto de Paro (2023), a participação da população usuária na gestão da escola básica é fundamental para superar a precariedade do ensino público no país. Dada a insuficiência da ação estatal na oferta de ensino público de qualidade, propõe-se que a própria população exija os serviços a que tem direito. A escola estatal, financiada pelos impostos da população, deve servir aos interesses dessa mesma população. Para garantir essa participação, é importante que a estrutura da escola preveja mecanismos institucionais que envolvam não apenas educadores e funcionários, mas também os próprios usuários.

Além disso, percebe-se que a adesão dos usuários (alunos, pais ou responsáveis) aos propósitos educativos da escola é essencial para seu bom funcionamento. Essa adesão deve se traduzir em ações efetivas que contribuam para o desempenho dos estudantes. Em última análise, a educação desempenha um papel central na transmissão contínua do conhecimento às gerações futuras, sendo apropriada como a mediação para tal legado histórico.

É preciso que o saber esteja permanentemente sendo passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela educação, entendida como a apropriação do saber produzido historicamente. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem. É, pois, pela educação, que o homem tem a possibilidade de construir-se historicamente, diferenciando-se da mera natureza. (Paro, 2023, p. 34-35)

Paro questiona se a preparação para o mercado de trabalho e o ingresso no ensino superior são os únicos objetivos a serem buscados pela escola pública fundamental. Considerando apenas o setor produtivo, será que estamos contribuindo para uma sociedade mais democrática e livre? Além disso, ao focarmos exclusivamente na preparação para o ensino superior, negligenciamos aspectos essenciais. A escola, como espaço de educação sistematizada, não deve perder de vista o conceito amplo de educação, que envolve a apropriação da cultura e a construção histórica do ser humano através do trabalho

"Ao transcender a mera natureza (tudo aquilo que não depende de sua vontade e de sua ação), o homem ultrapassa o nível da necessidade e transita no âmbito da liberdade. A liberdade é, pois, o oposto do espontaneísmo, da necessidade natural; é algo construído pelo homem à medida que constrói sua própria humanidade." (Paro, 2023, p. 34)

O homem, ao longo de sua existência, contribui para a produção de conhecimentos, técnicas, valores e comportamentos que constituem o saber historicamente acumulado. Para evitar que esse conhecimento se perca e para impedir que a humanidade precise reinventar tudo a cada nova geração, é essencial que o saber seja continuamente transmitido às gerações futuras

"Essa mediação é realizada pela educação, entendida como a apropriação do saber produzido historicamente. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem. É, pois, pela educação, que o homem tem a possibilidade de construir-se historicamente, diferenciando-se da mera natureza." (Paro, 2023, p. 34)

Paro (2023) destaca que a escola pública brasileira apresenta elevados índices de reprovação e evasão, além de um nível baixo de conhecimento entre os alunos aprovados. A responsabilidade por esses resultados, na maioria das vezes, é atribuída ao professor, que é frequentemente acusado de falta de competência e de dedicação profissional. Embora os professores reclamem de seus salários, eles, muitas vezes, acabam internalizando a culpa pelos fracos resultados de seus alunos, considerando-se profissionais mal qualificados. Essa percepção é exacerbada pela baixa consciência política que impede muitos professores de reconhecerem as condições adversas em que trabalham. Em vez de questionar essas condições, muitos professores culpam os alunos pela falta de interesse em aprender, uma justificativa que o autor argumenta ser profundamente problemática, pois representa uma renúncia da escola a uma de suas funções mais fundamentais.

"Os equívocos a esse respeito geralmente advêm da atitude errônea de considerar a 'aula' como o produto do trabalho escolar. Nessa concepção, desde que o professor deu uma boa aula, a escola cumpriu sua obrigação, apresentou o seu produto, tudo o mais sendo responsabilidade do aluno. Mas, se consideramos o conceito de trabalho humano enquanto 'atividade adequada a um fim' (Marx, [19--], p. 202), a aula ou a 'situação de ensino' constitui o próprio trabalho, não seu produto. Se a escola tem que responder por produtos, estes só podem ser o resultado da apropriação do saber pelos alunos. Se estes não aprenderam, a escola não foi produtiva. Dizer que a escola é produtiva porque deu boa aula, mas o aluno não aprendeu é o mesmo que dizer que a cirurgia foi um sucesso, mas o paciente morreu." (Paro, 2023, p. 36)

A luta pela construção do inédito viável é a materialização de um sonho que só pode ser concebido coletivamente, devido seu caráter histórico, faz parte de um processo de construção da criticidade, ou seja, a conscientização, que “está evidentemente ligada à utopia. Sonhar coletivamente significa exercer simultaneamente dois compromissos: a denúncia das situações limites e o anúncio de possibilidades do inédito viável. Neste movimento de denúncia e anúncio cria-se a luta pelas condições sociais necessárias para realização dos sonhos possíveis, já que o critério “da possibilidade ou impossibilidade de nossos sonhos é um critério histórico-social e não-individual” (FREIRE, 1983, p.99). Por isso o inédito viável não ocorre ao acaso nem se constrói individualmente, mas diz respeito às alternativas construídas coletivamente a partir da vivência crítica do sonho almejado, tendo em vista a superação das situações-limites que impedem sua concretização.

Ao enxergar o inédito viável como um sonho realizável, o ser humano, consciente de sua própria capacidade de agir sobre o mundo, começa a visualizar sua libertação como uma realidade possível. Estar no mundo, para Freire, implica engajamento em ações concretas, reflexões críticas e lutas que visam à transformação social. Homens e mulheres historicamente oprimidos passam a perceber seu papel no mundo de forma consciente, crítica e participativa, o que reflete sua vocação ontológica de ser livre. Como afirma Freire (2001, p. 85):

"Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia."

Portanto, a busca pelos 80% ou 100% de participação, embora possa parecer utópica, é uma aspiração necessária para que se promova uma educação mais inclusiva e participativa, onde a família e a escola trabalhem juntas para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

A relação entre escola e família pode ser considerada dialética porque envolve um processo contínuo de interação, transformação e construção conjunta, em que diferentes perspectivas e realidades se encontram, gerando tensões e, ao mesmo tempo, a possibilidade de síntese e evolução. No contexto dialético, os dois

polos – escola e família – não são entidades isoladas ou estáticas, mas sim elementos em constante relação, influenciando-se mutuamente e participando de um movimento de troca e negociação.

No contexto dialético da relação escola-família, trabalhar com os conceitos de inéditos viáveis, situações-limite e atos-limite, conforme utilizados por Paulo Freire (2011) especialmente em *Pedagogia do Oprimido*, é fundamental para compreender as dinâmicas de transformação social e educacional. Esses conceitos, quando conjecturados como categorias analíticas, permitem identificar os obstáculos (situações-limite) que dificultam uma interação efetiva entre a escola e a família, bem como as possibilidades concretas de superação desses desafios (inéditos viáveis). Por meio de ações intencionais e transformadoras (atos-limite), essa abordagem dialética busca romper com as barreiras que limitam o engajamento das famílias, promovendo uma educação mais colaborativa e emancipatória, baseada no diálogo e na construção coletiva entre todos os envolvidos no processo educacional.

Nesta pesquisa, reconhecemos as situações-limite que restringem a participação efetiva dos pais nas reuniões escolares e no acompanhamento do desenvolvimento educacional dos estudantes representam os obstáculos que precisam ser superados para a construção de uma relação mais integrada entre escola e família. Essas situações-limite incluem desafios como a distância geográfica, a falta de tempo devido às condições de trabalho dos responsáveis e a desvalorização da importância da participação familiar na educação.

Os "inéditos viáveis", por sua vez, constituem a materialização dos sonhos de uma educação mais colaborativa e participativa, onde o engajamento dos pais seja notório e contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes e da escola enquanto instituição democrática. Esse sonho, embora possa parecer utópico, é possível de ser concretizado por meio de ações pedagógicas intencionais, contextualizadas e transformadoras.

3.1.1 Relação escola/família na gestão democrática e participativa

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, traz pela primeira vez a dimensão da autonomia das escolas para concepção do projeto político pedagógico, com apoio das Secretarias Municipais de Educação.

Até então, as escolas eram um espaço de implementação de políticas e programas e não respondiam pela construção de seus projetos.

A importância do gerenciamento coletivo, tanto nos aspectos administrativos quanto nos pedagógicos da escola pública coadunam com o princípio da gestão democrática.

Assim como Paulo Freire trata a utopia como o inédito viável, Paro 2023, ao considerar a gestão escolar democrática uma utopia traz diversas contribuições que serão nossa base teórica para análise do caso EEEAP. Para o autor, a gestão democrática da escola pública, precisa envolver a participação ativa de pais, educadores, alunos e funcionários, mas, muitas vezes é considerada uma utopia. No entanto, ele argumenta que essa utopia não é inalcançável, mas sim uma meta a ser perseguida com base na compreensão das condições concretas e contradições existentes.

Paro define a palavra "utopia" como algo que não existe, mas que pode vir a existir e é desejável. Ele sugere que a tarefa inicial para alcançar uma gestão democrática consiste em tomar consciência das condições concretas que apontam para a viabilidade desse projeto (Paro, 2023, p. 45). Assim, a utopia de uma escola democrática deve ser vista como um processo contínuo de conscientização e transformação das relações de poder no interior da escola.

No que diz respeito ao papel do diretor, Paro destaca a dupla contradição enfrentada por esses profissionais. Por um lado, os diretores são vistos como a autoridade máxima dentro da escola, o que lhes confere um aparente poder. Por outro lado, na prática, eles se tornam prepostos do Estado, responsáveis por assegurar o cumprimento das leis e ordens, o que limita sua autonomia real (PARO, 2023, p. 46). Além disso, o autor aponta que a formação técnica e administrativa dos diretores muitas vezes se choca com a falta de recursos e autonomia, tornando difícil a aplicação de métodos e técnicas modernas de gestão escolar.

Paro argumenta que essa impotência do diretor é o reflexo da impotência da própria escola. A falta de autonomia da escola significa que as classes trabalhadoras ficam privadas deste espaço para a apropriação do saber e do desenvolvimento da consciência crítica. Portanto, conferir autonomia à escola implica conferir poder e condições concretas para que a escola possa atender aos interesses das classes trabalhadoras (PARO, 2023, p. 47).

Para Paro, a transformação da escola passa pela transformação do sistema de autoridade dentro dela. Ele propõe que a distribuição da autoridade entre os diversos setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – pode fortalecer a escola como um todo, em vez de enfraquecer o poder do diretor. A gestão colegiada, exemplificada pelos conselhos escolares, é vista como um passo importante nessa direção. (PARO, 2023, p. 48).

Outro ponto crucial levantado por Paro é a necessidade de criar condições materiais para a participação dos pais trabalhadores no cotidiano escolar. Ele sugere medidas como a isenção de horas de trabalho para os pais em dias de reuniões escolares, de modo que possam se envolver mais ativamente na educação de seus filhos sem prejuízo financeiro (PARO, 2023, p. 49). Essa medida rompe com a ideia de que os problemas escolares podem ser resolvidos apenas dentro dos limites da escola e promove a participação efetiva da comunidade trabalhadora.

Paro conclui que, se a transformação da autoridade na escola for vista como uma quimera ou um sonho irrealizável, então a ideia de uma escola que contribua para a transformação social perde seu sentido. Dessa forma, a discussão proposta por Vitor Paro sobre a gestão democrática da escola oferece um caminho para a construção de uma escola mais justa e equitativa, onde a participação ativa de todos os atores envolvidos pode levar a transformações no cenário educacional.

No que tange a gestão democrática, a adoção de eleições diretas para a escolha de diretores escolares é um marco na democratização da gestão escolar. Paro (1996) observa que a institucionalização desse processo na década de 1980 coincidiu com a redemocratização política do Brasil. Ele destaca que a eleição⁴ direta para diretores ajudou a reduzir a influência de agentes políticos na nomeação de dirigentes escolares, promovendo uma gestão mais transparente e participativa. Além disso, essa prática passou a fazer parte do imaginário popular, sendo valorizada como um direito importante a ser reivindicado pela comunidade escolar.

Outro avanço importante mencionado por Paro (1996) é a inclusão da eleição de diretores nas plataformas eleitorais de políticos, indicando uma sensibilidade crescente para as demandas populares por uma gestão escolar mais democrática. Isso reflete um reconhecimento do valor da participação da comunidade na escolha

⁴ Na rede estadual de Minas Gerais não existe eleição de diretor e sim um processo de escolha que é regulamentado por normas específicas, como exemplo a Resolução SEE nº 4782/2022 ou Resolução SEE nº 4783/2022. Esse processo inclui a definição de critérios de elegibilidade, a condução de campanhas informativas e a realização de votações.

de seus líderes educacionais, o que pode contribuir para uma gestão mais alinhada com os interesses e necessidades locais.

Apesar dos avanços, Paro (1996) também identifica alguns limites na prática de eleição de diretores. Entre outras questões, ele aponta que a eleição de diretores nem sempre resulta em uma gestão mais democrática dentro da escola. Muitas vezes, o autoritarismo e a falta de participação de professores, alunos, funcionários e pais persistem, mesmo após a eleição de um diretor. As expectativas de que a eleição direta eliminaria essas práticas autoritárias não foram plenamente realizadas, indicando que a democratização da gestão escolar requer mais do que a simples mudança no processo de seleção de diretores.

Apresento aqui uma perspectiva sobre a atuação discricionária do diretor como burocrata de nível de rua, especialmente no enfrentamento das situações-limite impostas à gestão escolar. Me baseio na concepção de Lipsky (1980) sobre a discricionariedade, onde essa atuação se evidencia na aplicação prática diante das limitações estruturais e normativas do sistema educacional.

O conceito de burocracia de nível de rua desenvolvido por Lipsky (1980) resulta da percepção de que, os agentes utilizam procedimentos que diferem das diretrizes traçadas pelos formuladores da política pública, pois estando na linha de frente da atuação política, em contato direto com os seus usuários utilizam da discricionariedade.

Embora o diretor seja formalmente reconhecido como a autoridade máxima dentro da escola, ele frequentemente enfrenta a escassez de recursos e a implementação de políticas públicas que nem sempre atendem às demandas da comunidade escolar. Atuando na linha de frente do serviço público, o diretor precisa interpretar e adaptar as normas de acordo com o contexto específico de sua escola, o que lhe garante certa autonomia nas decisões diárias. Entretanto, como ressalta Paro (2023), essa autonomia é condicionada pela necessidade de seguir diretrizes estatais, colocando o diretor em uma posição ambígua, onde a busca por uma gestão democrática se choca com as restrições administrativas, limitando a capacidade da escola de promover transformações baseadas nas necessidades reais de cada escola. Segundo Libâneo.

O conceito de participação se fundamenta no de autonomia que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas de autoritárias de tomada de

decisões, sua realização concreta nas instituições é a participação. (2001, p.80).

A luta pela construção desse inédito viável passa pela necessidade de um esforço coletivo, inserido no contexto dialético entre os limites impostos e a discricionariedade que viabiliza o movimento dialético contínuo.

Ao abordar a atuação do diretor como um burocrata de nível de rua, fica evidente que a gestão democrática enfrenta limites impostos pelas estruturas normativas e pela falta de recursos. Embora a eleição de diretores tenha sido um avanço importante, ela por si só não garante uma gestão plenamente participativa, pois a autonomia dos gestores ainda é restrita, mas a discricionariedade pode ser o caminho para a construção do inédito viável.

O ponto central deste subtópico foi compreender os avanços e os desafios da gestão democrática, destacando como essa questão é essencial para a análise da relação entre a escola e a família no contexto atual.

No próximo tópico, exploraremos as implicações pedagógicas dessa relação entre gestão, comunidade e o papel transformador da escola.

3.1.2 Relação escola/família e questões pedagógicas

Ao analisar a relação entre família e escola, torna-se necessário estudar o cenário familiar contemporâneo, levando em consideração as transformações profundas que a instituição familiar tem experimentado ao longo do tempo.

“A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo” (Oliveira e Marinho-Araújo, 2010).

A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, do conhecimento elaborado e da cultura erudita. Para Saviani (2005), a escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentos (bases) desse saber. A contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é específica à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento. No que diz respeito à família, “um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de

convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola” (Polonia & Dessen, 2005, p.304).

Em uma análise de literatura realizada por Hong e Ho (2005), citada por (Cia 2009) foram selecionados estudos longitudinais que avaliaram os participantes nos anos de 1988, 1990 e 1992. A partir desse conjunto de dados, foi obtida uma amostra composta por 6.000 estudantes. O objetivo deste estudo foi examinar a influência dos seguintes fatores no desempenho acadêmico de crianças de origens diversas, incluindo americanas, asiáticas, africanas, hispânicas e europeias: (a) o nível de envolvimento dos pais (avaliado com base em medidas de comunicação com os filhos, aspirações educacionais, participação parental e supervisão parental), (b) a autoimagem da criança, (c) seu locus de controle e (d) suas aspirações educacionais. Considerando, os resultados sobre o envolvimento de ambos os pais, os autores indicaram que:

...A comunicação entre os pais e seus filhos influenciou diretamente no desempenho acadêmico das crianças hispânicas e europeias e apresentou um efeito direto no crescimento acadêmico em crianças asiáticas e brancas. A aspiração educacional paterna e materna influenciou diretamente no desempenho acadêmico de crianças asiáticas, africanas e brancas. (Fabiana Cia 2009)

O trecho acima ressalta a importância da comunicação entre os pais e seus filhos, bem como das aspirações educacionais dos pais, no desempenho acadêmico de crianças de diferentes origens e minorias. Isso destaca a complexidade das influências familiares no sucesso escolar e demonstra como esses fatores podem influenciar na vida acadêmica das crianças e jovens. Já no quesito supervisão dos pais a pesquisa identificou que:

A supervisão de ambos os pais apresentou influência direta no progresso acadêmico de crianças africanas. Para as crianças dos quatro grupos, o envolvimento de ambos os pais estava positivamente correlacionado com o locus de controle, o autoconceito e a aspiração educacional dos estudantes, o que indiretamente influenciou no desempenho acadêmico das crianças. (Fabiana Cia 2009)

Os trechos da pesquisa acima destacam a importância da supervisão conjunta dos pais no percurso acadêmico das crianças, e ressalta a relevância do envolvimento parental na educação. Além disso, ele sugere que o envolvimento de

ambos os pais tem uma influência positiva no desenvolvimento de aspectos psicológicos e aspirações educacionais das crianças, como o *locus* de controle, autoconceito e aspiração educacional.

Essa relação entre o envolvimento parental e os fatores psicológicos são interessantes, pois indica que o apoio emocional e a orientação dos pais podem desempenhar um papel fundamental na formação da autoestima, na construção de metas acadêmicas e no desenvolvimento da percepção de controle sobre o próprio aprendizado por parte das crianças.

Sobre a participação dos pais nos processos de escolarização, Castro e Regattieri (2009) consideram que:

Uma das principais causas diagnosticadas da fragilidade da interação das famílias com as escolas é que a maioria dos usuários do ensino público não tem a cultura de exigir educação de qualidade para seus filhos. Pesquisas envolvendo pais de alunos de escolas públicas atestam que, para a maior parte destes, o direito à educação continua sendo confundido com vaga na escola, acesso ao transporte, ao uniforme e à merenda escolar. (Castro, Regattieri, 2009, p. 36).

Ao considerar que essa influência foi observada em crianças de diferentes grupos étnicos, o trecho sugere que o envolvimento parental pode ser uma variável importante e universal na promoção do sucesso acadêmico.

3.1.3 Outras dimensões possíveis para pensar a relação escola-família

Apresentar a relação escola-família, sob outras perspectivas, menos centrais que as analisadas nos tópicos acima tais como: o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos; o estreitamento de laços entre comunidade e escola; o conhecimento da realidade do aluno.

Saviani faz uma análise crítica sobre a forma com que a escola é conduzida dentro do ideário neoliberal e como esta promove a chamada teoria da marginalidade social e passa a fazer uma proposta da concepção histórico-crítica da educação. Ele deixa claro em seus escritos que a escola, assim como a sociedade, é contraditória e tem duas faces, com potencial de ser tanto um espaço ideal para a discussão, luta e superação das mazelas, isso por ser a escola que desperta para uma formação crítica, libertadora, como defendido também por Freire (2001), na

qual se criam possibilidades para os dominados passarem a ocupar seus espaços antes monopolizados pelos dominantes quanto um espaço de reprodução da desigualdade.

Historicamente, a escola é considerada a principal instituição responsável pela educação formal, enquanto a família desempenha seu papel da socialização primária e no suporte emocional.

Para Dessen e Polonia (2007, p. 22) :

A família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e a apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já na família os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo. (2007, p. 22)

Dessa forma, as instituições estão interligadas. A família como agente inicial da formação do indivíduo no processo educacional, o que ocorre na informalidade.

No entanto, a complexidade das sociedades contemporâneas exige uma colaboração mais estreita entre essas duas esferas de influência, que apesar de terem os mesmos anseios de formação do jovem intelectual e emocionalmente capaz de lidar com os desafios da vida e do trabalho, por vezes fica visível a existência de perspectivas divergentes entre família e escola no que tange as responsabilidades no processo de acompanhamento educacional e emocional dos estudantes.

As perspectivas divergentes se concretizam nas percepções e expectativas da família e da escola (professores) muitas vezes diferem. No discurso de professores, a família tem a tendência de relegar à escola o papel de educar em todos os âmbitos sem querer contribuir com o processo. Já entre os professores há um certo consenso de que a escola deve concentrar-se na transmissão de conhecimento e habilidades cognitivas, interferindo pouco em questões emocionais. Essas divergências de pensar geram tensões e desafios na construção de uma parceria efetiva entre escola e família.

É necessário reconhecer a importância da colaboração entre família e escola no processo educativo, cada uma desempenhando seu papel e valorizando o papel da outra, com práticas diárias bem delimitadas. Atualmente, percebo intenções, explícitas ou não, de transferência de responsabilidades e atribuição de culpa pelo fracasso, tanto por parte da escola, que muitas vezes se vê incapaz de cumprir seu papel social de escolarização, quanto por parte das famílias, que se sentem incapazes de corresponder às expectativas escolares. Essas expectativas são intensas e confusas, obscurecidas por uma espécie de miopia social.

Castro e Regattieri (2009) fazem uma citação que diz: “Eu sou eu e minhas circunstâncias”. Não é possível dizer quem é o aluno sem considerar as suas circunstâncias sociais.

A família segundo Dessen & Polônia (2007), é a responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma grande influência no comportamento das pessoas, “especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais”. (p.22).

Na nossa sociedade, a responsabilidade pela educação das crianças e dos adolescentes recai legalmente, moralmente, sobre duas grandes agências realizadoras. Uma é a família e a outra é a escola. No mundo globalizado e complexo em que vivemos, as relações entre setores, instituições e atores sociais estão tão imbricadas que fica cada vez mais difícil entender os problemas educacionais, apontando apenas para as dificuldades originadas fora da escola ou somente para os processos internos dela.

Entender o perfil familiar dos estudantes e conhecer suas características socioculturais, valores e dinâmicas, se faz necessário tanto para compreendermos os elementos que aproximam ou afastam de uma participação mais efetiva na vida escolar, quanto adaptar estratégias e abordagens para estabelecer uma comunicação mais eficaz com os pais, permitindo que a escola compreenda melhor o contexto em que cada aluno está inserido, identificando possíveis desafios e oportunidades de apoio.

É importante reconhecer que a baixa escolarização dos pais não pode ser considerada um fator determinante na participação ativa na escola. Embora possa haver uma correlação entre o nível de educação dos pais e seu envolvimento escolar, dentre outros.

A participação ativa na escola está relacionada ao conceito de “capital social”. Compreendido aqui como as redes de relacionamento, confiança mútua e recursos disponíveis em uma comunidade.

Ao analisar o conceito de capital social, apoiado em autores como Bourdieu, Coleman, North e Putnam, Santos 2003 resume que o capital social.

estrutural diz respeito às instituições, normas (regras formais: legislação, regulamentos das organizações etc.) e meios pelos quais o capital social se manifesta. O número de associações (verticais ou horizontais) existentes em uma comunidade, a tecnologia disponível... (ex.: uma cidade “conectada” à Internet potencializa a troca de informações e de interação entre seus membros), as leis e o conjunto de políticas públicas que promovem ou facilitam a interação entre as pessoas e a ação coletiva (ex.: orçamento participativo, conselhos municipais etc.) são exemplos da forma estrutural de capital social.... (Santos, 2003, p. 16)

Observando o resumo acima, é possível fazer um paralelo com os mecanismos institucionais da gestão democrática da escola, pode-se afirmar que a estruturação de colegiados dentro da escola constitui um reflexo do capital social estrutural, pois em tese, permitem a participação ativa dos pais e da comunidade escolar na tomada de decisões e na formulação de políticas educacionais, promovendo a gestão democrática.

Ainda em Santos (2003) “a forma cognitiva de capital social diz respeito a conceitos mais abstratos e subjetivos, como confiança, reciprocidade, solidariedade, atitudes, valores e crenças”.

Trazendo à tona a forma cognitiva de capital social, dentro da necessidade de se criar uma cultura de participação ativa dos pais na escola, entendemos que é função da escola promover um ambiente escolar onde a confiança mútua, a reciprocidade e a solidariedade são valorizadas. Para que os pais se sintam motivados a participar ativamente na escola e percebam a existência de um ambiente acolhedor, onde suas contribuições são valorizadas e onde há um esforço coletivo para o bem-estar dos alunos.

Assim, a interconexão entre o capital social estrutural e cognitivo dentro do contexto escolar evidencia como a criação de estruturas formais de participação, junto à promoção de valores e atitudes positivas, podem fortalecer a relação entre escola e família.

Na análise de Castro e Regattieri (2009) não podemos desconsiderar a influência da situação socioeconômica, da violência, das mudanças de costumes sobre o comportamento e desempenho dos alunos. Por outro, não podemos admitir que a escola se torne numa agência de assistência social e negligencie sua função específica, que é zelar pela aprendizagem escolar. Precisamos então, optar por uma abordagem relacional entre a educação e o contexto social, sempre com foco nos processos de ensino aprendizagem, enxergando as relações professor aluno em uma perspectiva ampliada, que considera a base da cadeia de relações que está entre esses dois atores.

Castro e Regattieri (2009) também discorrem sobre o aluno esperado e o aluno real. O que é necessário para que uma criança incorpore a identidade de aluno? Quais são as características que uma criança precisa trazer consigo para transitar bem pelos códigos e regras escolares? Que tipo de situação familiar facilita a entrada e a permanência das crianças e adolescentes na escola e que tipo de situação familiar dificulta a educação.

No entanto, é claro para todo mundo que o trabalho escolar pressupõe que uma criança chega à escola com uma série de características. Ela deve estar saudável, bem alimentada. Ela precisa entender bem a língua usada pelos professores e pelos colegas. Ela tem que respeitar os professores, tem que cumprir certos acordos, tem que assumir compromissos, saber se controlar. Tudo isso são características fundamentais para o sucesso escolar e que não são originadas na escola. Essas características devem vir como um pré requisito do aluno.

Se a criança não está desde cedo no sistema educacional por falta de acesso à educação infantil, por exemplo, espera-se que ela aprenda, que ela adquira todas essas características, esses comportamentos no convívio familiar. Aí as famílias cujos membros mais velhos frequentaram a escola por um tempo maior e tendo um relativo sucesso nela, tendem a entender e valorizar o que acontece na escola. Isso facilita a transmissão das regras escolares aos seus membros mais jovens. No entanto, muitas famílias simplesmente não sabem como fazer ou não conseguem dar essa base necessária com disponibilidade e competência que se espera delas. Assim, os alunos cujas famílias têm experiências e valores próximos aos da escola, além de recursos para investir no apoio à sua carreira escolar, ocupam o lugar do aluno esperado. Já os alunos, cujas famílias têm culturas e valores diferentes dos da escola e têm poucos recursos para empregar no suporte à escolarização dos filhos,

esses alunos são muitas vezes classificados simplesmente pela distância que os separa daquilo que seria o aluno esperado. Essa identidade marcada pelo que falta a criança para se tornar um aluno dentro dos moldes desejados.

Pais com maior capital social tendem a se envolver mais na escola de seus filhos, independentemente de sua escolarização formal. Portanto, mesmo que os pais tenham baixa escolarização, se eles tiverem uma forte rede de apoio social e conexões com outros pais, é mais provável que participem de atividades escolares.

Segundo Lück (2018, p. 31):" [...] desprendem-se nas expressões de entendimento sobre a participação a ocorrência de diversos significados, com abrangência e alcance variados". Desta forma, o real sentido da participação dentro do ambiente escolar pode estar associado desde a realizar eventos na unidade, participar de reuniões ou associações escolares a interagir com os diversos atores que formam a comunidade. A autora destaca que a participação das famílias no ambiente escolar tem sido evocada em várias circunstâncias, demonstrando inúmeras formas e nuances do contexto em que está inserida, fato comumente encontrado nos ambientes educacionais.

Alguns pais enfrentam barreiras estruturais, como horários de trabalho inflexíveis, dificuldades de transporte ou dificuldades financeiras. Esses fatores podem afetar sua capacidade de participar em reuniões ou eventos escolares. A falta de tempo e a dificuldade em conciliar compromissos profissionais com as demandas escolares podem levar os pais a se sentirem desconectados da educação de seus filhos, apesar de seu desejo de se envolver.

Além disso, a cultura de participação pode variar entre diferentes comunidades. Em algumas, pode não haver uma tradição forte de envolvimento dos pais na escola, seja devido a experiências negativas anteriores ou a uma percepção de que a educação formal é responsabilidade exclusiva da escola. Esse distanciamento cultural pode ser fruto de comunicação ineficaz entre a escola e a família. Quando as escolas não se esforçam para entender e respeitar as realidades culturais e socioeconômicas das famílias, é menos provável que consigam engajar os pais.

Por outro lado, a abertura democrática e a promoção de uma gestão escolar participativa podem contribuir na superação dessas barreiras. Quando a escola adota uma abordagem inclusiva e proativa, criando oportunidades variadas e acessíveis para a participação dos pais, é mais provável que consiga envolver um

maior número de famílias. A implementação de estratégias como reuniões em horários flexíveis, disponibilização de transporte ou facilitação de acesso a plataformas digitais para interação e outras estratégias que abordaremos no PAE, podem fazer a diferença na participação dos pais.

Segundo Libâneo

Sendo assim, as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam co-responsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. (2001, p. 115)

Ao afirmar que todos os sujeitos envolvidos no cotidiano escolar devem participar ativamente das decisões e processos educativos, o autor reforça a concepção de uma gestão democrática e dialógica.

Segundo Souza (1997, p. 18) “a gestão democrática se liga às preocupações com a participação da comunidade escolar, professores, funcionários, alunos e pais ou membros da comunidade no governo da escola. Embora contenha o risco da gestão escolar ser manipulada por minorias organizadas, o princípio é salutar. Só se aplica obrigatoriamente às escolas públicas, por definição constitucional (artigo 206, inciso VI da Constituição Federal) “.

Um outro elemento importante na análise seria a importância dos educadores estarem convencidos da relevância e da necessidade da participação dos pais e educadores para que o processo de ensino e aprendizagem se concretize, conforme o que manifesta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Fortalecer o vínculo escola família é fundamental para o sucesso dos alunos e da instituição, pois tanto a escola quanto a família precisam entender e valorizar seus respectivos papéis no desenvolvimento integral dos estudantes.

3.2 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

De acordo com a natureza desta pesquisa, no âmbito do mestrado profissional, adotamos a pesquisa aplicada, visto que nosso objetivo é gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos a solução de problemas que envolvem processos e interesses locais de problemas cotidianos, a pesquisa realizada pode contribuir na busca por informações relevantes que contribuirão para aplicabilidade de ações.

A pesquisa também tem caráter exploratório por seu objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A maioria dessas pesquisas, segundo Gil (2007), envolve: a) levantamento bibliográfico; b) questionários com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Antes mesmo da análise documental, fizemos um levantamento bibliográfico a respeito da temática em questão, consultamos as legislações que abordam direta ou indiretamente a participação da família na escola, bem como obras de autores que tratavam do assunto de forma clara e objetiva, teses, dissertações e artigos que se debruçam sobre o tema e buscam traçar estratégias de aumentar a participação da família na escola.

Para desenvolver este trabalho utilizamos como instrumentos de pesquisa a análise documental e aplicação de questionários. A pesquisa documental nos bancos de dados educacionais, nos registros internos da escola e nas legislações, nos permitiu uma abordagem objetiva da participação da família na instituição, ao examinar os espaços designados para tal interação e avaliando como esses espaços são ou não são ocupados pelos pais. Os aspectos quantitativos que identificam a estrutura administrativa e pedagógica da escola.

A pesquisa documental e a aplicação de questionários foram os principais instrumentos utilizados, junto aos professores, alunos, pais, equipe pedagógica e gestores, a fim de compreendermos os comportamentos e ações dos atores da escola, que possam estar influenciando a pouca participação das famílias na escola e na busca de alternativas e sugestões de soluções para estreitamento da relação família-escola.

A pesquisa documental abrange o recorte temporal de 2019 a 2023, tendo sido analisados documentos escolares diversos, entre eles o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Quadro de Identificação da Escola, Ata do processo de eleição do colegiado escolar, Livro de Atas de Reuniões de Pais. Esse conhecimento serviu de base para a análise de abordagem qualitativa.

Alguns dados quantitativos foram elencados para subsidiar a análise qualitativa, esses dados vão desde o quantitativo de alunos, turmas, assim como, outros indicadores educacionais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa foram obtidos por meio de dados coletados no SIMADE, nos livros de atas de

reuniões de pais, também para aferir a quantidade de pais que compareciam às reuniões. Para Lakatos e Marconi (2003) a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofre mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade. Segundo Günther (2006), a natureza qualitativa de um estudo pode ser estabelecida por meio de variadas características, como, por exemplo: foco na totalidade do fenômeno e consideração de seu contexto e historicidade; possibilidade de generalização dos resultados a partir de argumentos.

A pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa apresentam distintas características metodológicas, cada uma com limitações e potencialidades específicas. No entanto, os aspectos positivos de uma abordagem podem complementar as limitações da outra, contribuindo para uma análise mais abrangente e aprofundada dos fenômenos investigados.

Os questionários foram organizados por meio de roteiros estruturados disponibilizados via google formulário com os professores e especialistas com mais de 5 anos de atuação na escola, pois conhecem a realidade local, bem como as gestões escolares que se sucederam ao longo dos anos e a cultura de participação das famílias na EEEAP, também participaram pais e alunos.

No caso dos professores e especialistas, podemos entender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes que, direta ou indiretamente, influenciam na relação entre a escola e a família na EEEAP. Também utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário de múltipla escolha para os alunos, com perguntas relacionadas ao seu perfil social, escolaridade dos pais e sua percepção em relação à participação das famílias nas atividades da escola. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201), o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Segundo Gil (1999, p.98) “quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar”. Então, para responder aos questionários sobre a participação na escola, foram convidados a participar todos os alunos do ensino regular. Os formulários google foram preenchidos somente após assinatura nos termos de consentimento livre e esclarecido, onde puderam acessar em seus próprios

aparelhos smartfone ou computador. Para os alunos, com o consentimento para os responsáveis assinado pelos pais e com ciência da gestão escolar, a aplicação ocorreu parte nos computadores da biblioteca através de formulário online.

A escolha por estes procedimentos justifica-se no sentido de sua adequação aos objetivos desta pesquisa, em que se procura problematizar a participação da família na escola e obter informações que possibilitem diagnosticar as formas de participação da família na vida escolar do aluno e as dificuldades de efetivar esta participação.

3.3 A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA NA EEEAP: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Nesta seção analisamos os dados coletados na pesquisa de campo confrontando com as discussões e os pressupostos teóricos desenvolvidos em diálogo com os autores.

Os participantes deste estudo responderam questionários no google formulários durante o mês de dezembro de 2024, com perguntas relacionadas à participação da família na vida escolar dos alunos. Os roteiros utilizados estão disponíveis no apêndice da dissertação.

As questões dos formulários também abordaram a participação da família na escola, com os seguintes objetivos: identificar as ações realizadas pela equipe gestora para promover maior envolvimento familiar, avaliar as atividades e iniciativas oferecidas às famílias, analisar o nível de participação dos familiares na escola e sugestões para subsidiar propostas de intervenção que possam fortalecer essa parceria.

A pesquisa abrangeu estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio nos 3 turnos, manhã e tarde. Para os alunos a abordagem inicial foi realizada em sala de aula, onde explicamos os objetivos da pesquisa e distribuimos os Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido para que os pais ou responsáveis dos estudantes menores de 18 anos autorizassem ou não a participação dos filhos. No dia agendado para a aplicação do questionário, retornamos às salas de aula, e apenas os alunos que trouxeram o termo devidamente assinado foram à biblioteca da escola para responder ao formulário.

Em relação aos pais, enviamos comunicados por meio dos filhos e, utilizando a lista de contatos telefônicos, compartilhei pelo *Whatsapp* o link do formulário, que já

incluiu o Termo de Consentimento online. Para os professores, após um diálogo prévio para apresentar a pesquisa, encaminhei via *whatsapp* o formulário com o Termo de Consentimento apenas aos docentes que estavam em exercício na escola há mais de cinco anos, que é o mesmo período que estamos analisando.

A participação na pesquisa alcançou os seguintes números: 19 pais e/ou responsáveis, 121 alunos e 14 professores e especialistas, os quais aceitaram os termos e acessaram os formulários. Esse quantitativo de respostas possibilita a análise de diferentes perspectivas sobre a relação entre família, escola e corpo docente.

3.3.1 A percepção dos profissionais sobre a relação escola/família na EEEAP

Iniciaremos a análise com as respostas dos professores e especialistas no quesito tempo de serviço na EEEAP os profissionais que participaram estão distribuídos conforme dados da tabela abaixo.

Tabela 13 - Tempo de Serviço na Escola

Faixa de Tempo (anos)	Porcentagem (%)	Número de Respostas
5 a 9	28,6	4
10 a 15	14,3	2
16 a 20	21,4	3
20 a 25	35,7	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Professores com menos de 5 anos de atuação na escola não fizeram parte da pesquisa. Esse recorte foi adotado para dar maior confiabilidade nas informações, considerando que profissionais com mais tempo de vínculo na escola possuem maior conhecimento das práticas e das dinâmicas educacionais específicas.

No quesito experiência em outras escolas a pesquisa revela que 85,7% dos participantes já trabalharam ou trabalham em outras escolas, sendo que (35,7%), já atuou em 3 escolas, (14,3%) dos professores trabalharam em 4 escolas e (21,4%) trabalhou em 5 ou mais escolas ao longo de suas carreiras, sobre o tipo de escola que trabalharam (92,9%) atuou exclusivamente em escolas públicas, com apenas 7,1% tendo experiência em escolas públicas e particulares. Tendo atuado em outras

escolas esses professores são capazes de estabelecer comparações e perceber diferenças na participação da família na EEEAP e em outras escolas.

Quando questionados sobre as diferenças na relação entre escola e família, os profissionais responderam conforme figura abaixo.

Figura 9 - Diferenças significativas na relação escola e família entre a EEEAP e a(s) outra(s) escola(s) em que trabalhou ou trabalha.



Fonte: Formulário preenchido pelos professores e especialistas (2024).

Os dados apresentados na figura acima demonstram a percepção dos professores sobre a relação escola-família na EE Edson Alves Pereira (EEEAP) em comparação com outras instituições onde atuam ou atuaram, essa comparação é importante para a pesquisa. Uma porcentagem de 35,7% dos professores que acreditam que essa relação seja mais próxima na EEEAP sugere que a escola possui práticas ou contextos que favorecem o envolvimento familiar. Por outro lado, o fato de 14,3% considerarem essa relação mais distante e 28,6% não perceberem diferenças reforça a necessidade de compreender os fatores que influenciam essas percepções, como práticas de gestão, comunicação e a própria cultura escolar.

Esses dados corroboram o objetivo de identificar os desafios e possibilidades para o fortalecimento dessa relação, como proposto no referencial teórico, que enfatiza a gestão democrática e estratégias de aproximação como pilares para melhorar o envolvimento familiar no contexto escolar.

De acordo com o referencial teórico em que nos baseamos nesta pesquisa, a gestão democrática é um eixo fundamental para a construção de uma relação sólida entre escola e família. Essa abordagem promove o diálogo constante e incentiva a

criação de espaços participativos, onde vozes diferentes da comunidade escolar podem ser ouvidas e valorizadas. Os dados obtidos junto aos professores e especialistas da EEEAP, que destacam percepções variadas sobre a proximidade das famílias com a escola, reforçam a importância de práticas de gestão que incentivam o protagonismo familiar e a construção de um ambiente colaborativo.

No quesito compreensão das Famílias sobre as Expectativas da Escola as opiniões dos profissionais são variadas e a análise das respostas revela a compreensão da importância da relação entre escola e família, destacando tanto os desafios quanto a necessidade de avanços nessa interação, conforme o quadro abaixo.

Quadro 10 - Você acredita que as famílias compreendem as expectativas que a escola tem para elas?

Prof	Respostas
1	Sim mas mesmo assim as famílias deixam de ser mais presentes na escola.
2	Não, pois eles não são participativos como a escola almeja.
3	Não, pois os mesmos não tem noção da diferença que fazem na vida dos estudantes.
4	Sim. A sintonia entre família e escola possibilita que o desenvolvimento do estudante e o processo de aprendizagem sejam ampliados. Sendo assim, o aluno tem a oportunidade de vivenciar experiências educativas na escola e no convívio familiar.
5	Não, devido as condições sociais e culturais .
6	Não, os papéis estão invertidas famílias acham que as responsabilidades delas são da escola e muitas das vezes a escola precisa se desdobrar com a sobrecarga de responsabilidades que seria da família e de outros órgãos públicos que não cumprem seu papel de forma eficaz e igualitária.
7	Sim, através das ações que a escola vem promovendo e a dedicação que ter pelos alunos.
8	Algumas famílias sim, compreendem as expectativas da escola. Mas, a maioria percebo que encontra-se distante e deixam a responsabilidade de educar o filho para a escola
9	Compreendem, mas a família está cada vez mais distante da escola, isso se dá ao comodismo dos pais e a vida corrida do dia a dia.
10	Em muitos casos não. Apenas enviam os filhos para a escola como obrigatoriedade e não acompanham seu desenvolvimento na aprendizagem.
11	A grande maioria não, acredito que isso se deve a questões sociais e culturais.
12	As famílias não compreendem essa expectativa em relação a elas, talvez por não compreender a importância da sua presença na escola e na vida dos filhos.
13	Sim
14	Sim. Falta um empenho maior por parte delas.
15	Em partes, pois não há um interesse expressivo por parte das famílias em averiguar o que a escola tem a oferecer aos seus filhos.

Fonte: Formulário preenchido pelos professores e especialistas (2024).

De forma geral, as respostas dos professores e especialistas indicam que eles entendem que uma parcela das famílias compreende as expectativas da escola e busca atender a essas demandas, confirmando a importância de sua participação no desenvolvimento e aprendizagem dos filhos. No entanto, há um consenso majoritário de que a participação efetiva ainda é incipiente.

Uma análise das respostas dos professores e especialistas sobre a comunicação dos pais à escola quanto às suas expectativas em relação ao trabalho pedagógico e à educação dos filhos evidencia uma participação limitada e pontual. Embora haja momentos em que os pais manifestam suas opiniões ou expectativas, essa comunicação geralmente ocorre em situações específicas, o que sugere uma relação reativa, ao invés de uma interação constante e estruturada ou ainda como propomos uma cultura de participação.

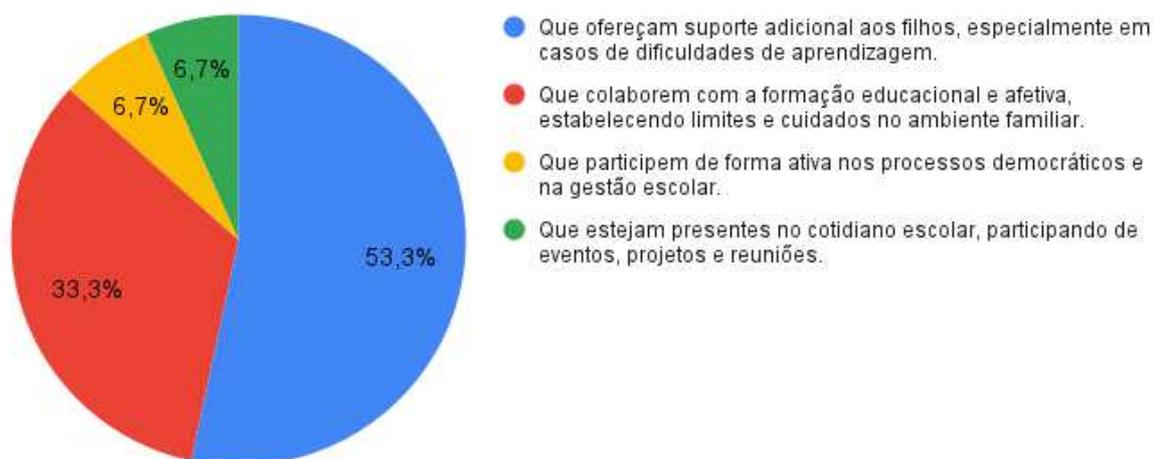
Na percepção dos professores e especialistas, poucos pais estabelecem uma troca frequente com a escola. Além disso, uma parte dos entrevistados percebe a ausência de uma comunicação clara por parte das famílias, o que pode refletir tanto uma falta de iniciativa dos pais quanto uma possível necessidade de a escola criar canais mais eficazes para ouvir e dialogar com eles.

Em princípio, toda família deveria contribuir para o bom desenvolvimento dos filhos. No entanto, é necessário passar da “família ideal” para a “família real”, a fim de criar estratégias mais eficazes que favoreçam o envolvimento da família. Castro e Regattieri ressaltam que:

Uma política ou programa de interação escola-família é uma forma de estabelecer uma racionalidade produtiva para essa delicada relação, de modo a tirá-la tanto do lugar de bode expiatório – situação na qual a ausência das famílias é, reiteramos, motivo alegado para os maus resultados da rede de escolas –, quanto do otimismo ingênuo – segundo o qual basta haver vínculos amistosos entre professores, gestores, mães, avós e demais parentes para se julgar que há complementaridade entre os dois universos de referência das crianças.

Entre os fatores apontados como barreiras para uma maior aproximação, destacam-se questões sociais e culturais, a inversão de papéis entre escola e família, e o cotidiano atribuído às famílias, que muitas vezes priorizam outras responsabilidades em detrimento do acompanhamento escolar. Além disso, foi mencionado o comodismo de alguns responsáveis, que delegam a totalidade da educação e formação dos filhos à escola, acrescentando a parceria esperada nesse processo.

Figura 10 - Expectativas dos professores em relação a contribuição dos pais na vida escolar dos filhos.



Fonte: Formulário preenchido pelos professores e especialistas (2024).

Sobre a expectativa pessoal dos professores e especialistas em relação a contribuição dos pais na vida escolar dos filhos 53,3% deles declarou que a contribuição esperada é que os pais ofereçam suporte adicional aos filhos, especialmente em casos de dificuldades de aprendizagem, enquanto 33,3% declara que os pais devem colaborar com a formação educacional e afetiva de seus filhos, estabelecendo limites e cuidados no ambiente familiar. As duas últimas opções que correspondem à participação dos pais na escola empataram com apenas 6,7% cada uma, o que demonstra que na opinião dos professores os pais podem contribuir mais em relação à educação e formação moral dos filhos no ambiente doméstico do que participando nos processos democráticos e eventos da escola.

Analisando as respostas dos professores e especialistas à questão sobre a percepção dos pais em relação às expectativas da escola revela um cenário de compreensão parcialmente satisfatório, mas com desafios importantes no que tange o delineamento de uma compreensão dos papéis da família e da escola. Ainda na percepção dos profissionais, embora uma parte dos pais pareça ter uma ideia clara do que a escola espera deles no processo educacional, a maioria apresenta uma compreensão limitada, com lacunas na percepção de seu papel.

O engajamento das famílias nas escolas é condicionado por diversos fatores sociais e culturais. Esses fatores podem limitar a compreensão das responsabilidades compartilhadas entre a escola e os familiares, como também foi observado nas respostas dos professores da EEEAP. Uma predominância de percepções que apontam para um pouco claro das expectativas mútuas entre escola e família evidencia a necessidade de estratégias comunicativas mais acessíveis e inclusivas.

Essa falta de clareza pode ser atribuída a diversos fatores, como uma comunicação escolar insuficiente ou ineficaz, ou à falta de envolvimento mais ativo das famílias na vida escolar dos filhos. A presença de lacunas na compreensão das expectativas corrobora a necessidade de um trabalho mais estruturado por parte da escola para esclarecer os papéis e responsabilidades das famílias.

É importante que a escola desenvolva estratégias de comunicação mais acessíveis, promovendo uma compreensão mais profunda sobre as expectativas de ambos os lados, para a construção de uma relação mais transparente e próxima entre a escola e as famílias favorecendo o processo educacional, para que ambas as partes atuem de forma coesa e integrada no processo de desenvolvimento dos alunos.

3.3.2 – A percepção dos alunos sobre a relação escola/família na EEEAP

O questionário aplicado aos alunos revelou informações importantes sobre o perfil e a percepção dos estudantes quanto ao ambiente escolar e suas condições de vida. Analisando as respostas compreendemos os desafios e as potencialidades no processo de ensino-aprendizagem.

O perfil dos alunos participantes demonstra que 57,9% tem entre 16 e 18 anos, seguidos por 41,3% com idades entre 12 e 15 anos, e apenas um aluno acima de 19 anos. Isso reflete a predominância de adolescentes que responderam, característica esperada na escola que atende majoritariamente alunos do ensino fundamental anos finais e ensino médio.

Quanto à localização da residência dos participantes, os números seguem muito próximos à média geral da escola, 47,9% dos estudantes residem na zona urbana, enquanto 52,1% estão distribuídos em áreas rurais. Dentre os alunos da zona rural, destacam-se os que vivem a mais de 10 km da escola (22 alunos, ou

18,2%), evidenciando os desafios logísticos que podem impactar o acesso e a frequência escolar.

Sobre a dinâmica familiar e o acompanhamento escolar, os dados mostram que 55,4% dos estudantes moram com pai, mãe e irmãos, enquanto 19,8% vivem apenas com pai e mãe, sem outros familiares. É notável que 17,4% residem somente com a mãe, ou seja, um arranjo familiar monoparental. A análise também revela um cenário de diversidade familiar, com 12,4% de estudantes vivendo com avós, tios e outros arranjos familiares.

Em relação ao acompanhamento escolar, a mãe aparece como a principal responsável (84,3%), seguida pelo pai (7,4%). Apenas uma pequena parcela é acompanhada por outros familiares ou responsáveis.

Os estudantes que responderam ao questionário estão distribuídos entre o 6º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio. As séries com maior representatividade são o 9º ano do ensino fundamental, o 2º e o 3º anos do ensino médio, cada uma com 17,4% das respostas. Esse público diversificado em termos de nível de ensino nos fornece uma forma bem abrangente de perceber a relação escola-família, pois é notório que o nível de interação e participação das famílias dependem muito da idade da criança. 59,5% dos estudantes que responderam frequenta a escola no período matutino, enquanto 26,4% estudam em tempo integral e 14% no período vespertino.

Não houve respostas para o turno noturno, pois não existem estratégias de participação das famílias dos alunos atendidos no referido turno, haja vista que o turno noite é composto majoritariamente por jovens e adultos maiores de 18 anos, as notas, situação de frequência e outros temas são repassados para os alunos do turno noite ao final de cada bimestre em rodas de conversa com a gestão e equipe pedagógica.

A pergunta sobre a percepção dos estudantes sobre a escola mostra que 49,6% dos alunos consideram a escola importante, enquanto 38,8% a percebem como muito importante. Apenas 4 estudantes declararam que a escola não tem nenhuma importância em suas vidas. Este dado mostra a relevância da instituição na formação dos jovens, apesar de evidenciar que ainda há uma parcela que não reconhece essa importância. No que diz respeito ao ambiente escolar, a maioria (57,9%) o considera agradável, seguido por 24% que o avaliam como muito

agradável. Apenas 6,6% dos estudantes percebem o ambiente como pouco ou nada agradável, demonstrando que, no geral, o ambiente é bem avaliado.

No quesito motivação para a permanência escolar os pais, responsáveis e irmãos aparecem como a principal fonte de motivação para a permanência dos alunos na escola (72,7%). Em contrapartida, 10,7% dos estudantes afirmaram que ninguém os motiva a frequentar a escola, evidenciando a necessidade de ações que incentivem maior engajamento familiar.

Sobre a participação em projetos e eventos escolares apenas 18,2% dos alunos declararam participar muito, enquanto 41,3% participam pouco ou não participam. Em relação à participação dos responsáveis nos eventos e reuniões escolares, os números mostram uma divisão: 34,7% dos alunos afirmaram que os responsáveis não participam, enquanto 23,1% apontaram que participam muito. Além disso, a maioria dos alunos gostaria de ver seus pais mais presentes em reuniões de pais (55,4%) e ajudando na realização de tarefas escolares (20,7%), indicando o desejo de maior envolvimento familiar.

Cabe ressaltar, que tanto para Lück (2018) quanto o explicitado em documento oficial do MEC a participação da família na escola deve ser entendida como processo que envolve diferentes cenários e múltiplas possibilidades de organização.

[...] não existe apenas uma forma ou lógica de participação: há dinâmicas que se caracteriza por um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar. (BRASIL, 2004, p. 13-14)

A organização é importante na gestão escolar, para que a participação da família signifique muito mais que a presença em reuniões agendadas pela escola.

A análise das respostas sobre o acompanhamento familiar revela uma participação limitada. Em relação à frequência às aulas, apenas 26,4% dos alunos afirmaram que suas famílias acompanham muito. Quando se trata do rendimento nas disciplinas, 41,3% disseram que suas famílias acompanham, mas 9,9% relataram que não recebem nenhum acompanhamento. A supervisão na realização de trabalhos escolares também se mostra insuficiente: 13,2% dos alunos declararam que suas famílias não acompanham, e 19% indicaram que acompanham pouco.

Segundo Castro e Regattieri (2009) inúmeras pesquisas no Brasil e em todo o mundo têm mostrado que as condições socioeconômicas, as expectativas e a valorização da escola e o reforço da legitimidade dos educadores são fatores que emanam da família e estão altamente relacionados com o desempenho dos alunos na escola. Para elas, o conhecimento das condições de vida das crianças e adolescentes em idade de escolarização pode dar origem a ações interligadas em dois níveis. O primeiro, a revisão dos projetos e práticas educacionais, pensando na diversidade dos alunos e não apenas no aluno esperado. O segundo é a convocação de novos atores e a articulação das políticas educacionais com políticas setoriais capazes de apoiar as famílias dos alunos para que elas possam exercer as suas funções.

Os resultados da pesquisa com os estudantes apontam que, embora a escola seja reconhecida como um espaço importante e acolhedor, a motivação e a participação nos projetos escolares ainda são barreiras a transpor. Além disso, o acompanhamento familiar, embora presente em diversos níveis, não é considerado suficiente para todos os estudantes.

3.3.3 – Análise das respostas dos pais ou responsáveis

Os dados coletados junto aos pais ou responsáveis pelos alunos da Escola Estadual Edson Alves Pereira subsidiam a compreensão do perfil e da relação desses familiares com a escola.

Conforme respostas ao formulário, o perfil etário dos pais ou responsáveis indica que a maioria se encontra na faixa entre 30 e 40 anos (47,4%), seguida pela faixa entre 41 e 50 anos (42,1%). Essa predominância de responsáveis em idade economicamente ativa e produtiva sugere possíveis limitações de tempo para acompanhar diretamente as atividades escolares, um fator que pode impactar a participação nas reuniões e eventos.

Quanto à distância entre a residência e a escola, observa-se uma distribuição equilibrada: 26,3% moram entre 10 e 14,9 km e outros 26,3% entre 1 e 4,9 km da escola. Entretanto, 21,1% residem a menos de 1 km, o que facilita o acesso e potencializa a possibilidade de maior presença na escola. Por outro lado, uma parcela que reside acima de 15 km (21,1%) pode enfrentar desafios logísticos que podem dificultar sua presença.

O nível de escolaridade dos responsáveis é, em sua maioria, baixo, com 36,8% possuindo apenas o ensino fundamental incompleto. Apenas 15,8% concluíram o ensino médio, e 5,3% têm ensino superior completo ou incompleto. Outro dado relevante é que 21,1% dos responsáveis estudaram na própria escola. Esse histórico com a instituição pode ser um fator positivo para fortalecer a parceria entre escola e comunidade, pois cria um sentimento de vínculo de pertencimento e identificação.

No que diz respeito ao grau de parentesco com o estudante, a maioria dos entrevistados é composta por mães (84,2%), seguidas por pais (10,5%) e avós (5,3%). Essa predominância materna exemplifica a realidade de muitas famílias brasileiras, em que as mães assumem a responsabilidade principal pela educação dos filhos, o que destaca a necessidade de ações específicas para envolver outros membros familiares, como pais e avós, nas atividades escolares.

31,6% dos pais afirmaram que não têm o hábito de ir à escola, mas veem a escola como um meio de proporcionar oportunidades educacionais que eles próprios não tiveram, como "fazer com que ele vá mais longe nos estudos" (63,2%) e "chegar à faculdade" (68,4%). Além disso, 57,9% destacaram a importância de "ensinar a ser cidadão". Essa visão amplia a função da escola para além da instrução formal, incluindo também a formação ética e cidadã.

Quanto ao papel da família, os pais enfatizaram a importância de "acompanhar o desempenho escolar" (36,8%) e "ensinar valores e disciplina" (42,1%), evidenciando uma visão complementar entre família e escola no processo educacional.

A comunicação entre escola e pais ocorre predominantemente por convites entregues pelos alunos (78,9%), seguidos por redes sociais (26,3%). No entanto, a eficácia dessa comunicação pode ser questionada, já que 63,2% dos entrevistados não sabem se há projetos envolvendo a família na escola. Além disso, 78,9% afirmaram que os eventos são marcados em horários que dificultam a sua participação.

Embora 63,2% dos pais tenham interesse em participar de eventos, 78,9% afirmaram que nunca foram convidados para participar de órgãos colegiados. Entre os eventos, reuniões de pais (66,7%) e festas juninas (27,8%) são as mais incluídas. Isso revela uma oportunidade para a escola diversificar e melhor divulgar suas iniciativas, ampliando o acesso e o engajamento.

Castro e Regattieri (2009) Destacam que:

[...]a presença de familiares na escola nem sempre é um bom indicador de uma interação a serviço da aprendizagem dos alunos/filhos. Uma escola que promove muitos e concorridos eventos pode estar se comportando mais como um centro cultural/social e perdendo de vista o que lhe é específico, isto é, garantir uma educação escolar de qualidade. (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p. 38).

Neste sentido, Carvalho (2004), compreende que o envolvimento dos pais com a escola deve ser considerado a partir das condições econômico culturais da família.

[...] o comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola-casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas, podendo ser espontâneo ou incentivado por políticas da escola ou do sistema de ensino. Esse envolvimento dos familiares dos alunos e das alunas exige certas condições para o acompanhamento dos filhos/filhas, como capital econômico e cultural, características do modelo familiar nuclear, que conta com um adulto, geralmente a mãe, com tempo livre, conhecimento e uma disposição especial para educar. (CARVALHO, 2004, p. 41)

A pesquisa corrobora com as afirmações acima, pois as principais dificuldades de participação apontadas pelos pais foram a incompatibilidade de horários dos eventos (78,9%) e a distância ou dificuldade de acesso à escola (21,1%).

É fundamental que as escolas reconheçam a complexidade das realidades familiares de seus alunos, considerando tanto os aspectos simbólicos quanto os materiais. O entendimento profundo dessas condições permite que as instituições educacionais adotem uma abordagem mais humanizada e eficaz, adaptando suas ações às necessidades reais dos estudantes. Esse reconhecimento é o primeiro passo para a construção de estratégias de apoio adequadas que promovam a inclusão e o sucesso escolar de todos.

Ao conhecer as condições reais das famílias – simbólicas e materiais –, as escolas devem delimitar melhor o seu espaço de responsabilidade especificamente e planejado de forma mais concreta os apoios necessários para o grupo de alunos cujas famílias não têm condições (mesmo que temporariamente) de se envolver na escolaridade dos filhos. (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p. 42).

Esse processo de compreensão das condições familiares é essencial para que as escolas possam agir de maneira mais estratégica e direcionada por isso as

três últimas perguntas do questionário aplicado aos pais interpelavam sobre a participação em reuniões.

Os pais sugerem que a parceria pode ser fortalecida com maior participação em reuniões e eventos (31,6%) e acompanhamento das tarefas dos filhos (31,6%). No entanto, a falta de tempo foi mencionada como a principal barreira (63,2%), diminuindo que a escola precisa oferecer alternativas práticas, como encontros híbridos ou estratégias de comunicação mais ágeis.

Os resultados apontam a relevância de adotar estratégias de gestão para promover o engajamento dos pais na vida escolar dos filhos. A melhoria da comunicação entre escola e família, a flexibilização de horários para facilitar a participação dos pais em reuniões e eventos, e a inclusão mais ampla desses atores em projetos escolares e colegiados são aspectos fundamentais para fortalecer essa parceria. Além disso, a implementação de uma abordagem mais ativa e acolhedora contribui para a criação de um ambiente no qual a colaboração entre pais e escola seja constante e produtiva.

Esse engajamento, além de ser benéfico para o desenvolvimento educacional dos alunos, também favorece a construção de uma rede de apoio que reforça o comprometimento da comunidade escolar com a formação integral dos estudantes.

No capítulo 4 apresentaremos o Plano de Ação Educacional – PAE, que é um conjunto de estratégias que visam transformar a interação entre a escola e as famílias.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: O INÉDITO VIÁVEL NA RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

Este Plano de Ação Educacional (PAE) é voltado para o fortalecimento da relação entre escola e família na EEEAP, com o objetivo de criar uma cultura de participação ativa dos pais na escola. As ações propostas foram discutidas e elaboradas com base na análise da interação entre família e escola e na necessidade de ampliar o engajamento parental no processo educacional.

Inspirado na interpretação do conceito de utopia de Vitor Paro e no conceito de Inédito Viável de Paulo Freire, este plano busca transformar desafios históricos

em possibilidades concretas, reconhecendo que a participação familiar, embora muitas vezes considerada utópica em determinados contextos, pode ser construída de forma realista e progressiva, sendo compreendida não como um ideal inalcançável, mas como um horizonte mobilizador que impulsiona mudanças estruturais no ambiente escolar.

O objetivo deste PAE é implementar estratégias que incentivem e fortaleçam a participação das famílias na rotina escolar, promovendo um ambiente colaborativo entre pais, alunos e equipe pedagógica. A construção desse plano se baseia na compreensão de que a parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. As ações propostas visam facilitar a comunicação entre os atores envolvidos, criar espaços de diálogo e fortalecer o compromisso compartilhado com a educação. O quadro abaixo apresenta os principais desafios identificados e as respectivas ações propositivas, detalhadas nas seções seguintes.

Quadro 11 - Desafios e ações propositivas

Desafios Identificados	Ação Propositiva
Pouca participação dos pais nas reuniões escolares. - Dificuldade dos pais em compreender o papel da escola e sua função no processo educativo.	Ação 1: Reuniões Interativas e Formativas e de Conscientização Promover encontros periódicos com os pais, abordando temas relevantes sobre o desenvolvimento educacional dos filhos e criando espaços para troca de experiências.
Falta de informações sobre eventos e atividades da escola. - Dificuldade de acesso a comunicação direta com a gestão e professores.	Ação 2: Criação de Canais de Comunicação Eficientes Implementação de grupos de comunicação via aplicativos, murais interativos e boletins informativos, garantindo a disseminação de informações de forma acessível e constante.
Dificuldades relacionadas à disponibilidade de tempo, deslocamento e falta de um ambiente adequado para o diálogo produtivo com a equipe escolar.	Ação 3: Adequação de tempos e espaços para as reuniões de pais reorganizar a logística das reuniões com as famílias, com horários mais flexíveis e ambientes acolhedores. Para isso, serão realizadas enquetes com os responsáveis para identificar os melhores dias e horários para os encontros. Além disso, serão exploradas diferentes formas de participação, como reuniões presenciais em horários alternativos (manhã, tarde e noite), encontros virtuais e atendimentos individuais agendados.
Muitos pais enfrentam dificuldades para participar da vida escolar de seus filhos	Ação 4: Parcerias intersetoriais para ampliar o acesso das famílias à escola

devido a jornadas de trabalho extensas, falta de flexibilidade por parte dos empregadores e dificuldades de transporte.	A escola estabelecerá parcerias setoriais com empregadores locais para sensibilizá-los sobre a importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos, incentivando medidas como flexibilização de horários para reuniões e eventos pedagógicos. Além disso, buscará o apoio da Secretaria Municipal de Transportes para viabilizar alternativas de mobilidade para os responsáveis que enfrentam dificuldades de deslocamento, como ajustes nas linhas de transporte público nos horários de reuniões ou o fornecimento de passes gratuitos para esse fim. Também serão articuladas ações com outros setores, como assistência social e saúde, para garantir um suporte mais amplo às famílias, promovendo a participação ativa na educação dos estudantes.
Ausência de um mecanismo de avaliação da participação dos pais e dos impactos das iniciativas realizadas.	<p>Ação 5: Avaliação e Monitoramento da Participação Familiar</p> <p>Criação de indicadores para mensurar o impacto das ações, coletando feedbacks periódicos dos pais e promovendo ajustes conforme necessário.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

Essas ações têm como princípio norteador a valorização da família como parte essencial do processo educacional. O sucesso dessa iniciativa dependerá do comprometimento da equipe escolar, da adesão das famílias e da criação de um ambiente acolhedor, que incentive a participação ativa e colaborativa de todos os envolvidos na educação dos estudantes.

Utilizamos o 5W2H Como proposta metodológica norteadora para a organização do PAE, por ser uma ferramenta de gestão capaz de solucionar problemas relacionados aos processos das empresas, que auxilia no planejamento e execução de atividades de forma clara e eficiente.

O nome 5W2H refere-se às iniciais de sete questionamentos que devem ser respondidos para eliminar as incertezas sobre as ações. A ferramenta ajuda a identificar os responsáveis pelas ações, o que precisa ser feito, o prazo para realização, o custo envolvido, os motivos para executá-las e o momento de sua realização (Lucinda, 2016).

Ao responder a essas perguntas, é possível criar um plano de ação detalhado que define claramente as tarefas, responsabilidades, prazos e recursos

necessários para a execução de um projeto. O quadro abaixo exhibe as questões norteadoras do 5W2H:

Quadro 12 - Princípio do método 5W2H

	Termo Original	Traduzido	Ação
5W	What?	O que?	O que vai ser realizado?
	Why?	Por quê?	Por que isso será realizado?
	Where?	Onde?	Onde essa ação será desenvolvida?
	When?	Quando?	Quando essa ação será realizada?
	Who?	Quem?	Quem é o responsável por isso?
2H	How?	Como?	Como essa ação será feita?
	How Much?	Quanto?	Quanto custará para se fazer essa atividade?

Fonte: adaptado de Lucinda (2016).

A aplicação do 5W2H é bastante flexível, podendo ser utilizada em diversos contextos dentro de uma empresa, desde o planejamento estratégico até atividades rotineiras. Para implementá-la, pode-se utilizar ferramentas simples como planilhas eletrônicas ou quadros brancos, onde as sete perguntas são dispostas em colunas, facilitando a comunicação e o acompanhamento das tarefas pela equipe (Paula, 2015).

Segundo Lucinda (2016), a ferramenta 5W2H opera como uma espécie de checklist, composto por atividades claras e bem definidas que devem ser executadas em um projeto. Essa metodologia permite sintetizar as tarefas diárias, contribuindo para o planejamento, a organização das responsabilidades, a definição dos elementos que compõem um plano de ação e o registro de prazos para sua execução.

Além disso, o 5W2H é uma ferramenta útil para orientar decisões relacionadas à implementação de um plano de melhorias, oferecendo uma forma estruturada, planejada e precisa de organizar as ideias.

Neste sentido, o método 5W2H pode ser amplamente utilizado na pesquisa em educação, pois oferece diversas funcionalidades que contribuem para o sucesso do planejamento, execução e avaliação de projetos educacionais.

Para fortalecer a participação das famílias na EEEAP, identificamos os principais desafios e elaboramos ações estratégicas para o engajamento dos pais. Inicialmente, será realizado um diagnóstico do engajamento familiar, permitindo compreender as percepções e dificuldades enfrentadas pelos pais. A partir disso, serão promovidas reuniões interativas e formativas, abordando temas relevantes sobre o desenvolvimento educacional dos alunos.

Para melhorar a comunicação, serão implementados canais eficientes como grupos em aplicativos, boletins informativos e murais interativos, garantindo acesso rápido às informações. Também serão realizados eventos e oficinas que incentivem a interação entre pais, alunos e escola.

A adequação de tempos e espaços para reuniões permitirá maior flexibilidade, considerando as necessidades das famílias. Para ampliar o acesso das famílias à escola, serão buscadas parcerias com empresas e setores públicos, visando sensibilizar empregadores sobre a importância da participação dos pais e garantir soluções de mobilidade para aqueles com dificuldades de deslocamento.

Por fim, será estabelecido um mecanismo de avaliação e monitoramento da participação familiar, permitindo ajustes e melhorias constantes nas iniciativas propostas. Essas ações visam construir uma relação mais próxima entre escola e família, promovendo um ambiente educativo mais colaborativo e eficiente para o desenvolvimento dos alunos.

Castro e Regattieri (2009) destacam que a interação entre escola e família deve estar fundamentada em princípios que garantam equidade, relevância e pertinência na educação, além de operar com eficácia e eficiência. A proteção integral dos estudantes demanda um sistema educacional articulado a outras políticas públicas, considerando que a educação é responsabilidade primária do Estado, mas também um direito compartilhado pelas famílias. Nesse sentido, a escola precisa desenvolver mecanismos que favoreçam a participação parental, garantindo transparência na comunicação e permitindo a corresponsabilização das famílias na educação dos filhos.

Assim, partimos destes princípios para a organização do PAE. As ações propostas serão apresentadas e discutidas nas seções seguintes.

4.1 AÇÃO 1 Reuniões formativas e de conscientização

A primeira ação visa estabelecer encontros periódicos com os pais e responsáveis, com o intuito de fortalecer a relação entre escola e família, promovendo uma cultura de participação ativa no ambiente escolar. O ano letivo será iniciado com uma reunião inaugural de caráter formativo, onde será enfatizada a importância do envolvimento das famílias no processo educativo dos alunos.

A relevância dessa iniciativa está fundamentada na necessidade de criar um espaço de conscientização e colaboração entre a comunidade escolar e os pais. Paro (2000) destaca que a parceria entre escola e família é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, uma vez que o ambiente escolar não pode ser isolado das influências socioculturais que moldam a aprendizagem. Assim, ao promover esses encontros, busca-se não apenas esclarecer o papel das famílias na educação, mas também incentivar a interação efetiva entre pais e educadores.

As reuniões serão desenvolvidas dentro da escola, utilizando espaços adequados para garantir um ambiente acolhedor e propício ao diálogo. Em consonância com as novas demandas sociais, algumas reuniões poderão ocorrer em formato híbrido ou online, permitindo que pais que enfrentam dificuldades de deslocamento também possam participar. De acordo com Castro e Regattieri (2009), flexibilizar os meios de comunicação entre escola e família amplia o engajamento dos responsáveis e reduz barreiras que dificultam sua participação no cotidiano escolar.

O cronograma prevê que a primeira reunião do ano letivo tenha um enfoque mais formativo, abordando a importância da participação familiar e os canais de interação entre pais e escola. Ao longo do ano, as demais reuniões serão realizadas conforme o calendário escolar, tratando de temas pertinentes ao acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Freire (1996) enfatiza que a educação é um processo dialógico e que a participação da comunidade escolar é fundamental para a construção de uma prática pedagógica mais significativa. Nesse sentido, a escola deve criar espaços de escuta ativa, onde os pais se sintam acolhidos e parte do processo educacional.

A responsabilidade pela organização e condução dessas reuniões será compartilhada entre a equipe gestora, professores e representantes dos pais. Essa colaboração garantirá que as reuniões não se tornem apenas momentos de transmissão de informações, mas oportunidades de construção conjunta de estratégias e soluções para os desafios do cotidiano escolar.

As reuniões serão organizadas com metodologias interativas, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e espaços para perguntas e sugestões. A primeira reunião contará com um momento de acolhimento e apresentação dos canais de comunicação entre escola e família, além da definição de estratégias para incentivar a participação ativa dos pais ao longo do ano. Segundo Paro (2000), é imprescindível que as ações da escola promovam a inclusão das famílias no contexto educativo, garantindo que elas se sintam pertencentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Em relação aos custos envolvidos, a iniciativa demandará Investimento financeiro relativamente baixo, limitando-se à impressão de materiais informativos e à disponibilização de lanches durante os encontros. A proposta é que, ao longo do tempo, a comunidade escolar possa contribuir com ideias e iniciativas para fortalecer ainda mais esse vínculo entre escola e família.

Quadro 13 - Ação 1: Reuniões formativas e de conscientização

<p>What? (O que?) O que vai ser realizado?</p>	<p>Promover encontros periódicos com os pais, iniciando o ano letivo com uma reunião inaugural focada na importância da participação familiar na escola.</p>
<p>Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?</p>	<p>Explicar a necessidade de construir uma cultura de participação ativa das famílias no ambiente escolar, para que os pais compreendam seu papel no processo educativo e saibam como interagir com a escola de maneira efetiva.</p>
<p>Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?</p>	<p>Na escola, utilizando espaços adequados para garantir um ambiente acolhedor e propício ao diálogo. Algumas reuniões poderão ocorrer em formato híbrido ou online para ampliar o alcance das famílias que enfrentam dificuldades de deslocamento.</p>
<p>When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?</p>	<p>Na primeira reunião do ano letivo terá um caráter formativo, abordando a importância da participação familiar e os canais de interação com a escola. As demais reuniões serão realizadas de forma contínua, conforme o calendário escolar, abordando temas relevantes para o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos.</p>

<p>Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?</p>	<p>Equipe gestora, professores e representantes dos pais, garantindo um espaço de escuta ativa e diálogo aberto.</p>
<p>How? (Como?) Como essa ação será feita?</p>	<p>As reuniões serão organizadas com metodologias interativas, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e espaços para perguntas e sugestões. Na primeira reunião do ano, será feito um momento de acolhimento e apresentação dos canais de comunicação escola-família, além da definição de estratégias para a participação ativa dos pais ao longo do ano.</p>
<p>How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?</p>	<p>Baixo custo, envolvendo principalmente a impressão de materiais informativos, a disponibilização de lanches.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para o sucesso da ação, é necessário levar em conta os fatores limitantes ou passíveis de debate, como discutido por Castro e Regattieri (2009), que observam que uma mesma experiência pode envolver objetivos, estratégias e resultados distintos, sem que isso implique exclusão mútua entre eles.

As autoras observaram que em algumas ocasiões, as reuniões são planejadas de maneira mais interativa, utilizando dinâmicas de grupo para criar um ambiente acolhedor. No entanto, quando a escola se posiciona como protagonista e oferece poucas oportunidades para ouvir as opiniões dos pais, esse acolhimento acaba sendo raso. Esse contexto ressalta a relevância de fortalecer o papel das famílias na educação e de reconhecer suas possíveis contribuições.

A ideia de educar as famílias costuma ter por base a suposição de que elas são omissas em relação à criação de seus filhos. Essa “omissão parental” que alguns autores nomeiam como um mito, aparece reiteradamente no discurso dos educadores como uma das principais causas dos problemas escolares. Esse tipo de explicação incorre numa inversão perigosa de responsabilidades: uma coisa é valorizar a participação dos pais na vida escolar dos filhos; outra é apontar como principal problema da educação escolar a falta de participação das famílias. (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p. 35).

Com essa ação, busca-se construir uma cultura de corresponsabilidade na educação, onde pais e escola atuam como parceiros na formação integral dos alunos. Ao estabelecer um espaço de diálogo aberto e permanente, a escola se torna não apenas um local de ensino, mas um centro de desenvolvimento comunitário, onde todos os envolvidos sejam parte ativa do processo educativo.

4.2 AÇÃO 2: CRIAÇÃO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO EFICIENTES

A criação de canais de comunicação eficientes gera impactos na gestão escolar. A comunicação escolar digitalizada pode reduzir falhas informacionais e melhorar o engajamento dos pais. Entretanto, há desafios a serem considerados, como a resistência de alguns atores escolares ao uso de tecnologias e a necessidade de treinamento para o uso adequado das ferramentas disponíveis.

A implementação de grupos em aplicativos de mensagem, como *Whatsapp* e *Telegram*, são opções interessantes, pois permitem comunicação rápida e acessível. No entanto, deve-se estabelecer diretrizes claras para evitar sobrecarga de informação ou o compartilhamento de conteúdo não relacionado ao contexto escolar.

Castro e Regattieri (2009) perceberam em seu estudo que o vínculo entre escola e família muitas vezes se inicia sem a devida atenção aos aspectos preparatórios essenciais. Com frequência, instituições de ensino e redes escolares priorizam a negociação ou a exigência de responsabilidades por parte das famílias, sem antes buscar compreender as realidades e condições específicas dos diferentes grupos familiares dos alunos.

Ao suprimir a etapa inicial, os projetos de aproximação podem gerar mais desencontros. Por essa razão, enfatizamos especialmente o movimento inicial de aproximação para (re)conhecimento mútuo, tendo em mente que ele deve ser apenas o início de uma longa relação. (Castro, Regattieri, 2009, p. 16).

Entre todas as finalidades que a interação escola-família pode ter, o conhecimento do aluno no seu contexto social como insumo para revisão das práticas pedagógicas, escolares e educacionais.

Os boletins informativos mensais são estratégicos, pois consolidam informações relevantes de maneira organizada e acessível. Sua distribuição pode ocorrer de forma digital e impressa, garantindo acessibilidade para todos os membros da comunidade escolar.

O mural informativo físico dentro da escola ainda é um importante canal, especialmente para aqueles que têm menor acesso às plataformas digitais. Ele deve ser atualizado regularmente e localizado em um espaço de grande circulação.

Quadro 14 - Ação 2: Criação de canais de comunicação eficientes

What? (O que?) O que vai ser realizado?	Implementar grupos de comunicação via aplicativos, murais e boletins
Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?	Facilitar o acesso às informações da escola
Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?	Escola, plataformas digitais
When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?	Contínuo
Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	Equipe gestora, professores, pais
How? (Como?) Como essa ação será feita?	Criação de grupos em aplicativos, boletins mensais, mural informativo
How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?	Baixo custo (ferramentas digitais gratuitas)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A comunicação escolar eficiente é fundamental para o bom funcionamento da gestão educacional. A implementação de canais diversificados, como aplicativos, boletins e murais, contribui para uma comunicação mais transparente, com a adoção de estratégias que visam a participação efetiva da comunidade escolar. O desafio está na capacitação dos envolvidos e na manutenção da qualidade da informação compartilhada.

4.3 AÇÃO 3: ADEQUAÇÃO DE TEMPOS E ESPAÇOS PARA REUNIÕES

A iniciativa de adequar tempos e espaços para as reuniões visa reorganizar os horários e locais dos encontros, buscando atender melhor às necessidades das famílias e da equipe escolar.

Há a necessidade de ampliar a participação dos pais nas atividades escolares e incentivar uma cultura de participação contínua. Muitos responsáveis enfrentam dificuldades para comparecer às reuniões devido a compromissos profissionais ou barreiras logísticas. Ao oferecer encontros presenciais e virtuais em horários mais acessíveis, a escola possibilita maior inclusão e engajamento dos pais no processo educacional, tornando a participação um hábito natural e valorizado.

Quadro 15 - Ação 3: Adequação de tempos e espaços para reuniões

What? (O que?) O que vai ser realizado?	Reorganizar horários e locais de reuniões
Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?	Ampliar participação dos pais nas atividades
Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?	Escola, ambiente virtual
When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?	A cada reunião de pais
Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	Equipe gestora, equipe pedagógica e parceiros.
How? (Como?) Como essa ação será feita?	Identificar e adaptar as reuniões aos melhores horários, encontros presenciais e virtuais.
How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?	Custo reduzido, otimização de espaços e programações já existentes

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As reuniões serão realizadas tanto no ambiente escolar quanto em plataformas virtuais, garantindo flexibilidade e acessibilidade. Essa adequação ocorrerá periodicamente, a cada reunião de pais, permitindo ajustes conforme necessário e reforçando a importância da interação constante entre escola e família.

A implementação da ação será conduzida pela equipe gestora e equipe pedagógica. Para garantir sua eficácia, será essencial identificar os melhores horários para as reuniões, considerando a disponibilidade dos pais e a dinâmica

escolar. A abordagem híbrida, com encontros presenciais e virtuais, permitirá maior adesão e interação, consolidando uma cultura de participação coletiva e colaborativa na escola.

O custo da implementação dessa ação é reduzido, uma vez que utiliza os espaços escolares já existentes e plataformas digitais acessíveis. Além disso, a otimização dos recursos e das programações já estabelecidas contribui para uma execução eficiente e sustentável.

Adequar tempos e espaços para as reuniões de pais é uma estratégia para criar e fortalecer a cultura de participação na escola. Ao flexibilizar e diversificar os formatos de encontro, a escola fortalece os laços com a comunidade e contribui para uma educação mais inclusiva, participativa e colaborativa.

Os pais também podem fazer adequações em suas rotinas para que possam comparecer às reuniões, por isso a importância de contatos e estratégias intersetoriais. A promoção da participação familiar na escola requer uma abordagem intersetorial, envolvendo não apenas a equipe gestora e pedagógica, mas também órgãos públicos, empresas, associações comunitárias e outros parceiros estratégicos. A articulação entre essas diferentes frentes possibilita a criação de políticas e ações que atendam às necessidades das famílias, garantindo suporte para que possam acompanhar mais de perto a vida escolar dos estudantes.

Por meio de parcerias, podem ser negociados horários flexíveis para os pais participarem das reuniões, apoio em projetos e muito outras ações.

4.4 AÇÃO 4: PARCERIAS INTERSETORIAIS PARA AMPLIAR O ACESSO DAS FAMÍLIAS À ESCOLA

O acesso equitativo à educação continua sendo um desafio em diversas regiões, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dificuldades relacionadas ao transporte, e às condições e horários de trabalho dos pais impactam diretamente na participação das famílias no ambiente escolar. Assim, parcerias intersetoriais emergem como solução viável para a superação desses entraves, conforme veremos abaixo.

Quadro 16 - Ação 4: Parcerias intersetoriais para ampliar o acesso das famílias à escola

What? (O que?) O que vai ser realizado?	Estabelecer parcerias com empresas e setores públicos
Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?	Reduzir barreiras de acesso às atividades escolares
Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?	Escola, empresas, setor de transportes
When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?	Continuamente
Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	Escola, empresas, prefeitura, assistência social, empresas, setor de transportes etc.
How? (Como?) Como essa ação será feita?	Sensibilização de empregadores, apoio em mobilidade
How much? (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?	Sem previsão de custos

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A escola pode atuar como um núcleo articulador entre diferentes setores da sociedade. O conceito de intersetorialidade, reforça que a educação deve ser compreendida como um processo coletivo e compartilhado, no qual diferentes esferas sociais têm papel na garantia do direito à educação.

As parcerias intersetoriais para ampliar o acesso das famílias à escola pode ser organizada em três dimensões principais: Apoio à mobilidade: O setor de transporte escolar da prefeitura pode disponibilizar veículos para os pais nos dias de reunião.

Sensibilização de empregadores através de campanhas e conversas particulares, as empresas podem flexibilizar os horários de trabalho dos pais permitindo que compareçam às reuniões, gerando maior envolvimento nas atividades escolares, fortalecendo o vínculo entre família e escola.

4.5 AÇÃO 5: MONITORAMENTO AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FAMILIAR

Com essa ação buscamos criar e implementar indicadores que permitam medir o impacto das ações realizadas no âmbito da participação da família na escola. A criação desses indicadores é essencial para entender se as estratégias adotadas estão promovendo o envolvimento da família nas atividades escolares e se esse envolvimento reflete positivamente nos resultados dos alunos.

A razão para essa ação é justamente ajustar as estratégias e melhorar os resultados, pois, ao avaliar a participação familiar, é possível identificar pontos de melhoria e melhorar das ações para uma maior efetividade. O monitoramento contínuo também contribui para a construção de uma parceria mais forte e engajada entre escola e família, essencial para o sucesso educacional.

Essa ação será desenvolvida tanto na escola quanto em plataformas digitais. O ambiente escolar, por ser o local de maior interação entre a escola e as famílias, será o cenário principal dessa ação. No entanto, o uso de plataformas digitais oferece uma maneira eficaz de alcançar famílias de forma mais ampla e integrada, permitindo maior flexibilidade no processo de monitoramento e avaliação.

Quadro 17 - Ação 5: Monitoramento avaliação da participação familiar

What? (O que?) O que vai ser realizado?	Criar indicadores para medir impacto das ações
Why? (Por quê?) Por que isso será realizado?	Ajustar estratégias e melhorar resultados
Where? (Onde?) Onde essa ação será desenvolvida?	Escola, plataformas digitais
When? (Quando?) Quando essa ação será realizada?	Bimestralmente
Who? (Quem?) Quem é o responsável por isso?	Equipe gestora
How? (Como?) Como essa ação será feita?	Coleta de feedbacks, análise de dados

<p><i>How much?</i> (Quanto?) Quanto custará para se fazer essa atividade?</p>	Sem custos adicionais
--	-----------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A avaliação da relação escola família será realizada bimestralmente, ou seja, a cada reunião prevista no calendário escolar, com o objetivo de realizar uma análise regular do impacto das ações, possibilitando ajustes oportunos. A responsabilidade por essa ação recai sobre a equipe gestora da escola, que será encarregada de planejar, coletar dados e analisar.

A ação será conduzida por meio da coleta de feedbacks das famílias e da análise dos dados obtidos. Essas informações ajudam a escola a entender melhor como as famílias estão participando das atividades, quais ações geraram mais engajamento e como o envolvimento dos pais está influenciando o desenvolvimento dos alunos. A coleta de dados será feita de maneira sistemática, utilizando formulários, entrevistas ou outras ferramentas adequadas.

Em termos financeiros, a Ação 5 não terá custos adicionais, pois será baseada em estratégias já existentes na escola, como o uso de plataformas digitais gratuitas e o trabalho colaborativo da equipe gestora. Isso torna a ação viável sem a necessidade de um investimento extra, o que é uma considerável vantagem, considerando os recursos limitados em muitas escolas.

Essa ação, ao ser monitorada e avaliada periodicamente, proporciona uma gestão mais dinâmica e responsiva, que consegue se adaptar de maneira mais eficaz às necessidades das famílias e alunos, promovendo, assim, uma educação mais integrada e de melhor qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar de forma crítica a relação entre escola e família, com foco na participação dos pais e responsáveis nas atividades e decisões da Escola Estadual Edson Alves Pereira, localizada no município de Montezuma-MG. Ao longo da investigação, foram evidenciadas fragilidades institucionais e estruturais que limitam a efetiva integração entre esses dois núcleos socializadores fundamentais: a instituição escolar e a família.

A pesquisa revelou que, embora a legislação educacional e os discursos institucionais apontem para a valorização da gestão democrática e da participação coletiva, a prática cotidiana ainda carece de intencionalidade, diálogo e estratégias que favoreçam o envolvimento ativo das famílias. A análise documental, e os questionários aplicados permitiram constatar que a participação dos pais, quando ocorre, é, em grande medida, pontual e reativa, limitando-se a momentos de convocação formal, como reuniões escolares.

Esse distanciamento, contudo, não deve ser compreendido unicamente como desinteresse por parte das famílias, mas como reflexo de múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais, bem como da ausência de uma cultura escolar que reconheça a importância do protagonismo familiar na construção do processo educativo. A falta de clareza quanto às expectativas da escola em relação aos pais, aliada a vínculos precários de pertencimento e à escassez de canais de escuta e acolhimento, contribui para a manutenção de um modelo de participação formalista e verticalizado.

Outro aspecto relevante é a necessidade de ressignificar o papel do Colegiado Escolar e da Assembleia Escolar como espaços legítimos de escuta, deliberação e corresponsabilização.

Diante disso, a pesquisa reafirma a urgência de políticas públicas que incentivem a formação continuada de gestores e professores, com foco na mediação dialógica e na gestão participativa. Além disso, é necessário criar dispositivos institucionais que reconheçam e valorizem os saberes das famílias, especialmente em contextos rurais e de vulnerabilidade social, como é o caso de Montezuma. A valorização das identidades locais, o fortalecimento de vínculos comunitários e a promoção de práticas educativas significativas são caminhos possíveis para reverter o quadro de afastamento entre escola e família.

Por fim, cabe reconhecer que a transformação dessa realidade não se dará por meio de normativas isoladas, mas por meio de uma mudança de paradigma na forma como a escola se posiciona diante da comunidade que a cerca. O desafio está em construir um projeto educacional coletivo, no qual escola e família caminhem juntas, compartilhando responsabilidades, enfrentando desafios em busca do inédito viável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 out. 2024

BRASIL. [Portaria nº 264](#), de 1º de abril. Institui o Programa Escola e Comunidade (Proec). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-264-de-1-de-abril-de-2024-%20551514838>. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Informação e Saúde Digital. Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde. Cobertura vacinal – Calendário Nacional – Ocorrência. Disponível em:

https://infoms.saude.gov.br/extensions/seidigi_demas_vacinacao_calendario_nacional_al_cobertura_ocorrendia/seidigi_demas_vacinacao_calendario_nacional_cobertura_ocorrendia.html#. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. Portaria Nº 571, de 2 ago. 2021. Institui o Programa Educação e Família. Brasília, DF, 03 ago 2021. Disponível em: https://pddeinterativo.mec.gov.br/images/pdf/portaria_n_571_02082021.pdf Acesso em: 21 maio. 2023.

CARVALHO, M. E. P. **Modos de educação, gênero, e relações escola-família. Cadernos de pesquisa.** São Paulo, v. 34, nº 121, jan/fev. 2004. p. 41 – 58.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (orgs.). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Brasília: UNESCO, MEC, 2009. 104 p.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano – Paidéia, 2007, 21-32.
ESCOLA ESTADUAL EDSON ALVES PEREIRA. **Projeto Político Pedagógico.** Montezuma. 2022.

Fabiana Cia. **Um programa para aprimorar envolvimento paterno : impactos no desenvolvimento do filho** -- São Carlos : UFSCar, 2009. 333 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Algumas reflexões em torno da utopia.** In: **FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.). Pedagogia dos Sonhos Possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 17 Set. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Montezuma – Panorama. *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montezuma/panorama>. Acesso em: 25 jan. 2023.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais. Agência de Notícias IBGE, 29 jun. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>. Acesso em: 12 maio. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas**. In: CANDAU, V. M. (Org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. p. 11-45.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. 259p.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIPSKY, Michael. Street-level Bureaucracy: dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOPES, J.S. **Educação na escola e na família: O que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LUCINDA, M. A. **Análise e Melhoria de Processos - Uma Abordagem Prática para Micro e Pequenas Empresas**. Simplíssimo Livros Ltda, Porto Alegre, 2016.

LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33.

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. A explicitação do significado de liderança. In: LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar. Petrópolis: Vozes, 2010. Série: Cadernos de Gestão.

MINAS GERAIS. **Resolução 4692 de 29 dez 2021**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/RESOLUCAO-SEE-No-4.692-DE-29-DE-DEZEMBRO-DE-2021.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 4.797, de 25 nov 2022**. Estabelece para a Rede Pública Estadual de Educação Básica, os procedimentos de ensino, diretrizes

administrativas e pedagógicas do Calendário Escolar do ano de 2023. Belo Horizonte. Disponível em:

<https://www.acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4797-22-r%20-%20%20Public.%2026-11-22.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 4764, de 23 ago. 2022**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, o funcionamento e o processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/4764-22-r-public.-24-08-22.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023

NASCIMENTO, Maria Marta Chaves. **O colegiado escolar no contexto das políticas educacionais de Minas Gerais**. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2004.35>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27214/1/COlegiadoEscolarContexto.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; ARAUJO, Claisy Maria Marinho. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. São Paulo: Campinas, 2010.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol. 27, n. 1, p. 99-108, janeiro-março, 2010.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000. p.10- 65.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão, política, economia e ética na educação**. São Paulo: FEUSP, 2023.

PAULA, G. B. de. **O que é 5W2H: reduza incertezas, ganhe produtividade e aprenda como fazer um plano de ação**. 2015. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/5w2h/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007

PNUD. **O que é o IDHM**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2025. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idhm>. Acesso em: 08 maio. 2024.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil**. Site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, 2024. Disponível em: <http://idhm.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 07 abril. 2024.

Polonia, A. C., & Dessen, M. A. (2005). **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9 (2), 303-312.

Qedu. **Informações da Escola Estadual Edson Alves Pereira. 2022.** Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/31082295-ee-edson-alves-pereira/questionarios-saeb/alunos-3em>. Acesso em: 09 dez. 2022.

Ribeiro dos Santos, Maria, Soares Fonseca Gildette. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM) EM 2000 E 2010 DA MICRORREGIÃO DE SALINAS – NORTE DE MINAS. Revista Cerrados (Unimontes) [en línea]. 2014, 12(1), 225-247 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576963554018>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SANTOS, Fabio Franklin Storino dos. **Capital Social : Vários conceitos, um só problema.** 2003. 84 f.

SAVIANI, D. (2005). **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados.

SOUZA, Paulo N. P.; SILVA, Eurides B. da. **Como entender e aplicar a Nova LDB: lei n. 9394/96.** São Paulo: Pioneira, 1997.

VALERIEN, J.; DIAS, J. A. **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestões de aperfeiçoamento.** 8. ed. São Paulo: Cortez; Paris: UNESCO; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

APÊNDICE A – Questionário com os professores e especialistas mais antigos da escola.

1. Tempo de serviço na escola

Prof	5 a 9 anos	10 a 15 anos	16 a 20 anos	20 a 25 anos
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

2. Já trabalhou ou trabalha atualmente em outra escola?

Se "Sim", aparecem perguntas adicionais com lógica condicional:

3. Quantas escolas?

- 1
 2
 3
 4
 5

4. Qual o tipo de escola em que você trabalhou?

(Múltipla escolha: permitir selecionar mais de uma)

- Somente Pública
 Pública e Particular

5. Consegue identificar diferenças significativas na relação escola e família entre a EEEAP e a(s) outra(s) escola(s) em que trabalhou ou trabalha?

- Não se aplica, pois nunca trabalhei em outra escola.
 Sim, a relação escola e família na EEEAP é mais próxima.
 Sim, a relação escola e família na EEEAP é mais distante.
 Não, percebo que a relação escola e família é semelhante em ambas.
 Não consigo avaliar.
 Outro: _____ (campo de texto para preenchimento opcional)

6. De que forma os professores e gestores comunicam suas expectativas em relação às famílias dos alunos? (Presença, acompanhamento, auxílio, participação da família)

(Marque as opções que se aplicam e, se desejar, comente abaixo)

- Por reuniões presenciais.
 Por comunicados ou bilhetes enviados aos pais.
 Por e-mails ou mensagens digitais.
 Por ações ou projetos realizados na escola.

- Não percebo uma comunicação clara dessas expectativas.
 Outro: _____ (campo de texto para preenchimento opcional)

7. Você acredita que as famílias compreendem essas expectativas? Explique brevemente (campo de texto opcional):

Em relação às expectativas entre escola e famílias, responda às perguntas abaixo:

8. Você acredita que as famílias compreendem as expectativas que a escola tem para elas? Explique brevemente.

9. Os pais comunicam à escola quais são suas expectativas em relação ao trabalho pedagógico e à relação com os filhos?

- Sim, frequentemente.
 Sim, mas apenas em algumas situações específicas.
 Não percebo essa comunicação de forma clara.
 Não sei avaliar.

10. Como a escola comunica aos pais as suas expectativas sobre o papel das famílias no processo educacional? (Marque todas as opções que se aplicam)

- Reuniões presenciais.
 Comunicados escritos (bilhetes, e-mails, mensagens).
 Eventos ou palestras.
 Não percebo essa comunicação de forma clara.
 Outro: _____ (campo de texto para preenchimento opcional)

11. Em sua opinião, os pais têm consciência do que a escola espera deles no processo educacional?

- Sim, de forma clara.
 Sim, mas de forma limitada.
 Não, acredito que há lacunas na compreensão.
 Não sei avaliar.

12. Poderia comentar sobre o que você acredita serem os principais desafios na comunicação entre escola e famílias sobre essas expectativas?
(Campo aberto para resposta)

13. Como professor, quais são suas expectativas em relação à participação e contribuição dos pais na vida escolar dos alunos?

- a) Que oferecem suporte adicional aos filhos, especialmente em casos de dificuldades de aprendizagem.
b) Que participem de forma ativa nos processos democráticos e na gestão escolar.
c) Que colaboram com a formação educacional e afetiva, estabelecendo limites e cuidados no ambiente familiar.

d) Que estão presentes no cotidiano escolar, participando de eventos, projetos e reuniões.

13. Os pais participam da vida escolar de seus filhos na escola?

- Participam muito.
- Participam.
- Participam pouco.
- Não participam. Por quê? _____

14. Vocês têm recebido na escola, pais que buscam conhecer sobre a vida escolar dos filhos?

- Com muita frequência.
- Com frequência.
- Com rara frequência.
- Não há frequência de pais com esta finalidade.

15. Qual a maneira mais efetiva para os pais participarem da vida escolar do aluno?

- Auxiliando na execução das atividades domiciliares.
- Participando das reuniões promovidas pela escola.
- Interagindo com os professores, em especial os coordenadores de turma.
- Participando do conselho de classe.
- Acompanhando a frequência diária dos filhos.
- Outra. Qual? _____.

16. Quais ações e projetos da escola que favorecem a participação familiar?

- Reuniões de pais
- Colegiado escolar
- Ajuda nas tarefas de casa
- JIEAP
- Festa junina
- Feira de ciências
- Dia da Consciência Negra
- Primavera da Inclusão
- Outras ações, quais? _____

17. Como você avalia a frequência de participação das famílias nas atividades escolares?

- Muito frequente
- Frequentemente
- Raramente
- Nunca

18. Que tipos de atividades contam com maior participação das famílias?
(Marque todas as que se aplicam)

- Reuniões pedagógicas
- Eventos culturais ou esportivos
- Projetos pedagógicos envolvendo alunos e famílias
- Conselhos de classe e colegiado escolar
- Outro: _____ (campo de texto opcional)
- Não percebo participação significativa.

19. Como a escola promove a participação das famílias?

(Marque todas as que se aplicam)

- Convites formais (bilhetes, e-mails, comunicados)
- Ações de acolhimento e integração
- Parcerias em projetos educativos
- Incentivo à presença de conselhos de classe
- Outro: _____ (campo de texto opcional)

Sobre a participação dos pais nas reuniões bimestrais, responda:

20. Como você avalia a frequência de participação dos pais nas reuniões bimestrais?

- Muito alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito baixo

21. Como é, geralmente, o envolvimento dos pais durante as reuniões bimestrais?

- Participam ativamente, com perguntas e sugestões.
- Escutam, mas não interagem.
- Demonstram pouco interesse ou se distraem.
- Não sei avaliar.

22. Quais são os possíveis motivos da baixa participação das famílias nas reuniões bimestrais? (Marque todas as que se aplicam)

- Horários das reuniões incompatíveis com o trabalho dos pais
- Dificuldade de transporte
- Falta de interesse por parte das famílias
- Percepção de que as reuniões não trazem informações relevantes
- Comunicação insuficiente ou tardia sobre as reuniões
- Problemas pessoais ou familiares (doenças, compromissos, etc.)
- Falta de acolhimento ou sentimento de não pertencimento à comunidade escolar
- Experiências negativas anteriores com a escola
- Desconhecimento da importância de participar dessas reuniões
- Insegurança ou dificuldade em compreender os temas envolvidos
- Preferência por outros canais de comunicação (mensagens, bilhetes, etc.)
- Outro: _____ (campo de texto opcional)

23. Quais projetos ou estratégias você sugere para promover e aumentar a participação das famílias na escola?

APÊNDICE B – Questionário para os pais e/ou responsáveis dos alunos

1. Qual a sua idade?
 - Menor de 30 anos.
 - Entre 30 e 40 anos.
 - Entre 41 e 50 anos.
 - Entre 51 e 60 anos
 - Acima de 61 anos.

2. Qual a distância entre sua residência e a escola?
 - Menor que 1km.
 - Entre 1 e 4,9km.
 - Entre 5 e 9,9km.
 - Entre 10 e 14,9km.
 - Acima de 15km.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?
 - Fundamental incompleto;
 - Fundamental completo;
 - Ensino Médio incompleto;
 - Ensino Médio completo;
 - Ensino Superior incompleto;
 - Ensino Superior completo.
 - Não estudou

4. Qual seu grau de parentesco com o(a) aluno(a)?
 - Mãe
 - Pai
 - Irmão(ã)
 - Tio(a)
 - Avô/Avó
 - Outros: _____.

5. Você já estudou na Escola Estadual Edson Alves Pereira?
 - Sim. Não.

6. Há quanto tempo seu filho(a) ou dependente está estudando nesta escola?
 - Entre 1 e 3 anos
 - Entre 3 e 5 anos
 - Mais de 5 anos

7. O que a escola pode fazer de mais importante na vida dos estudantes? (Marque quantas alternativas desejar)
 - Fazer com que ele vá mais longe do que eu nos estudos;
 - Ensiná-lo a ser uma pessoa preparada para o mercado de trabalho;
 - Ensinar a ler, escrever e noções de matemática;
 - Fazer com que ele(a) possa chegar à faculdade;
 - Fazer com que ele(a) aprenda a ser um cidadão/cidadã;
 - Não sei responder.

9. Na sua visão, qual é o papel dos pais na educação escolar e no desenvolvimento geral dos filhos?

- Ensinar valores e disciplina.
- Acompanhar o desempenho escolar e auxiliar nos estudos.
- Incentivar a participação em atividades escolares e extracurriculares.
- Proporcionar um ambiente familiar que estimule o aprendizado.
- Outros: _____

10. Como você estabelece limites e incentiva seu filho a se dedicar aos estudos?

- Determinar horários específicos para estudo e lazer.
- Oferecer recompensas ou elogios pelo desempenho.
- Participar das atividades escolares, como revisar tarefas ou ajudar nos trabalhos.
- Converso com meu filho sobre a importância da educação.
- Não tenho uma estratégia específica.

11. Como você acha que uma parceria entre família e escola pode ser fortalecida?

- Participando de reuniões, eventos e projetos escolares.
- Manter uma comunicação regular com os professores e a equipe escolar.
- Oferecendo sugestões ou feedback para a escola.
- Acompanhando mais de perto as atividades e tarefas dos filhos.
- Outros: _____
- Outros: _____

12. Na escola em que seu filho(a) ou dependente estuda, há projetos que envolvem a presença da família na rotina escolar?

- Sim, há projetos.
- Não há projetos.
- Não sei responder.

13. Com que frequência você vai à escola de seu filho(a)?

- Mensalmente.
- A cada dois meses.
- A cada seis meses.
- Uma vez por ano.
- Não tenho hábito em ir à escola.

14. De que forma os eventos e as reuniões na escola são comunicados a você?

Marque no máximo duas opções.

- Utilizando convite entregue pelos alunos;
- Por intermédio do professor coordenador de turma;
- Utilizando redes sociais;
- Outros. Quais? _____

15. Sobre a participação dos pais em reuniões e eventos na escola responda:

(Marque as opções que se aplicam)

- Há um tempo específico para os pais se manifestarem, determinado pelo diretor ou mediador.
- Os pais participantes, fazem perguntas ou dão sugestões.
- Os pais escutam, mas raramente se manifestam.

- Participam quando a reunião ocorre em pequenos grupos ou por turmas específicas.
- A participação ocorre principalmente por meio de representação dos pais no colegiado escolar.
- Não há espaço para a participação dos pais durante as reuniões e eventos.
- A participação ocorre de maneira espontânea, sem necessidade de convite formal.
- Outro: _____ (campo de texto opcional).

16. Quais são as dificuldades que impedem ou dificultam a sua participação em reuniões, eventos coletivos e projetos escolares?

- A falta de comunicação, avisam de última hora ou não fico sabendo.
- O horário em que os eventos acontecem.
- A distância ou dificuldade de acesso entre minha casa e a escola.
- Não há reuniões ou eventos na escola que representem o nosso interesse .
- Outros: _____.

17. Com que frequência o Núcleo Gestor (diretor vices e coordenadores) convida os pais a expressarem opiniões e darem sugestões para a melhoria das ações da escola?

- Sempre
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

18. De que forma você acredita que poderia colaborar com as atividades da escola?(Marque todas as opções que se aplicam)

- Participando de eventos e projetos escolares.
- Dando sugestões para a melhoria da gestão ou ensino.
- Atuando como voluntário em atividades específicas.
- Divulgando iniciativas da escola na comunidade.
- Não acredito que posso colaborar.
- Outro: _____ (campo de texto opcional).

19. Você sabe se a escola possui algum órgão colegiado (Conselho Escolar ou Conselho de Classe)?

- Sim. Não.

20. Se sua resposta foi positiva, você já foi convidado(a) para participar de algum órgão colegiado, (Colegiado Escolar ou Conselho de Classe)?

- Sim. Não.

APÊNDICE C – Questionário para os alunos

1. Qual é a sua idade?

- 12 a 15 anos .
- 16 a 18 anos

Acima de 19 anos.

2. Onde reside?

Zona urbana. Zona rural.

3. Com quem você mora? (marque as opções que se aplicam)

pai, mãe e irmãos

pai e mãe

pai

mãe

irmãos

avós e pais

avós

tios e avós

tios

outros. _____

4. Quem é o principal responsável por acompanhar sua vida escolar?

Mãe.

Pai.

Irmão(ã).

Tio / Tia.

Avô / Avó.

Esposo / Esposa.

Outro: _____

5. Qual série você está cursando?

6º ano do Ensino Fundamental.

7º ano do Ensino Fundamental.

8º ano do Ensino Fundamental.

9º ano do Ensino Fundamental.

1º ano do Ensino Médio.

2º ano do Ensino Médio.

3º ano do Ensino Médio.

6. Em que turno você estuda nesta escola?

Matutino.

Vespertino.

Noturno.

Tempo Integral.

7. Qual o grau de importância esta escola tem para você?

Nenhuma importância.

Pouca importância.

Importante.

Muito importante.

8. Como você considera o ambiente escolar?

muito agradável.

agradável.

- pouco agradável.
 desagradável.

9. Quem mais lhe motiva a permanecer na escola? (Marque apenas uma alternativa)

- Pais, responsáveis, irmãos.
 Professores.
 Colegas de sala.
 Ninguém me motiva a frequentar a escola.
 Outros:_____.

10. Você participa dos projetos que acontecem na escola?

- participo muito participo participo pouco não participo

11. Na sua opinião, a participação dos alunos nas atividades desenvolvidas pela escola se dá de maneira:

- muito satisfatória satisfatória pouco satisfatória insatisfatória

12. Você conhece os alunos que fazem parte do colegiado da escola?

- Sim. Não.

13. Seus pais ou seus responsáveis participam dos eventos e reuniões escolares:

- participam muito. participam. participam pouco. não participam.
 não sei.

14. Como você gostaria de ver seus pais participando na escola?

- Nenhum evento
 Reuniões de pais
 Colegiado escolar
 Me ajudar nas tarefas de casa
 JIEAP
 Festa junina
 Feira de ciências
 Dia da Consciência Negra
 Primavera da Inclusão
 Outras ações.

15. Identifique como sua família acompanha sua vida escolar em cada um dos temas abaixo. (Marque apenas uma alternativa para cada ação)

	Não acompanha	Acompanha pouco	Acompanha	Acompanha muito
Frequência				
Rendimento nas disciplinas escolares				
Realização de trabalhos escolares				
Resultados nos boletins				